

INDICADORES ECONÔMICOS DO CEARÁ 2020



Alexandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Daniel Cirilo Suliano
Nicolino Trompieri Neto
Paulo Araújo Pontes
Rogério Barbosa Soares
Witalo de Lima Paiva

PERÍODO DE 2015 A 2018

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Ronaldo Lima Moreira Borges - Secretário (Respondendo)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto - Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informação - GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Diretoria Responsável:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Organização:

Alexsandre Lira Cavalcante

Autores:

Rogério Barbosa Soares - Panorama Econômico Nacional

Nicolino Trompieri Neto - Contas Regionais

Ana Cristina Lima Maia - Agronegócio e Comércio Exterior

Witalo de Lima Paiva - Indústria de Transformação

Daniel Cirilo Suliano - Estrutura Produtiva do Setor de Serviços
Mercado de Trabalho

Alexsandre Lira Cavalcante - Estrutura Produtiva do Setor de Comércio

Paulo Araújo Pontes - Situação Fiscal do Ceará

Indicadores Econômicos do Ceará 2020

IPECE, 2020 - Fortaleza - CE

Autores: Alexsandre Lira Cavalcante, Daniel Cirilo Suliano, Witalo de Lima Paiva, Nicolino Trompieri Neto, Paulo Araújo Pontes, Cristina Lima, Rogério Soares.

ISBN: 978-65-990380-2-0

1 - Ceará. 2 - Economia. 3 - Indicadores Econômicos. 4 - Agricultura, indústria e serviços. 5. Comércio Exterior. 6 – Mercado de Trabalho.

Tiragem: 1.000 exemplares. 94 páginas.: grafs. tabs.

Copyright © 2020 - IPECE

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta a oitava edição do Livro Indicadores Econômicos do Ceará 2020. Esta nova publicação aborda o desempenho da economia cearense entre os anos de 2015 a 2018, ampliando o leque de produtos e a disponibilidade de informações oferecidas à sociedade. No presente documento faz-se uma análise do período de entrada na crise e a retomada do crescimento econômico.

Como na edição anterior, o livro traz uma avaliação de indicadores selecionados para os grandes setores econômicos, Agricultura, Indústria e Serviços, além de análises sobre as contas regionais, o mercado de trabalho, o comércio exterior e a situação fiscal do estado do Ceará.

O Livro Indicadores Econômicos do Ceará 2020 permite uma avaliação de curto e médio prazo para economia cearense a partir dos indicadores selecionados. Análises detalhadas são realizadas para cada um dos setores e áreas abordadas, respeitando a seguinte ordem: Panorama Econômico Nacional, Contas Regionais, Agronegócio, Indústria de Transformação, Estrutura Produtiva do Setor de Serviços, Estrutura Produtiva da Atividade de Comércio, Comércio Exterior, Mercado de Trabalho e Situação Fiscal do Estado do Ceará. Por fim, têm-se as considerações finais.

Os dados utilizados são em sua maior parte originários de fontes oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (ME), Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), dentre outras que serão apresentadas ao longo do texto.

Com mais esta obra, dedicada à sociedade cearense, o IPECE cumpre sua missão contribuindo para uma correta leitura da realidade estadual e para um melhor conhecimento dos avanços conquistados nos últimos anos e dos obstáculos que ainda desafiam o Ceará em sua trajetória de desenvolvimento. Boa leitura!

João Mário Santos de França
Diretor Geral do IPECE

Sumário

1. PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL	6
1.1. Introdução	6
1.2. Desempenho da Atividade Econômica Nacional.....	7
1.3. Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica de Demanda.....	8
1.4. Dinâmica dos Preços ao Consumidor	11
1.5. Taxa Básica de Juros Selic	12
1.6. Evolução da Taxa de Câmbio	13
2 CONTAS REGIONAIS	15
2.1. O Produto Interno Bruto.....	15
3 AGROPECUÁRIA	21
3.1. Introdução	21
3.2 Produção Agrícola	22
3.2.1 Principais produtos agrícolas do Ceará.....	25
3.3. Produção Pecuária.....	28
3.4 Produção Pesca e Aquicultura	31
4 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	33
4.1. Introdução	33
4.2. Produção e Faturamento	33
4.3. Custos de Produção	35
4.4. Estrutura Produtiva	36
4.5. Segmentos Industriais	37
5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS	41
5.1. Introdução	41
5.2. Receita Operacional e a Estrutura da Pesquisa Anual dos Serviços.....	41
5.3. Perfil de Mercado dos Serviços Não-Financeiros.....	43
5.4. Mercado de Trabalho na Pesquisa Anual dos Serviços	47
6 ESTRUTURA PRODUTIVA DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO.....	49
6.1. Introdução	49
6.2. Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País.....	49
6.2.1. Número de Unidades Locais com Receita de Revenda	52
6.2.2. Receita Bruta de Revenda de Mercadorias.....	53
6.2.3. Margem de Comercialização em Empresas Comerciais	54
6.2.4. Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais.....	55
6.2.5. Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais.....	56
6.3. Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará.....	58
6.4. Análise da Estrutura Produtiva por Atividades das Empresas de Comércio Cearense	59
7 COMÉRCIO EXTERIOR.....	61
7.1. Balança Comercial	61
7.2. Exportações.....	63
7.3. Importações	65

8 MERCADO DE TRABALHO	69
8.1. Introdução	69
8.2. Movimento da Dinâmica Demográfica e da Oferta de Trabalho	69
8.3. Uma Digressão Teórica sobre Ciclo de Negócios	71
8.4. Evolução da Desocupação no Mercado de Trabalho	73
9 SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO CEARÁ	76
9.1. Introdução	76
9.2. Receitas Orçamentárias	76
9.3. Despesas Orçamentárias	80
9.4. Indicadores da LRF	83
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	91
ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo	94

1. PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL

Rogério Barbosa Soares¹

1.1. Introdução

A economia mundial no final de 2018 apresentou uma taxa de crescimento de 3,7% tendo em vista a expansão econômica tanto de países desenvolvidos como em desenvolvimento, fato que possibilitou a economia mundial manter um ritmo de crescimento acima de 3,0% desde 2015. Mas apesar de um bom desempenho econômico o ano de 2018 fechou com algumas incertezas geradas pela desaceleração do comércio internacional, como por exemplo a queda na taxa de crescimento da economia chinesa, crise política entre Estados Unidos e China e o risco de uma recessão na Europa (IPEA, 2020).

Observando o período de 2015 a 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) das economias desenvolvidas, este apresentou uma recuperação econômica nos anos de 2017 e 2018 quando comparado ao ano de 2016. Já as economias emergentes e em desenvolvimento, estas vem mantendo um crescimento mais acelerado, com uma taxa de crescimento acima de 4,3% ao ano entre 2015 e 2018. Vale ressaltar entre os países com economias emergentes e em desenvolvimento, o PIB da China e da Índia, com taxas de crescimento acima de 6,5% ao ano, apesar de possuírem uma economia baseada na demanda interna gerada por suas grandes populações (Tabela 1.1.) (FMI, 2020, IPEA, 2020).

Quanto ao desempenho econômico dos países da América Latina e Caribe, o PIB destes países apresentou uma desaceleração econômica entre 2015 e 2016, voltando a crescer nos anos de 2017 e 2018, mas com uma taxa de crescimento modesta de 1,3% em 2017 e de 1,2% em 2018 (Tabela 1.1.) (IPEA, 2020; IBGE, 2020).

Tabela 1.1: Produto Interno Bruto (PIB) mundo, 2015 a 2018.

Região / País	2015	2016	2017	2018
Mundo	3,4	3,2	3,7	3,7
Economias desenvolvidas	2,1	1,7	2,3	2,4
Países emergentes e em desenvolvimento	4,3	4,4	4,7	4,7
América Latina e Caribe	0,1	-0,7	1,3	1,2
Oriente Médio e Norte da África	2,7	5,1	2,2	2,4
Brasil*	-3,5	-3,3	1,3	1,8
Índia	8,0	7,1	6,7	7,3
China	6,9	6,7	6,9	6,6
Estados Unidos	2,6	1,5	2,2	2,9
Reino Unido	2,2	1,9	1,8	1,4
Japão	1,1	0,9	1,9	0,9

Fonte: FMI, 2020; *IBGE, 2020.

No que se refere a economia do Brasil no cenário internacional, este apresentou em 2017 o mesmo nível de atividade do que a dos países da América Latina e Caribe e em 2018, o Brasil apresentou um PIB um pouco superior ao deste bloco econômico. Reflexo de uma retomada de crescimento em 2017, quando a economia brasileira começou a apresentar sinais de recuperação, com uma taxa de crescimento de

¹ Mestre em Economia Rural (MAER) e Doutorando em Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Ceará e Técnico da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

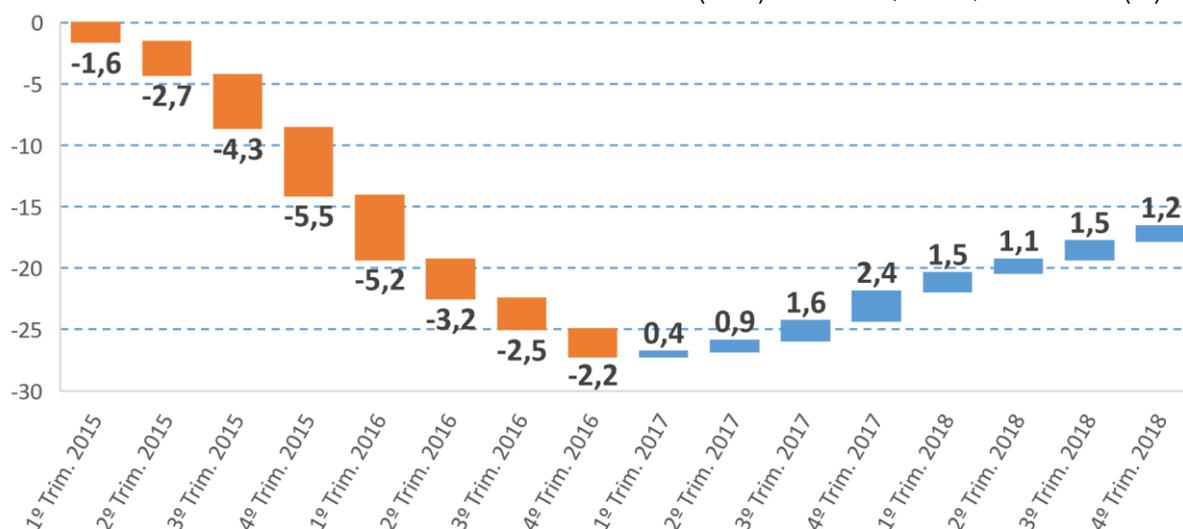
1,3% em função da redução dos impactos negativos do desequilíbrio de suas finanças públicas, por meio da redução de gastos públicos e aumento da arrecadação com iniciativas de ajuste fiscal impopulares como corte de pessoal, custeio e investimentos, aumentando o grau de confiança dos agentes econômicos.

1.2. Desempenho da Atividade Econômica Nacional

De acordo com o Gráfico 1.1, o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral a preços de mercado dos anos de 2015 e 2016, esses foram os últimos dois anos de um ciclo recessivo que a economia brasileira enfrentou, sofrendo com choques de oferta e de demanda, devido a baixas taxas de ocupação da mão-de-obra, níveis mais elevados de inflação e taxas de juros, baixos níveis de investimento, fatores estes que impactaram negativamente no consumo das famílias e na formação bruta de capital fixa, acarretando baixos níveis de produtividade do trabalho.

Aliado a estes fatores, entre os anos de 2015 a 2017, houve um déficit primário do setor público devido à uma elevação dos gastos públicos obrigatórios com previdência pública e assistência às famílias por meio de programas governamentais e à redução de receitas devido a desonerações tributárias.

Gráfico 1.1: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB*) Trimestral, Brasil, 2015-2018 (%)



Fonte: IBGE e IPECE (2020). (* PIB a preços de mercado).

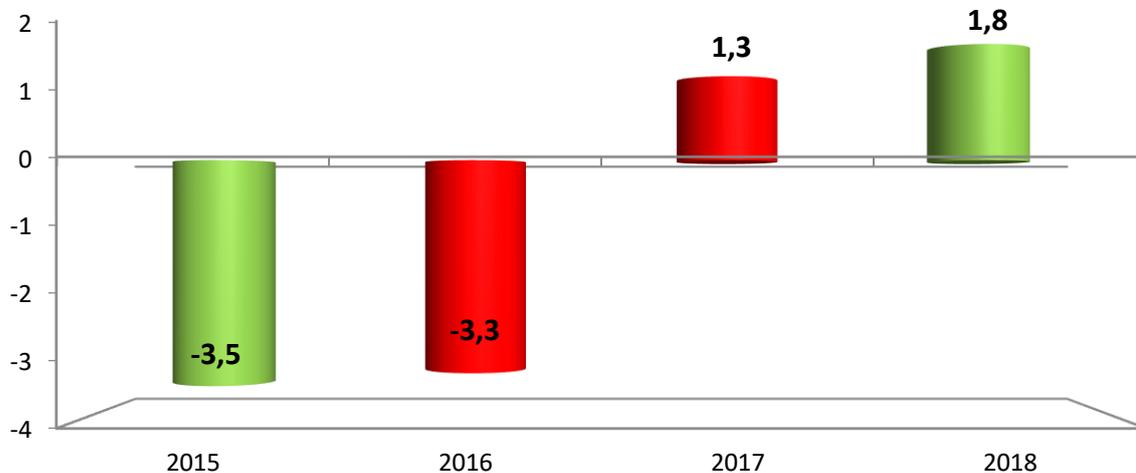
Nos anos de 2017 e 2018 a economia do Brasil mostrou uma melhora no mercado de trabalho e no nível de renda dos trabalhadores, embora está tenha ocorrido de forma lenta e gradual, estimulando a despesa de consumo das famílias e a Formação Bruta de Capital Fixo, aspectos que contribuíram para a retomada do crescimento econômico do Brasil. Dentre outros fatores que cooperaram para a retomada do crescimento da economia brasileira foi um cenário com melhores condições de crédito para pessoas físicas, redução da inflação e taxas de juros mais baixas.

Avaliando o desempenho da economia de uma forma anual, de acordo dados do IBGE, o fraco desempenho da economia brasileira nos anos de 2015 e 2016, se deu devido a uma retração da Indústria (-5,8%) e dos Serviços (-2,7%) no ano de 2015, com apenas o setor da Agropecuária mostrando crescimento positivo de 3,3% em relação a 2014. E em 2016 a uma redução na produção dos três setores da economia: agropecuária (-5,2%), indústria (-4,6%) e serviços (-2,3%) (Gráfico 1.2) (IBGE, 2019).

Quanto ao ano de 2017, este apresentou um crescimento de 1,3% em relação ao ano anterior, impulsionado por um desempenho positivo do setor agropecuário (13,0%), gerado por condições hidrológicas favoráveis que contribuíram para uma boa produção de diversas culturas, como por exemplo a cultura do milho (55,2%) e a da soja (19,4%). No setor industrial, atividade Indústrias Extrativas contribuiu com o crescimento setorial com um desempenho positivo de 4,3% em relação a 2016,

influenciada pela expansão da extração de petróleo e gás natural. Reforçado pelos crescimentos das atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (0,9%) e das Indústrias de Transformação (1,7%).

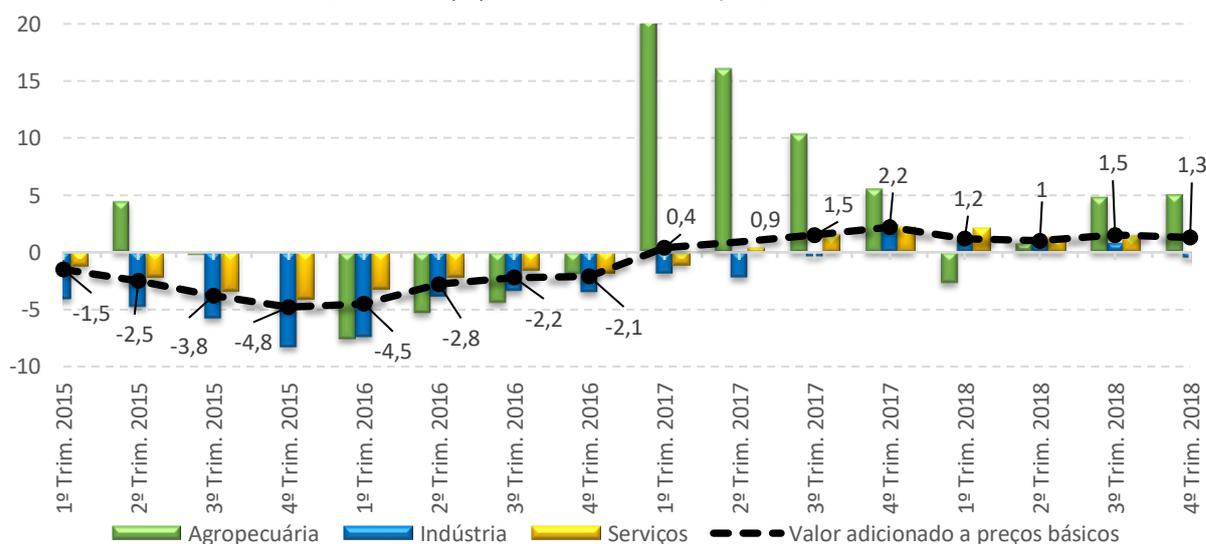
Gráfico 1.2: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Brasil, 2015-2018 (%)



Fonte: IBGE e IPECE (2020).

Já o resultado positivo de 1,8% obtido em 2018, foi em função de uma expansão da produção das atividades da Indústria, com destaque para as atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que cresceu 2,3% em relação a 2017, e das Indústrias de Transformação (1,3%) e Indústrias Extrativas (1,0%), que também alcançaram resultados positivos em comparação ao ano anterior. Tendo também uma grande contribuição do setor de serviços (2,1%), tendo como destaques as atividades do Comércio (2,6%), Atividades imobiliárias (3,3%) e outras atividades de serviços (3,5%) (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3: Taxas de variação anual (%) do PIB trimestral a preços básicos e setores, 2015 - 2018.



Fonte: IBGE, 2020.

1.3. Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica de Demanda

Analisando o PIB de 2018 pela ótica da demanda, observou-se um saldo externo para a variação da ordem de -0,4%, resultado de um crescimento das importações de 7,7%, maior do que o aumento das exportações de 4,1%, o que resultou em uma contribuição negativa para o PIB.

Quadro 1.1: Principais resultados para o PIB segundo as óticas da produção e da despesa, 4º Trim./2016 – 4º Trim./2018.

Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior (%)		2016 IV	2017 I	2017 II	2017 III	2017 IV	2018 I	2018 II	2018 III	2018 IV
PIB a preços de mercado		-2,20	0,40	0,90	1,60	2,40	1,50	1,10	1,50	1,20
Ótica da Produção	Valor Adicionado bruto da agropecuária	-1,90	20,40	16,10	10,40	5,60	-2,70	0,80	4,90	5,10
	Valor Adicionado bruto da indústria	-3,50	-1,90	-2,20	-0,40	2,40	1,00	0,90	0,80	-0,50
	Valor Adicionado bruto dos serviços	-1,80	-1,10	0,40	1,50	2,20	2,10	1,30	1,40	1,10
Ótica da Despesa	Despesa de consumo das famílias	-2,40	-0,50	1,60	3,10	3,60	3,50	1,80	1,60	1,40
	Despesas de consumo do governo	0,50	-1,50	-0,80	-0,80	0,40	0,60	0,70	1,10	-0,90
	Formação bruta de capital fixo	-7,60	-5,10	-7,50	-1,00	3,50	2,40	2,60	7,70	2,80
	Exportação de bens e serviços	-8,50	1,60	2,10	7,40	8,90	5,00	-2,60	2,40	12,00
	Importação de bens e serviços	-0,70	11,20	-1,30	7,50	9,90	8,00	6,40	13,90	5,00

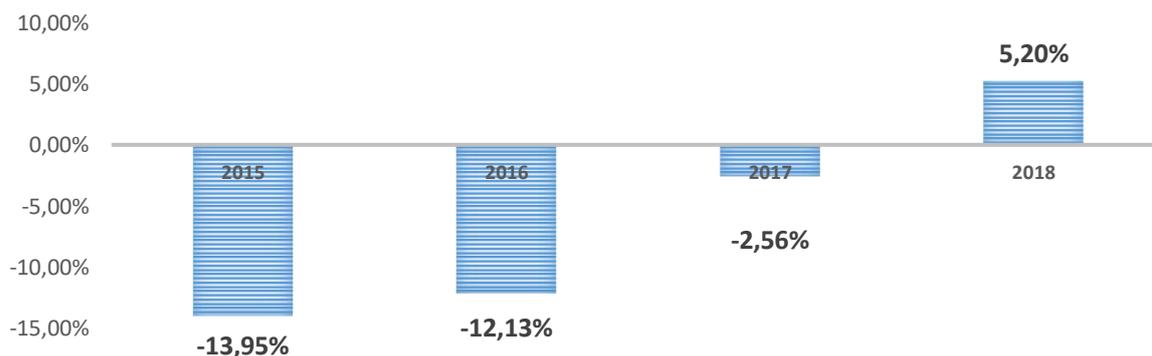
Fonte: IBGE.

* Resultados apresentados pelas Contas Nacionais Trimestrais.

A economia brasileira em 2018 apresentou um crescimento da formação bruta de capital fixo de 5,2% em volume depois de vários anos com desempenhos negativos, fechando o ano com um montante de R\$ 1.057,4 bilhões (Gráficos 1.4). Já a taxa de investimento, que representa a relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB, em 2018 foi da ordem de 15,1%, registrou um crescimento de 0,5% comparado a 2017 (IBGE, 2020).

De forma que o crescimento do estoque de capital foi prejudicado por um baixo nível de investimento na economia brasileira. Ressalta-se que resultados negativos na Formação Bruta de Capital Fixo na economia Brasileira apresentou quedas cada vez menores a partir de 2015, tendo em vista um aumento da produção interna de bens de capital (IBGE, 2020).

Gráfico 1.4: Formação bruta de capital fixo: variação em volume (%) sobre o ano anterior, 2015 – 2018.



Fonte: IBGE/SCN, 2020.

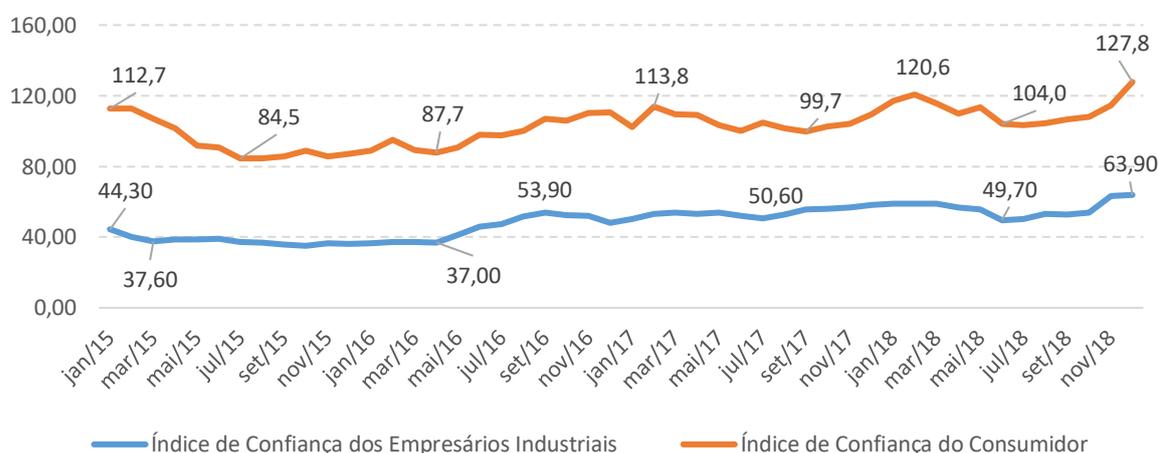
Quanto à Despesa de Consumo Final em 2018, segundo dados do IBGE, houve crescimento de 2,0% sobre o ano de 2017, que obteve um crescimento de 1,3%. Entre os fatores que contribuíram para o seu crescimento em 2018, está o aumento do consumo das famílias em 2,3%, com destaque para os artigos de residência (4,0%), a saúde (4,0%) e os transportes (3,1%). De forma que esse aumento do consumo das famílias foi influenciado pela injeção de recursos do FGTS liberado aos trabalhadores pelo governo federal, além de se beneficiar de um cenário econômico com menores níveis de inflação e da taxa básica de juros mais baixas, o que possibilitou o acesso à crédito mais barato, além da ampliação do

número de contratações, redução da taxa de desemprego, melhoria da produtividade do trabalho e aumento da massa salarial (IBGE, 2020 IPEA, 2020).

Avaliando o índice de confiança do consumidor para os anos de 2015 e 2016, final do período de crise econômica brasileira, percebe-se que nestes anos houve um menor nível de confiança do consumidor em função de o mercado de trabalho ter apresentado altos níveis de desemprego e salários mais baixos e de uma política monetária e fiscal restritiva baseada em elevadas taxas de juros e aumento da carga tributária, que deterioraram a renda real do trabalhador, tendo como consequência menores níveis de consumo das famílias, maiores níveis de inadimplência e redução gastos com empréstimo e financiamentos.

Já nos anos de 2017 e 2018, o índice de confiança do consumidor voltou a crescer passando de 84,5 em julho de 2015 para 113,8 em fevereiro de 2017, fechando o ano de 2018 com 127,8 no mês de dezembro. Essa elevação do nível de confiança do consumidor é explicada pela criação de postos de trabalho, aumento da massa salarial, melhores condições de acesso à crédito, taxas de juros mais baixas, menores níveis de inflação, e melhoria da renda real dos trabalhadores (Gráfico 1.5).

Gráfico 1.5: Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários Industriais, Jan/15 – Dez/18.



Fonte: ABINEE, 2020; CNI - Confederação Nacional da Indústria, 2020.

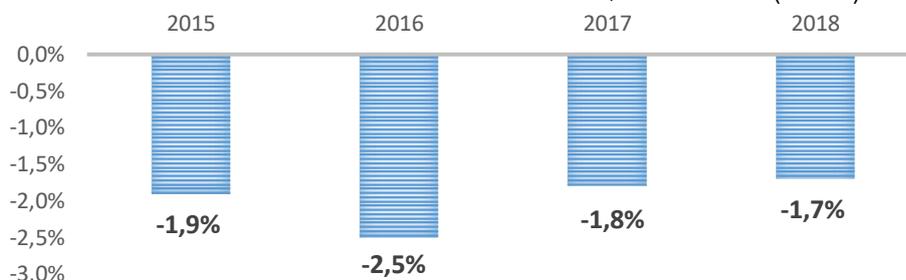
No que se refere ao nível de confiança do empresário industrial entre os meses de janeiro de 2015 até maio de 2016, o nível de confiança dos empresários industriais apresentou-se baixo, sendo refletida pelos baixos níveis de investimentos para a expansão de novos mercados e no baixo nível de investimento em inovação e tecnologia dos parques industriais voltados para a produção de bens e serviços. Pois muitos empresários enfrentaram redução de lucros em suas atividades industriais devido a um cenário com inflação alta, maiores taxas de juros e uma elevada carga tributária que deteriorou a renda disponível das famílias para o consumo, contribuindo para o aumento dos estoques e, conseqüentemente, provocando uma desaceleração do crescimento industrial neste período (Gráfico 1.5).

Mas já entre o período de junho de 2016 e dezembro de 2018, o nível de confiança dos empresários da indústria voltou a crescer, tendo em vista uma trajetória de crescimento gradual no mercado de trabalho, que apresentou um aumento da massa salarial, redução do desemprego e aumento no número de contratações, e o crescimento do consumo de bens e serviços pelas famílias.

Por sua vez, a conta de Despesa do Consumo do Governo que incorpora as despesas com bens e serviços oferecidos pelo governo à coletividade, mostrou um leve crescimento de 0,7% em 2018 em relação a 2017, ano em que o Consumo do Governo sofreu uma retração de -0,7%, acompanhando um histórico de redução de despesas também ocorrida em 2015 e 2016 (IBGE, 2020).

Fato que está intimamente ligado ao Resultados Primários do Governo Central do Brasil, pois a redução de despesas do setor público federal visa reduzir os resultados deficitários ocorridos nos anos de 2015 a 2018, conforme pode ser observado no Gráfico 1.6, sendo o ano de 2016 o pior resultado, com um déficit de -2,5% do PIB. Ressalta-se que apesar de o Brasil vir apresentando um Resultado Primário deficitários, estes vem sendo reduzidos ano a ano (STN, 2020).

Gráfico 1.6: Resultados Primários do Governo Central do Brasil, 2015 - 2018 (% PIB)



Fonte: STN, 2019.

Esse ambiente macroeconômico envolto de Resultados Primários deficitários do Governo Central do Brasil entre os anos de 2015 e 2018, tem afetado tanto a dívida pública, pois provoca aumento das taxas de juros e gera pressões inflacionárias, como também deteriora as expectativas dos empresários, pois afeta o nível de investimentos realizados pelos empresários e também o consumo das famílias, desacelerando a economia e consequentemente afetando negativamente a receita do governo devido a uma queda de arrecadação de impostos e recolhimento de contribuições.

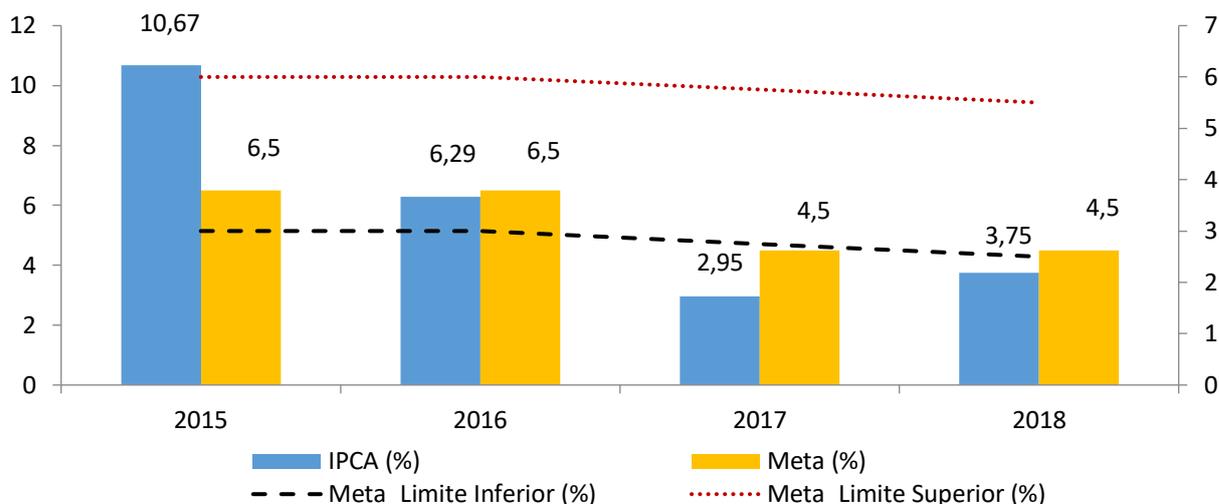
No que se refere ao desempenho do setor externo brasileiro no ano de 2018, este apresentou um superávit de US\$ 58,7 bilhões, sendo 12,4% inferior ao superávit registrado em 2017 (US\$ 67 bilhões). Essa queda no valor do superávit do setor externo brasileiro é explicada pelo crescimento das importações em um montante maior do que das exportações, sendo que as importações passaram de US\$ 150,7 bilhões em 2017 para US\$ 181,2 bilhões em 2018, registrando uma variação de 20,2%. Enquanto que os bens e serviços exportados em 2017 registraram um valor de US\$ 217,7 bilhões em 2017 e de US\$ 239,9 bilhões em 2018, com uma taxa de crescimento de 10%, ou seja, menos do a taxa de crescimento das importações.

Entre os Bens e Serviços que tiveram destaque nas exportações brasileiras em 2018, estão os produtos da: I). Agropecuária: soja, carnes, milho, algodão, tabaco, café; II). Indústria: Petróleo e gás, minérios de ferro, Pastas químicas de madeira, Indústria Automotiva e Máquinas e Equipamentos, ouro, ferro-níbio, tratores, automóveis, aviões e outros veículos aéreos e consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes. Entre os produtos e serviços da pauta de importações, os Bens e Serviços com maior relevância em 2018, foram: Insumos industriais elaborados, Bens de capital, exceto equipamentos de transporte industrial, Combustíveis e lubrificantes elaborados, refino de petróleo, Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes, produtos da indústria automobilística, materiais eletrônicos e equipamentos de comunicação, adubos (MDIC, 2020).

1.4. Dinâmica dos Preços ao Consumidor

Conforme o Sistema Nacional de Preços ao Consumidor – SNIPC, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou entre 2015 e 2018 os seguintes níveis de inflação, 2015 (10,67%), 2016 (6,29%), 2017 (2,95%) e 2018 (3,75%). No que se refere ao regime de metas para a inflação estabelecido pelo Banco Central do Brasil, tem permanecido dentro das metas, demonstrando que o país vem conseguindo manter o controle da inflação (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7: Inflação Anual pelo IPCA (% a.a.) e meta da inflação, 2015-2018



Fonte: BCB, 2020.

A inflação medida pelo IPCA-Amplio para o ano de 2018 foi influenciada por uma alta, principalmente, pelos seguintes itens que compõem sua cesta de produtos: grupos Habitação (4,72%) com peso de 0,74%, Transportes (4,19%) e com peso de 0,76% e Alimentação e Bebidas (4,04%) com peso de 0,99%. Juntos, estes três grupos agregaram um impacto de 2,49% na variação acumulada do IPCA, respondendo por 66% desse índice geral de preços (Tabela 1.2.).

Tabela 1.2: IPCA - Variação acumulada no ano, segundo o índice geral e os grupos de produtos e serviços, 2018

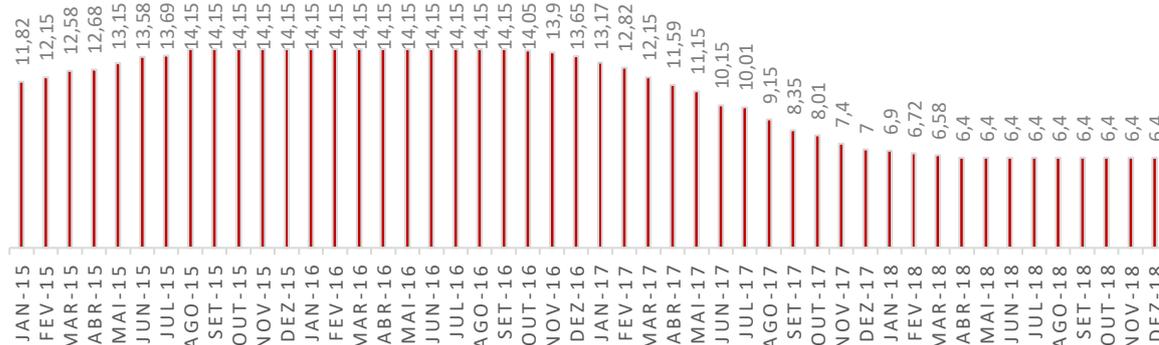
Índice geral e grupos de produtos e serviços	Variação Acumulada no ano (%)	Peso Mensal (%) Dez/2018
Índice geral	3,75	100,00
Alimentação e bebidas	4,04	0,99
Habitação	4,72	0,74
Artigos de residência	3,74	0,15
Vestuário	0,61	0,04
Transportes	4,19	0,76
Saúde e cuidados pessoais	3,95	0,48
Despesas pessoais	2,98	0,33
Educação	5,32	0,26
Comunicação	-0,09	0,00

Fonte: IBGE, 2020.

1.5. Taxa Básica de Juros Selic

No ano de 2015, o governo federal implementou uma política monetária restritiva, estabelecendo uma taxa básica de juros da economia – Selic de 14,5% para controlar as pressões inflacionárias e reduzir as incertezas do mercado visando melhorar o ambiente econômico nacional. Mas os níveis mais elevados da Selic influenciaram negativamente a dinâmica das atividades econômicas assim como os níveis de investimento. Esse patamar de 14,15% foi mantido até setembro de 2016, quando o Banco Central começou a reduzir a taxa Selic (Gráfico 1.7) (Banco Central, 2020).

Gráfico 1.7: Taxa básica de juros - Selic (%), Jan/15 – Dez/18.



Fonte: BCB, 2019.

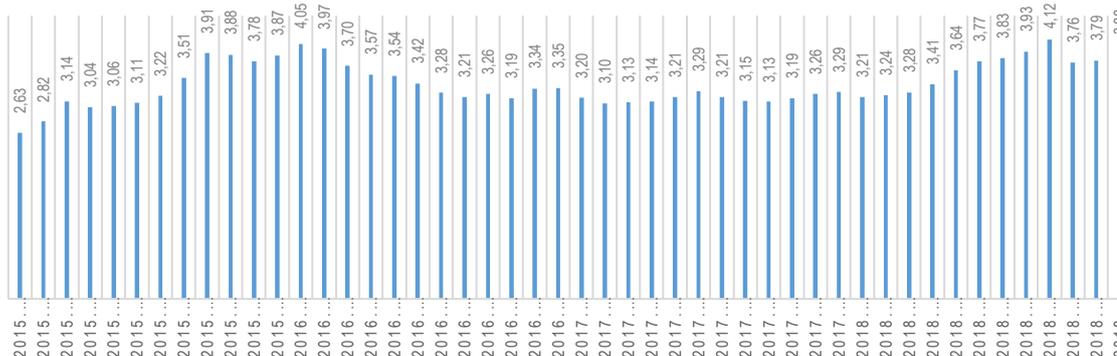
OBS.: A taxa Selic Anualizada na base 252 dias é ligeiramente menor do que a taxa SELIC definida nas reuniões do Conselho de Política Monetária – COPOM.

Ainda conforme o Gráfico 1.7, verifica-se que a partir de janeiro de 2017, a taxa básica de juros – Selic foi sendo reduzida em um ritmo lento até chegar a 6,4% em dezembro de 2018, quando chegou ao seu nível mais baixo. Essa movimentação da taxa básica de juros - SELIC teve como objetivo melhorar a dinâmica das atividades econômicas por meio da disponibilização de crédito para investimento mais barato, e manter a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo próxima ao centro da meta.

1.6. Evolução da Taxa de Câmbio

Avaliando a evolução da Taxa de câmbio (R\$/US\$) referente a taxa comercial para compra na média mensal do Brasil no mercado exterior, verifica-se que este utiliza taxas de câmbio flutuantes, trabalhando principalmente com o dólar turismo para a realização de operações de viagens ao exterior e o dólar comercial para transações comerciais de exportação, importação e transferências financeiras.

Gráfico 1.7: Média mensal da Taxa de Câmbio (R\$/US\$, comercial/venda), jan. /15 - dez. /18.



Fonte: BCB, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos, 2020.

Entre os anos de 2015 e 2018, a evolução da taxa de câmbio exercitada no mercado brasileiro mostrou desvalorização da moeda nacional frente ao dólar, entre janeiro de 2015 registrou um valor de R\$2,63/US\$, passando para R\$2,63/US\$ em janeiro de 2016, mês em que o dólar-americano apresentou seu maior valor frente ao Real. Entre janeiro de 2016 a fevereiro de 2017, a moeda nacional apresentou valorização frente ao Dólar, passando de R\$4,05/US\$ para R\$3,10/US\$. Entre fevereiro de 2017 a setembro de 2018, o Dólar voltou a se valorizar frente ao Real, atingindo o valor de R\$4,12/US\$, fechando o ano de 2018 com uma taxa de câmbio de R\$3,88/US\$ (Gráfico 1.7) (BCB, 2020).

Um dos motivos para a desvalorização do real frente ao dólar foi a elevação da inflação nos anos de 2015 e 2016. Outros fatores que contribuíram para a desvalorização do Real neste período foram: a

valorização do Dólar americano no mercado internacional e o aumento do grau de risco de investimentos no Brasil medido por agências do mercado financeiro internacional frente à conjuntura de crise econômica, política e fiscal que o país enfrentou nos anos de 2015 e 2016. Sendo a taxa de câmbio um dos determinantes dos preços de bens de investimentos importados pelas empresas para a modernização de seus parques industriais.

Quanto aos anos de 2017 e 2018, o controle da inflação e uma retomada de crescimento do Brasil ajudou a moeda nacional a se valorizar frente ao Dólar, destacando que nestes anos a balança comercial brasileira registrou um “superávit” de US\$ 67 bilhões (2017) e US\$ 58,7 bilhões (2018).

Dessa forma, taxas de câmbio apreciadas impulsionam a importação de máquinas e equipamentos e, portanto, o investimento no Brasil. De forma análoga as desvalorizações no câmbio afetam negativamente a Formação Bruta de Capital Fixo brasileira em máquinas e equipamentos, seja por encarecer as importações, ou mesmo por elevar o endividamento das grandes empresas que captam recursos em moeda estrangeira, inibindo seus investimentos (Júnior et al, 2020).

2 CONTAS REGIONAIS

Nicolino Trompieri Neto²

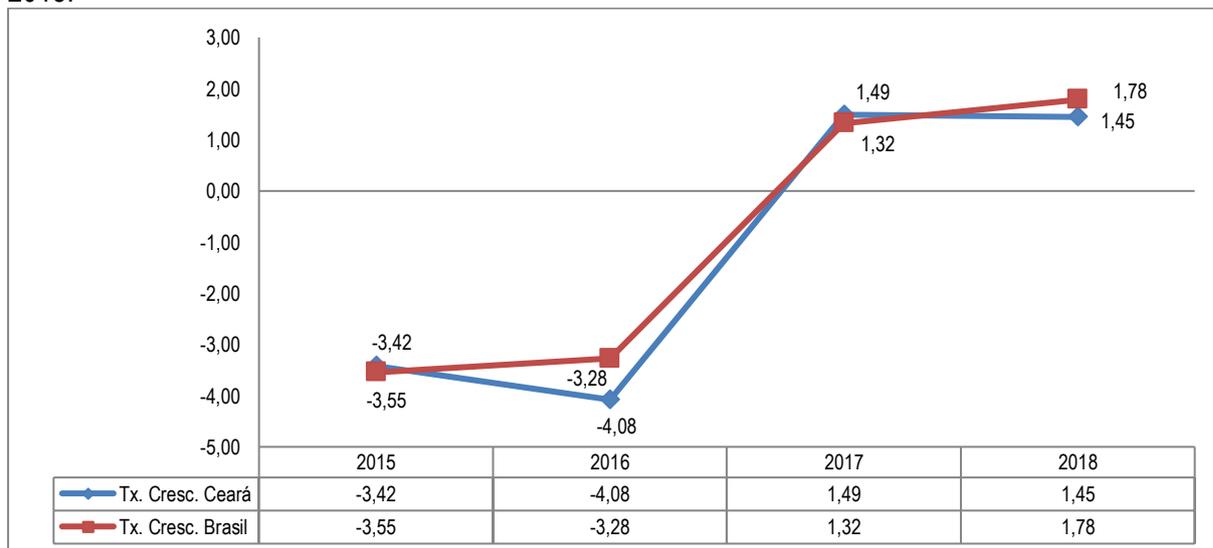
2.1. O Produto Interno Bruto

A análise empreendida nesse tópico compreende os anos de 2015 a 2018, de acordo com a base de 2010 das Contas Regionais do IBGE, referentes às informações do PIB do Ceará, dos seus três setores (agropecuária, indústria e serviços), bem como as atividades que os compõem.

O Gráfico 2.1 mostra as taxas de crescimento anuais do PIB das economias do Brasil e do Ceará para o período de 2015 a 2018. Nos anos de 2015 e 2016 verificam-se os efeitos da crise macroeconômica para o Brasil e o Ceará, iniciada em 2014, no qual durou até o ano de 2016, quando o Brasil e o Ceará registraram decréscimos de 3,28% e 4,08% respectivamente. Já o ano de 2017, mostrou-se o início da recuperação da crise, e que foi mantida para o ano de 2018, onde a economia cearense registrou um crescimento de 1,45% e a economia brasileira apresentou uma expansão de 1,78%.

O período de queda do PIB do Ceará, verificada nos anos de 2015 e 2016, foi influenciado pelo forte desequilíbrio fiscal do Governo Federal, pelo alto nível de endividamento das famílias, bem como pelo baixo nível de confiança das empresas em relação ao comportamento da economia brasileira, o que levou a diminuir fortemente o nível de investimento privado. Soma-se a política monetária restritiva, de aumento da taxa de juros, para o controle da inflação, que tem tornado o crédito mais caro. Estes fatores provocaram principalmente uma diminuição no nível de consumo das famílias, gerando uma desaceleração no crescimento do setor de serviços, o qual é o setor de maior participação no PIB do Ceará.

Gráfico 2.1: Evolução da taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2015-2018.



Fonte: IBGE e IPECE.

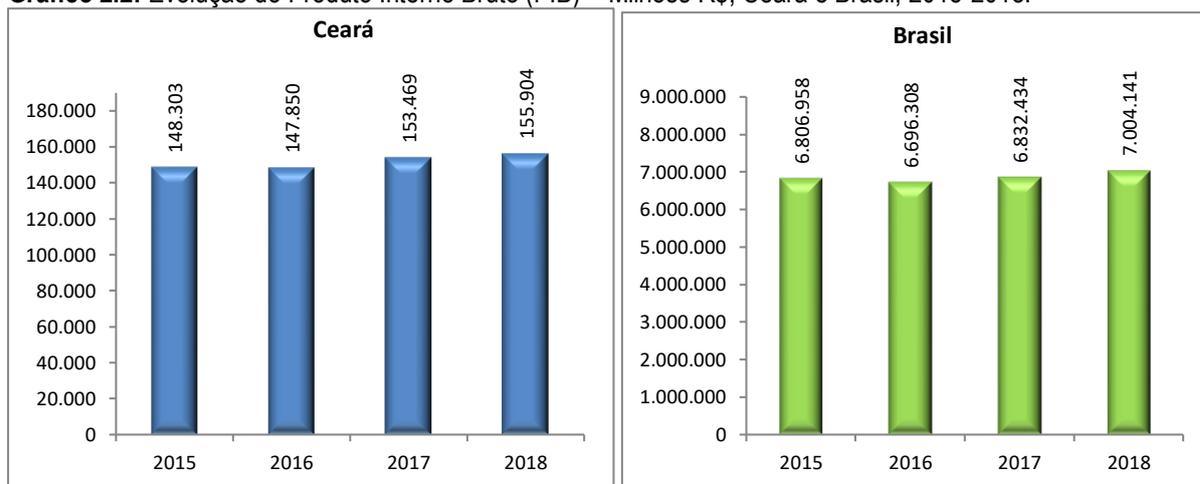
A queda de juros verificada no ano de 2017, passando de 13,0% a.a., no início de 2017, para 7,00% a.a., ao final do mesmo ano, implicou na redução do IPCA, ao final de 2017, para um valor de 2,95%, no qual

² Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

incentivou um aumento do consumo das famílias, aquecendo a atividade do comércio. Este tem sido o principal motor para a retomada do crescimento no período 2017-2018, ainda que de forma muito tímida e bem aquém aos níveis do período 2013-2014.

De acordo com o Gráfico 2.2, no qual apresenta-se a trajetória do PIB em valores constantes a preços de 2018, em decorrência da crise macroeconômica, houve reduções reais do PIB na comparação do ano de 2016 em relação ao ano de 2015, mas com recuperação nos anos 2017 e 2018. O PIB do Ceará passou de aproximadamente R\$ 148,30 bilhões, em 2015, para o valor de aproximadamente R\$ 155,90 bilhões, em 2018, enquanto que o PIB do Brasil apresentou um montante de aproximadamente R\$ 6,81 trilhões, em 2015, para um valor de aproximadamente R\$ 7,0 trilhões, em 2018.

Gráfico 2.2: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) – Milhões R\$, Ceará e Brasil, 2015-2018.

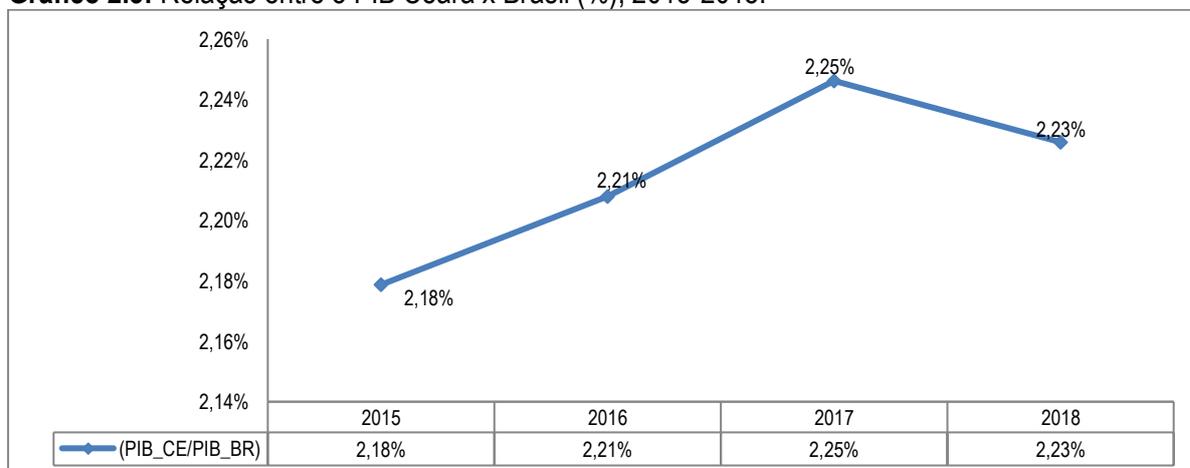


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2018.

De acordo com o Gráfico 2.3 abaixo, ainda que as taxas de crescimento para as economias do Ceará e do Brasil nos anos de 2015 e 2016 apresentaram retrações, o PIB do Ceará apresentou um ganho de participação, em relação ao PIB nacional, onde em 2015, o Ceará apresentava uma participação de 2,18% da economia nacional, passando para 2,25% em 2017. Houve uma pequena redução de participação no ano de 2018, quando se registrou 2,23%, dado que em 2018 a economia cearense cresceu menos do que a economia do Brasil, 1,45% contra 1,78%, respectivamente.

Gráfico 2.3: Relação entre o PIB Ceará x Brasil (%), 2015-2018.

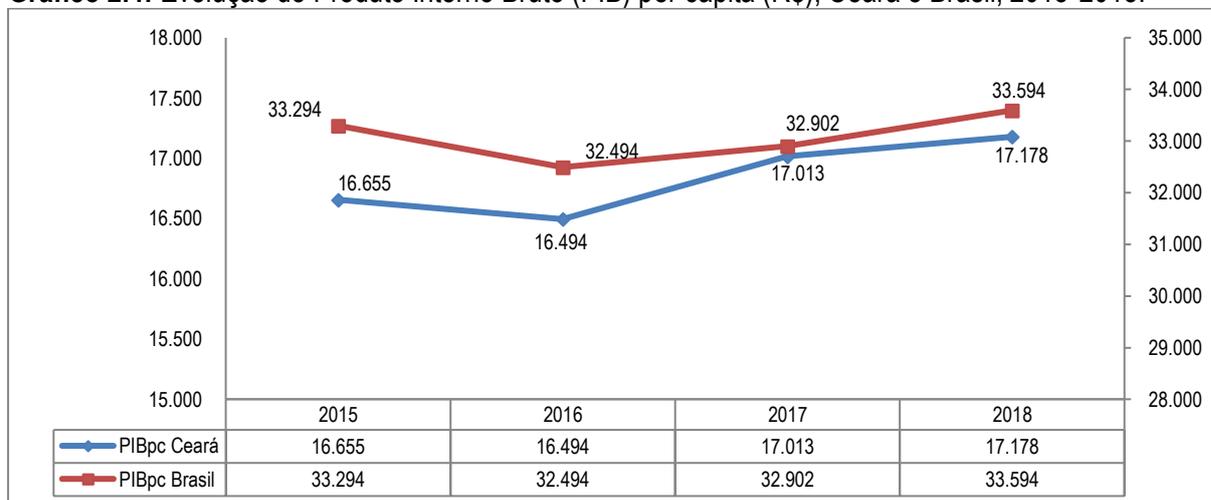


Fonte: IBGE e IPECE.

O Gráfico 2.4 apresenta o PIB *per capita* em termos de valores constantes a preços de 2018, onde, em decorrência da crise macroeconômica, o PIB *per capita* cearense de 2016 apresentou uma queda real em relação ao ano de 2015, passando de R\$ 16.655, em 2015, para R\$ 16.494 em 2016, enquanto o

PIB *per capita* brasileiro passou de R\$ 33.294, para um valor de R\$ 32.494, no mesmo período de comparação. Após o ano de 2016 houve um processo de crescimento real no PIB *per capita*, tanto para o Ceará quanto para o Brasil, atingindo em 2018 os valores de R\$ 17.178 e R\$ 33.594, respectivamente.

Gráfico 2.4: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (R\$), Ceará e Brasil, 2015-2018.

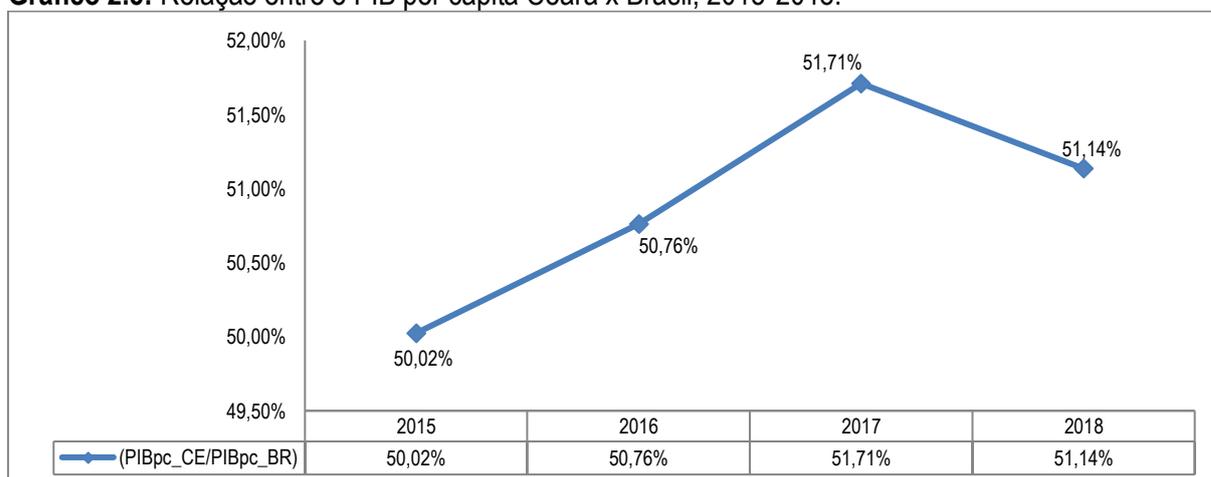


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2018.

Quando se observa a evolução da participação levando-se em consideração o crescimento populacional por meio do PIB *per capita*, verifica-se novamente uma tendência de crescimento no ganho de participação da economia do Ceará em relação a do Brasil, a partir de 2015 até o ano de 2017, quando atingiu-se o valor máximo de 51,71% desse indicador para a série histórica 2002-2018. O Gráfico 2.5, a seguir, apresenta essa evolução, onde a participação passou de 50,02%, em 2015, para 51,14%, em 2018.

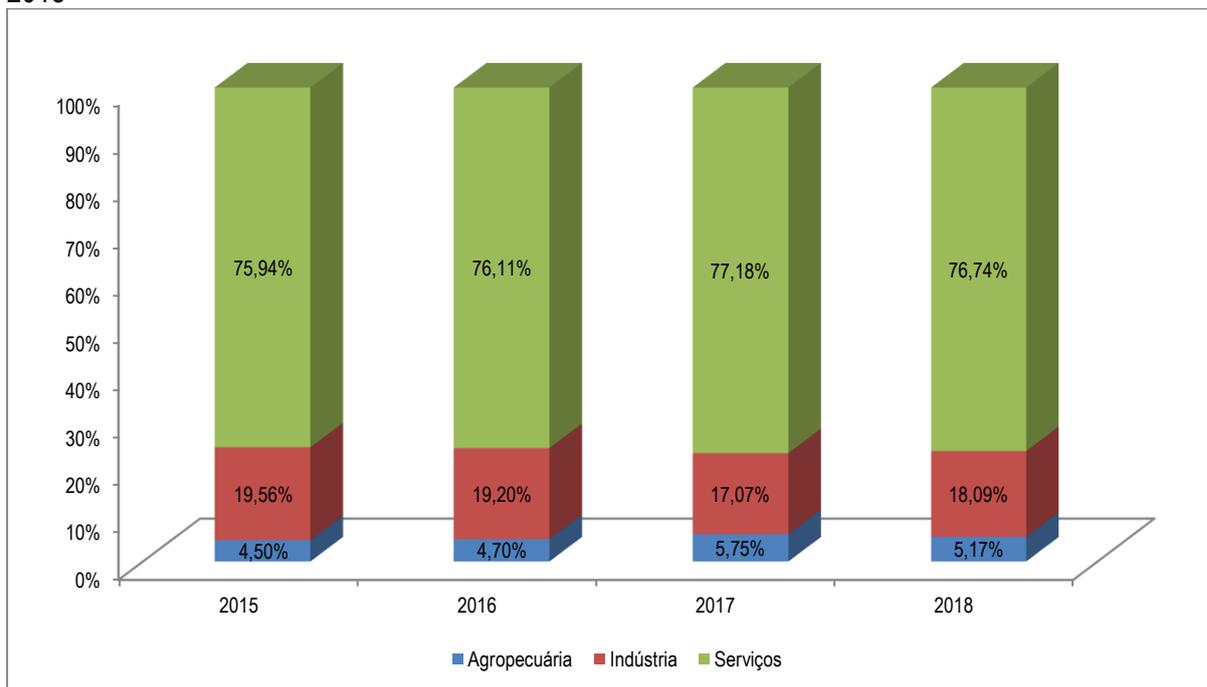
Gráfico 2.5: Relação entre o PIB per capita Ceará x Brasil, 2015-2018.



Fonte: IBGE e IPECE.

Em relação a desagregação do crescimento da economia cearense pelas participações de seus três principais setores, observa-se que essa expansão foi favorecida, principalmente, pelo setor de serviços, uma vez que representava 75,94% do total do valor adicionado (VA) do Ceará, em 2015, passando a representar 76,74% em 2018 (Gráfico 2.6). A participação do setor da agropecuária também cresceu, passando de 4,50% em 2015, para 5,17% em 2018. Já a indústria, nessa mesma base de comparação, foi o único setor que apresentou queda, passando de 19,56%, em 2015, para 18,09% de participação no VA da economia cearense em 2018.

Gráfico 2.6: Participação (%) dos valores adicionados dos setores no valor adicionado total – 2015 a 2018



Fonte: IBGE e IPECE

Das atividades que compõem o setor da agropecuária (Tabela 2.1) a atividade agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita é a mais importante, com uma participação, em 2018, de 3,21% do VA total da economia cearense, e também foi a atividade que ganhou maior participação, com um ganho de aproximadamente 1,0 ponto percentual (p.p.) na comparação 2015/2018. Já a atividade da pecuária apresentou uma participação de 1,50%, em 2018, seguida da produção florestal, pesca e aquicultura, onde registrou-se, para o mesmo ano, uma participação de 0,46%.

Tabela 2.1: Participação (%) do valor adicionado (VA) da agropecuária e suas atividades no VA total – Ceará - 2015-2018.

Atividades Econômicas	2015	2016	2017	2018	Ganhos e Perdas 2015/2018 (p.p.)
Agropecuária	4,50	4,70	5,75	5,17	0,67
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2,22	2,52	3,65	3,21	0,99
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,61	1,62	1,56	1,50	-0,11
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,67	0,55	0,55	0,46	-0,21

Fonte: IBGE e IPECE.

Analisando as atividades que compõem o setor da indústria (Tabela 2.2), a mais importante é a indústria de transformação, com uma participação, em 2018, de 9,27% no total do VA do Ceará, seguida das atividades da construção civil (4,83%), produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (serviços industriais de utilidade pública - SIUP) (3,67%) e indústria extrativa (0,31%). Comparando o ano de 2018 com o ano de 2015, a atividade SIUP foi a que apresentou o maior ganho de participação, com 1,03 pontos percentuais (p.p.), enquanto a Construção civil apresentou a maior perda (-3,28 p.p.).

Tabela 1.2: Participação (%) do valor adicionado (VA) da indústria e suas atividades no VA total – Ceará - 2015-2018.

Atividades Econômicas	2015	2016	2017	2018	Ganhos e Perdas 2015/2018 (p.p.)
Indústria	19,56	19,20	17,07	18,09	-1,47
Indústrias extrativas	0,30	0,16	0,28	0,31	0,01
Indústrias de transformação	8,50	8,20	8,47	9,27	0,77
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP)	2,64	3,83	3,85	3,67	1,03
Construção civil	8,12	7,00	4,48	4,83	-3,28

Fonte: IBGE e IPECE.

Em relação as atividades que compõem o setor de serviços, o destaque com a maior participação no total do VA do Ceará, em 2018, foi APU (23,67%) (Tabela 2.3). Esse resultado reforça a percepção quanto à importância do papel do setor público na economia do Ceará, não apenas para estimular o crescimento econômico, mas também para atender as demandas sociais provenientes do crescimento populacional. Os outros destaques foram comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14,57%), atividades imobiliárias (10,49%) e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (8,01%). Dentre as atividades dos serviços, a que mais ganhou participação no período 2015-2018, foi Educação e saúde privadas (0,50 p.p.) seguida de Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (0,45 p.p.), enquanto Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados apresentou a maior perda, apresentando um declínio de 0,51 pontos percentuais.

Tabela 2.3: Participação (%) do valor adicionado (VA) dos serviços e suas atividades no VA total – Ceará - 2015-2018.

Atividades Econômicas	2015	2016	2017	2018	Ganhos e Perdas 2015/2018 (p.p.)
Serviços	75,94	76,11	77,18	76,74	0,80
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,93	14,65	15,89	14,54	-0,39
Transporte, armazenagem e correios	2,92	3,03	3,16	3,26	0,34
Alojamento e alimentação	2,99	2,99	3,19	3,34	0,35
Informação e comunicação	2,06	2,04	2,11	2,18	0,12
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,42	4,86	4,44	3,91	-0,51
Atividades imobiliárias	10,58	10,59	10,37	10,49	-0,09
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,56	7,59	7,36	8,01	0,45
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (APU)	23,66	23,34	23,68	23,67	0,01
Educação e saúde privadas	3,55	3,71	3,77	4,05	0,50
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	2,07	2,06	2,01	2,15	0,08
Serviços domésticos	1,19	1,25	1,19	1,15	-0,04

Fonte: IBGE e IPECE.

Analisando o PIB de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará (Tabela 2.4) verifica-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2018, 64,97% do PIB do Ceará. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (7,95%) e Sertão de Sobral (4,45%). As participações das macrorregiões, na comparação de 2018 com 2015, apresentaram ganhos ou perdas menores do 1,0%, onde o maior ganho de participação no período de análise foi registrado na macrorregião de planejamento Serra da Ibiapaba, com um acréscimo de 0,49 p.p., enquanto a maior

perda de participação foi verificada no Cariri, com uma queda de 0,34 pontos percentuais, seguida da Grande Fortaleza, que registrou uma perda de 0,33 pontos percentuais.

Tabela 2.4: Evolução da participação das macrorregiões de planejamento no Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado – Ceará – 2015-2018.

Macrorregiões de Planejamento	2015		2018		Ganho e Perdas 2015/2018 (p.p.)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Cariri	10.387.734	7,95%	11.874.893	7,62%	-0,34
Centro Sul	3.349.609	2,56%	3.846.879	2,47%	-0,10
Grande Fortaleza	84.870.896	64,97%	100.776.679	64,64%	-0,33
Litoral Leste	2.608.397	2,00%	2.820.445	1,81%	-0,19
Litoral Norte	3.133.482	2,40%	3.922.859	2,52%	0,12
Litoral Oeste/Vale do Curu	3.280.991	2,51%	4.171.907	2,68%	0,16
Maciço de Baturité	1.794.331	1,37%	2.242.459	1,44%	0,06
Serra da Ibiapaba	2.914.947	2,23%	4.235.655	2,72%	0,49
Sertão Central	3.158.787	2,42%	3.947.993	2,53%	0,11
Sertão de Canindé	1.387.484	1,06%	1.485.587	0,95%	-0,11
Sertão de Crateús	2.490.136	1,91%	2.856.590	1,83%	-0,07
Sertão dos Inhamuns	975.803	0,75%	1.121.169	0,72%	-0,03
Sertão de Sobral	5.808.916	4,45%	7.121.437	4,57%	0,12
Vale do Jaguaribe	4.468.334	3,42%	5.479.275	3,51%	0,09
Ceará	130.629.849	100%	155.903.825	100%	-

Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Valores correntes.

3 AGROPECUÁRIA

Ana Cristina Lima Maia³

3.1. Introdução

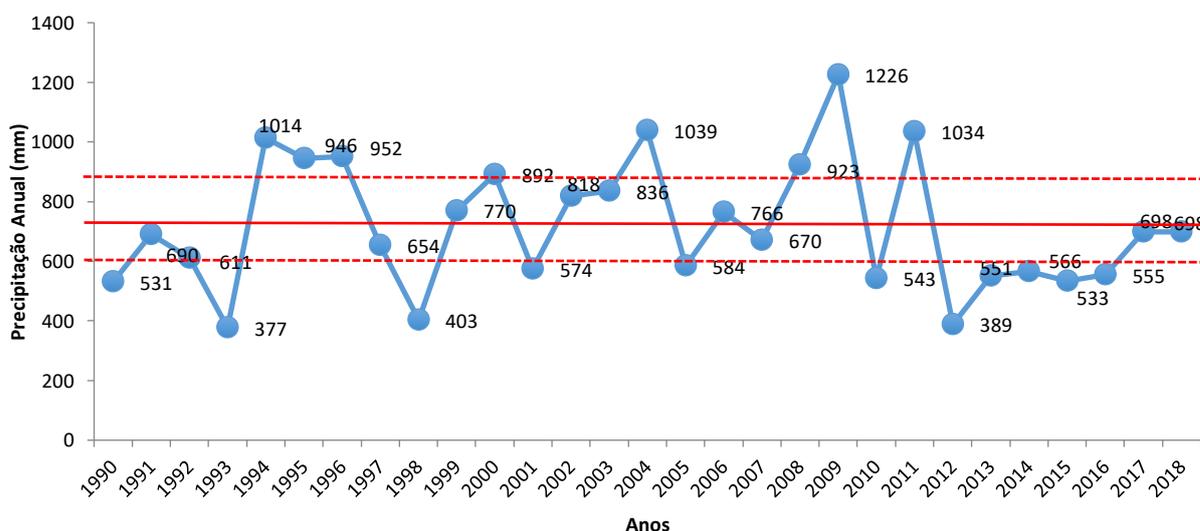
O setor agropecuário do Ceará participou com 0,02% do setor agropecuário do Brasil nos anos de 2015 a 2018. No Nordeste o setor cearense respondeu por 0,11% em 2011, em 2017 houve ganho de participação, passando para 0,14%, mas em 2018 voltou a perder participação, ficando 0,12% da agropecuário do Nordeste.

O valor adicionado do setor agropecuário do Brasil apresentou crescimento de 13,23% no acumulado do período de 2015 a 2018, para o Nordeste o crescimento desse setor, no mesmo período, foi de 10,29%, e o Ceará cresceu 9,1%. O setor agropecuário do Ceará apresentou bom desempenho nos anos de 2017 e 2018, mas registrou queda nos anos de 2015 e 2016 devido aos efeitos negativos causados pelo baixo volume de precipitação desses anos.

O setor agropecuário do Ceará é marcado pelos períodos de estiagem, prejudicando a produção agrícola e pecuária, e por períodos de maior abonação de água com chuvas suficientes para obter uma maior produção. Diante disso, a produção agrícola do estado apresenta grandes oscilações, com forte dependência com o volume de chuva ocorrido no período. Os anos de 2017 e 2018 marcaram a saída de cinco anos de seca que o Ceará sofreu.

As chuvas ocorridas no Ceará são bastante irregulares, conforme vista na Figura 3.1, as chuvas, entre os anos de 2012 e 2016, ficaram bem baixo da média e em 2017 e 2018 ficaram em torno da média. Esse fenômeno climático trouxe vários efeitos negativos para as atividades do setor agropecuário.

Figura 3.1: Volume de chuvas ocorridas no Ceará (mm) – 1990 a 2018



Fonte: Funceme. Elaboração: IPECE.

Obs.: Valores calculados com base na média de Thiessen.

Obs.: Média histórica de 800,62 mm, variando entre 674,56 mm e 926,39 mm

³ Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

A precipitação ocorrida nos dois últimos anos favoreceu a produção agrícola, principalmente aquelas de sequeiro. Mas ainda assim, não foi suficiente para os reservatórios de água do estado adquirir um aporte necessário para sair da crise hídrica, encerrando o ano de 2018 com apenas 11,15% do total da capacidade do estado.

3.2. Produção Agrícola

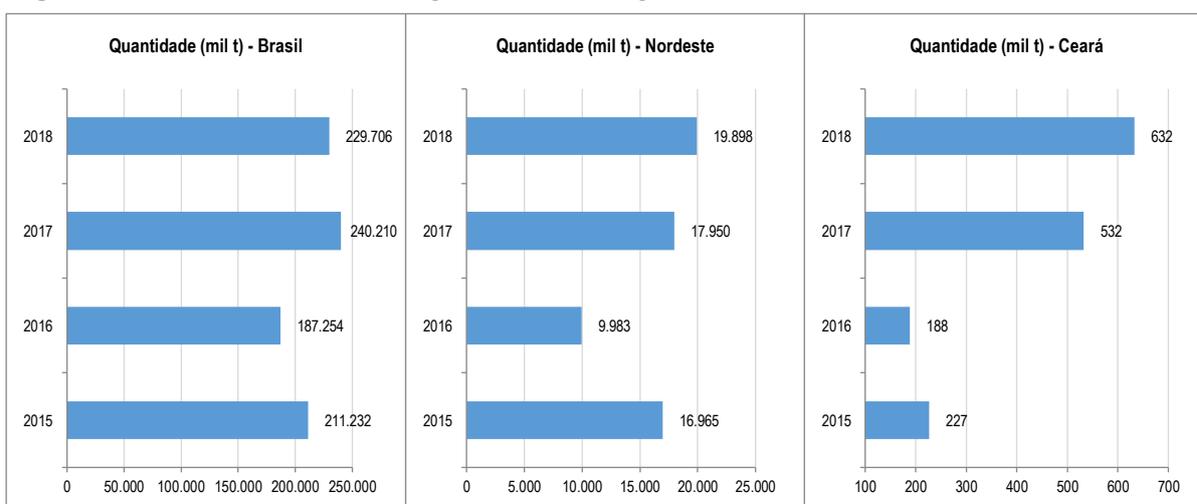
O valor da produção da atividade agrícola no acumulado de 2015 a 2018 para o Brasil registrou crescimento de 17,4%, ficando acima da verificada no Nordeste (10,3%) e do Ceará (10,0%), resultado influenciado principalmente pela produção de grãos dos estados do Centro Oeste. Porém, ao observar o crescimento da atividade agrícola de 2018 comparado com 2017, o Nordeste e o Ceará apresentaram maior variação, com 11,2% e o 6,7%, respectivamente, enquanto o Brasil registrou crescimento de apenas 0,9%.

Conforme pode ser observado na Figura 3.2 a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas foi menor nos anos de 2015 e 2016, quando neste último ano a produção das principais lavouras desse grupo (soja, milho, algodão, feijão, arroz) tiveram queda. Para o Brasil o impacto de queda foi menor, pois a redução da produção de soja foi de apenas 1,1%, sendo o a região do Centro Oeste o maior produtor. Nos anos 2017 a produção atingiu valor recorde de 240 milhões de toneladas.

Para o Nordeste, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas também teve seu pior ano em 2016, mas voltou a aumentar a produção nos anos seguintes, atingindo a quantidade de 19,9 milhões de tonelada, registrando crescimento de 99,3% com relação a 2016 e crescimento de 10,8% comparado com 2017. Contribuíram para esse resultado principalmente, fava, feijão, soja e milho.

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará chegou ao menor nível de produção quando atingiu o valor de apenas 188 toneladas, a menor quantidade dos últimos trinta anos. Em 2017, a quantidade produzida foi de 532 toneladas, crescimento de 182,9% comparado com 2016 e em 2018 a produção foi ainda maior chegando à marca de 632,5 toneladas, aumento de 236,3% em relação a 2016 e 18,9% com relação a 2017.

Figura 3.2: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Brasil - Nordeste - Ceará - 2015 a 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará consiste principalmente de milho, feijão, arroz e fava, sendo a maior parte cultivada em sequeiro, por esse motivo altamente dependente da quadra chuvosa em toda a extensão do estado. Vale ressaltar que ainda assim a capacidade de produção

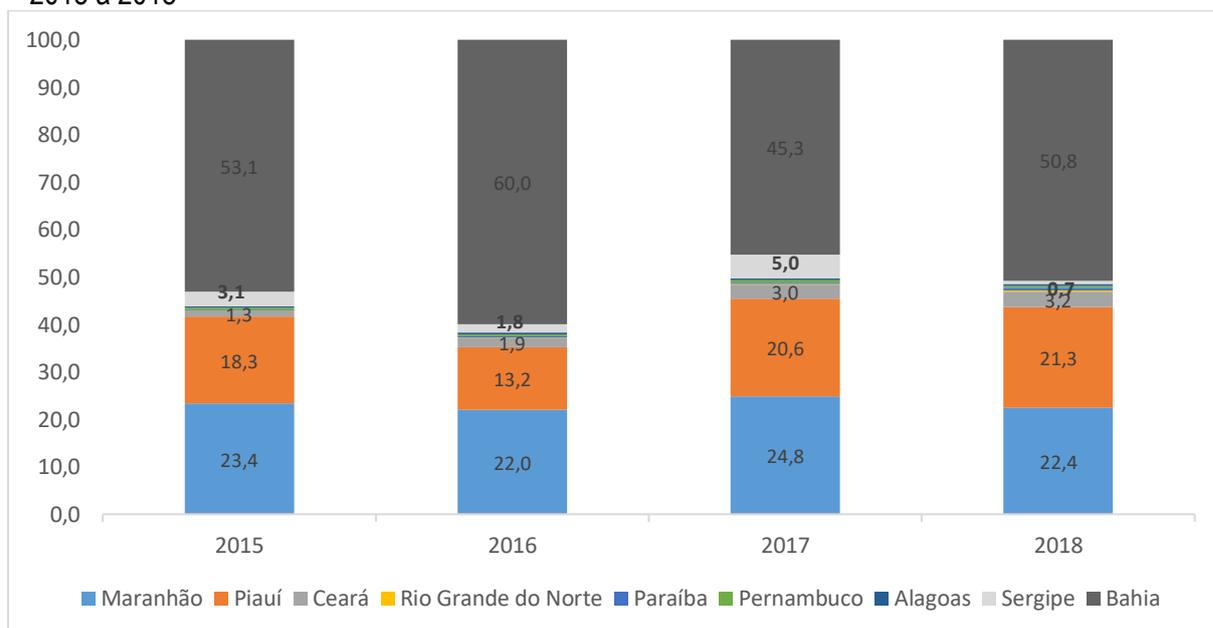
no Ceará desse grupo agrícola ultrapassa mil toneladas, como já ocorreu em diversos anos, como 2006, 2008, 2011, para citar apenas os mais recentes.

Bahia, Maranhão e Piauí são os maiores produtores de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste, respondendo por 94,5% total desse grupo agrícola produzido na região. Esses três estados, mais Tocantins, formam a região Matopiba. Essa região vem se destacando pela elevada produtividade e produção de milho, soja e algodão. Dessa forma, esses três estados possuem, características de produção agrícola diferenciadas, com melhor bioma, clima, relevo e solos para a produção, se destacando dos demais estados do Nordeste.

Considerando o grupo dos demais estados da região Nordeste, onde as características do bioma da caatinga predominam mais fortemente, o Ceará é o estado com maior produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, aparecendo como o quarto maior produtor da região. Ao longo dos quatro anos analisados observou-se que a participação do estado na região Nordeste aumentou consecutivamente, passando de 1,3%, em 2015, para 3,2%. Sergipe, oscilou bastante sua participação ao longo desse período, atingindo a maior participação em 2017, com 5,0%, mas em 2018 a participação caiu para 0,7%.

Em seguida estão os estados de Pernambuco e Paraíba que em 2018 participaram com 0,5%, cada, do total da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste. Alagoas e Rio Grande do Norte, em 2018, participaram cada uma com 0,3% (Figura 3.3).

Figura 3.3: Participação da Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas dos estados no Nordeste – 2015 a 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

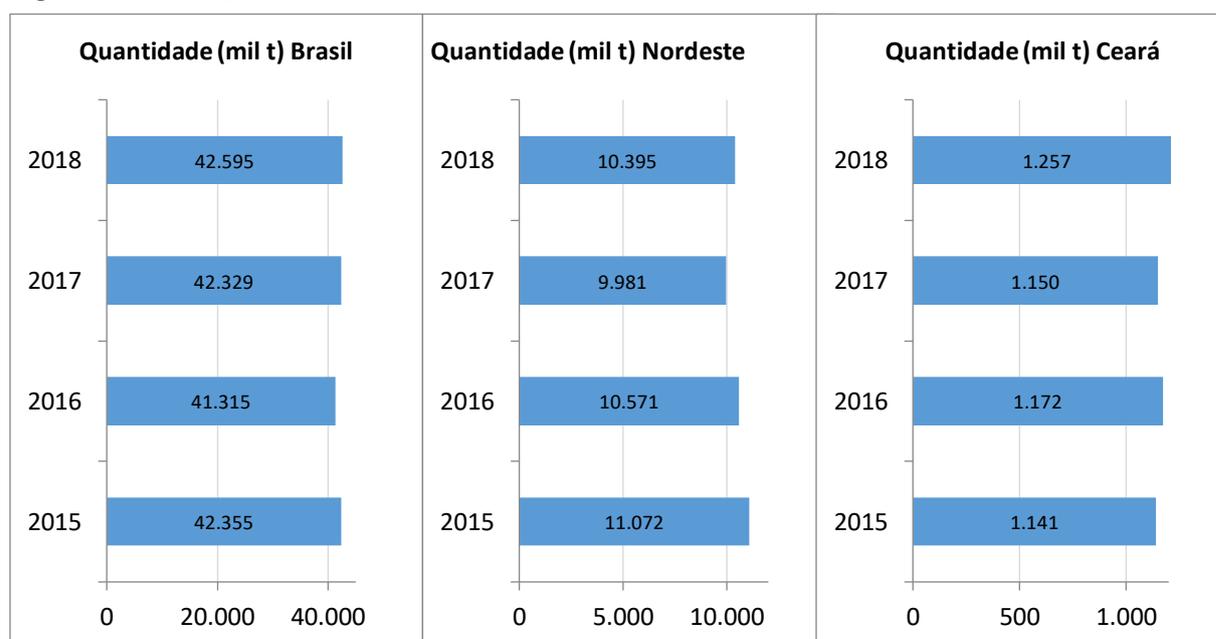
A produção de frutas no Ceará apresenta dinâmica bastante diferenciada da produção cereais, leguminosas e oleaginosas, com maior protagonismo tanto na região Nordeste como no Brasil. A produção de frutas no Ceará começou a ganhar destaque no começo dos anos 2000, período que o sistema de produção de irrigação começou a se intensificar dentro do estado. Porém, devido ao período de seca a produção de frutas também foi fortemente afetada, entre os anos de 2008 e 2014, a quantidade produzida estava em torno de 1.500 mil toneladas. Mas em 2015 reduziu a produção para 1.141 mil toneladas, quando o Ceará entrou em uma situação grave da crise hídrica.

Dessa forma, em 2015, a produção registrou redução de 25,6% comparado com 2014, sendo a menor quantidade dos dez anos anteriores a 2015. Em 2016 e 2017 apresentou leve aumento, e em 2018 a produção foi de 1.257 toneladas, indicando crescimento de 9,4% comparado com 2017 e crescimento de 10,2% com relação a 2015. Mesmo com esse aumento a produção agrícola do Ceará ainda se encontra abaixo da quantidade máxima já produzida pelo estado. Mesmo com o maior volume de chuva nos dois últimos anos, os produtores atribuem essa queda na produção pela incerteza da disponibilidade água, gerando insegurança hídrica e afastamento de novos investimentos.

Para o Brasil o comportamento da produção de frutas foi bem menos afetado, apresentando redução apenas em 2016 de 2,4%, com relação a 2015. Em 2017, a produção de frutas no Brasil foi de 42,3 milhões de toneladas. As regiões Sudeste, Nordeste e Sul são as maiores produtoras de frutas, com destaque para os estados de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Para o Nordeste, a produção de frutas registrou redução de 5,7% comparado com 2014, seguindo de redução também nos anos de 2016 e 2017, quando obteve o menor valor da quantidade produzida para na região (9.981 mil toneladas). Em 2018, houve leve aumento da produção (4,1%) comparado com 2017, mas ainda abaixo do valor de 2015.

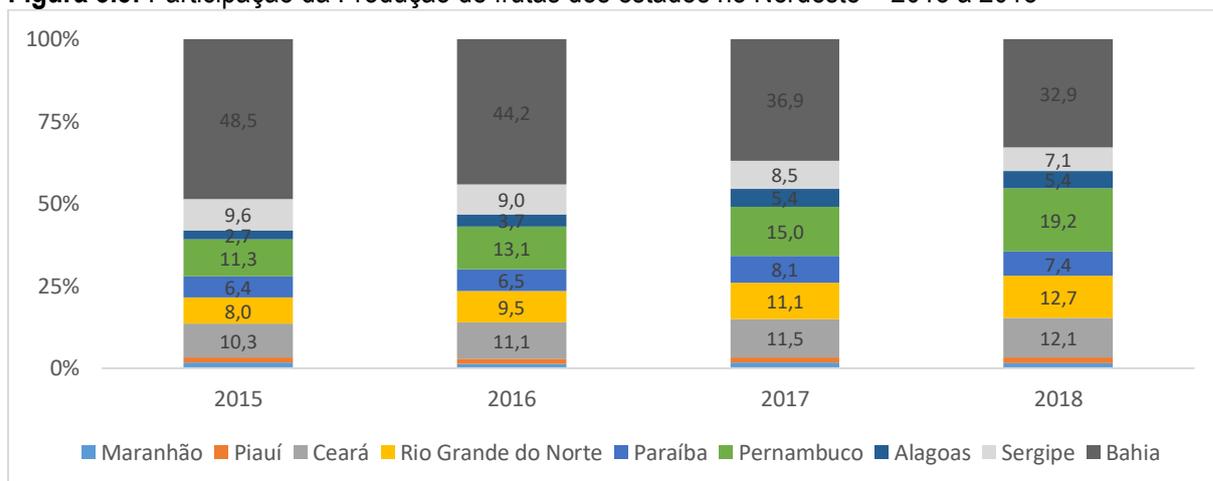
Figura 3.4: Produção de frutas – Brasil – Nordeste – Ceará – 2015 a 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O estado da Bahia é o maior produtor de frutas do Nordeste, mantendo esse título nos quatro anos analisados, porém com perda de participação. Em 2018, a produção desse estado foi de 3,4 milhões de toneladas, quantidade bem abaixo dos obtidos em 2015 e 2016 quando produziu em torno de 5,4 milhões de toneladas. O estado de Pernambuco é o segundo maior produtor de frutas do Nordeste, registrando ganho de participação ao longo dos quatro anos analisados, tendo sido o estado de melhor desempenho do Nordeste na produção de frutas. Em 2015 a produção do estado foi de 1,2 milhões de toneladas e em 2018 atingiu a quantidade de 2,0 milhões de toneladas.

Figura 3.5: Participação da Produção de frutas dos estados no Nordeste – 2015 a 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O Ceará, nos anos de 2015 a 2017, foi o terceiro maior produtor de frutas do Nordeste com ganho de participação, indicando ótima atuação na região Nordeste mesmo tendo sido um dos estados que mais sofreu com o período de seca. Porém, em 2018 passou para a quarta posição, sendo ultrapassado pelo estado do Rio Grande do Norte. Dessa forma, o Ceará encerrou a série com participação 12,1% da produção de frutas do Nordeste.

Como visto o Rio Grande do Norte também foi um estado com elevado crescimento na produção de frutas, saindo da participação de 8,0% em 2015 para 12,7%, em 2018. Em seguida está Paraíba, com 7,4% de participação em 2018, Sergipe (7,1%), Alagoas (5,4%), Piauí (1,7%) e Maranhão (1,6%) (Figura 3.5).

3.1.1. Principais produtos agrícolas do Ceará

Principais Grãos

Os principais cereais, leguminosas e oleaginosas produzidos pelo Ceará, em termos de valor, são: feijão, milho, fava e arroz, considerando o ranking de 2018.

O valor de produção do milho em 2018 foi de R\$ 292,3 milhões, representando 5,4% da produção total agrícola do Ceará ⁴, ultrapassando o valor da produção de feijão que foi superior nos anos anteriores. Esse resultado muito se atribui ao rendimento que foi de 825 quilos por hectare, o maior dos últimos anos. A produção de milho ficou muito aquém nos anos de 2015 e 2016, dada as condições climáticas desfavoráveis nesses anos. Em 2018, os principais municípios produtores de milho foram Mauriti, Crateús, Tamboril e Novo Oriente. O cultivo de milho está presente em 183 municípios, apenas Fortaleza não apresentou produção. Os dez principais municípios cearenses representaram uma participação de 25,9%, do valor total produzido pelo estado em 2018 (PAM-IBGE).

O valor da produção de feijão em 2018 foi de R\$ 270,3 milhões, respondendo por 5,0% do valor de produção agrícola do Ceará. Esse valor é menor do que o registrado em 2017, porém maior do que 2015 e 2016. O comportamento da produção do feijão não segue uma tendência correlata com o nível de rendimento, houve queda em 2016 comparado com 2015, em 2017 e 2018 voltou a registrar aumento, tendo sido esse último ano o melhor rendimento (323 kg/ha). A produção de feijão também não é

⁴ Valor total da produção agrícola (PAM)

concentrada, à exceção de Fortaleza, todos os municípios cearenses produziram essa cultura. Os dez principais municípios tiveram participação de 22%, sendo os principais produtores Mauriti, Paramoti, Tamboril e Caridade (PAM-IBGE).

Quanto à produção de fava, observou-se aumento no valor da produção nos anos de 2015 a 2017, porém em 2018 houve redução do valor, explicado pela queda de preço. Com relação ao rendimento, verificou-se aumento e queda de rendimento nos quatro anos analisados, encerrando a série em 299 quilos por hectare, valor menor do que 2017. A produção de fava do Ceará em 2018 ocorreu em 71 municípios, com destaque para Cariraçu, Farias Brito, Palmácia e Aratuba. Esses quatro maiores concentram 36,9% da produção cearense.

A produção de arroz em 2018 gerou R\$ 17,5 milhões, valor abaixo do obtido em 2017 e 2015, porém maior do que 2016. O rendimento de 2018 foi próximo do registrado em 2015, mas foi em 2017 que o rendimento do arroz foi melhor (2.795 kg/ha). O Ceará passou a produzir menos arroz nos últimos anos devido ser uma cultura que demanda bastante água, havendo assim um desestímulo na produção. Ainda assim, 62 municípios registraram plantio de arroz em 2018, sendo os maiores deles Jaguaruana, Morada Nova, São João do Jaguaribe e Limoeiro do Norte. Esses quatro municípios responderam por 45,5% do valor da produção de arroz do estado.

As lavouras de algodão, amendoim e soja apresentam pouca relevância no valor da produção total agrícola do Ceará. No caso da soja o que ocorreu em 2018 foi um experimento de plantio em Maracanaú. A produção de algodão e amendoim ocorreu em todos os anos, o valor produzido por essas culturas possui pouca relevância no total agrícola.

Tabela 3.1: Participação do Valor da Produção e Quantidade dos principais cereais, leguminosas e oleaginosas - Ceará - 2015 a 2018

Cereais, leguminosas e oleaginosas	Valor da produção (R\$ mil)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Milho	82.318	105.531	233.241	292.315	264	242	663	825
Feijão	149.738	241.160	309.885	270.353	167	148	299	323
Fava	13.002	10.899	24.352	20.815	224	171	398	299
Arroz	20.688	16.443	19.794	17.551	2.795	2.376	2.948	2.730
Algodão	166	953	973	2.586	296	1.073	961	791
Amendoim	878	637	3.671	1.819	659	442	1.610	1.143
Soja	-	-	-	222	-	-	-	2.375
Total da produção agrícola do Ceará*	3.319.529	3.906.000	5.425.525	5.377.719	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. Produção agrícola total

Principais Frutas

O valor da produção de frutas do Ceará em 2015 foi de R\$ 994,2 milhões, em 2017 conseguiu atingir o valor R\$ 1,5 bilhão, mas em 2018 registrou valor um pouco abaixo, ficando na marca de R\$ 1,4 bilhão. As principais frutas produzidas no Ceará, em termos de valor, são banana, com participação de 8,83% do total do valor agrícola do estado, seguida de maracujá (4,6%), castanha de caju (4,5%), coco-da-baía (3,1%), melão e mamão com 1,5%, cada.

A produção de banana registrou melhor desempenho em 2017, com R\$ 638,7 milhões, tendo sido também o ano de melhor rendimento (9.836 kg/ha). Em 2018, o rendimento ficou próximo do ano anterior, mas o valor da produção caiu para R\$ 474,4 milhões. Essa redução explicada pela redução da área cultivada e conseqüentemente redução da quantidade produzida. Os principais municípios cearenses produtores de banana são: Redenção, Missão Velha, Limoeiro do Norte e Russas. A produção de

banana, em 2018, foi cultivada em 162 municípios cearenses. Os dez principais responderam por 58,9%, do valor total produzido pelo Ceará.

O Ceará está aumentando constantemente a produção de maracujá, em 2015 o valor da produção foi de R\$ 124,2 milhões, em 2018 somou a quantia de R\$ 246,3 milhões. O rendimento do maracujá em 2015 foi de 15,6 quilogramas por hectare, em 2018 atingiu o melhor rendimento obtendo 21,5 quilos por hectare. A produção de maracujá ocorreu em 53 municípios cearenses, os dez principais participaram com 94,2% do valor total produzido no Ceará. Os principais municípios produtores são: Viçosa, Tianguá, Ubajara e Ibiapina.

A produção de caju nos últimos anos vinha passando um processo de mudança de árvore, em que os cajueiros gigantes estão morrendo e vem sendo substituído pelo cajueiro anão precoce. Diante disso, os anos de 2015 e 2016 tiveram rendimentos muito aquém do desejado, e conseqüentemente pequena produção. Mas a partir de 2017 o rendimento aumentou e em 2018 atingiu o valor de 304 quilos por hectare. O valor da produção atingiu maior valor em 2017 (R\$ 284,1 milhões) e em 2018 o valor foi de R\$ 246,3 milhões, vale ressaltar que a redução do valor da castanha está atrelada a queda de preço, visto que a quantidade produzida em 2018 foi maior do que a obtida em 2017. A castanha de caju foi cultivada em 154 municípios cearenses, os dez principais responderam por 61,1% do valor total gerado no Ceará em 2018. Os principais municípios cearenses produtores de castanha de caju são: Bela Cruz, Beberibe, Ocara e Cascavel.

Tabela 3.2: Participação do Valor da Produção e Quantidade das principais frutas - Ceará - 2015 a 2018

Frutas	Valor da produção (R\$ mil)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Banana	327.684	351.955	638.697	474.667	8.656	8.274	9.836	9.821
Maracujá	124.203	150.498	161.246	246.332	15.638	17.789	17.249	21.489
Castanha de caju	171.708	119.095	284.111	243.993	139	82	260	304
Coco-da-baía	116.446	170.200	145.361	169.571	4.971	6.726	4.792	6.631
Melão	108.660	103.254	62.069	80.715	24.874	30.393	27.586	31.989
Mamão	55.540	78.402	97.742	79.930	40.957	42.055	44.381	49.497
Manga	30.513	33.442	37.465	31.055	7.993	8.088	8.036	9.664
Goiaba	18.008	23.371	27.045	27.481	9.739	9.964	11.448	12.955
Melancia	19.645	20.771	17.371	23.478	25.740	24.666	23.440	25.277
Limão	5.489	7.136	7.606	11.669	5.885	6.012	6.494	7.775
Laranja	5.994	5.590	8.250	8.526	6.252	5.623	6.176	7.132
Abacate	2.846	3.061	4.360	6.159	5.102	5.007	4.830	6.289
Tangerina	1.226	1.064	1.371	2.550	5.023	3.876	4.824	6.194
Uva	2.549	2.072	2.013	1.198	24.737	21.111	19.667	20.095
Abacaxi	3.718	3.294	1.440	658	20.661	27.138	16.222	9.370
Total da produção agrícola do Ceará	3.319.529	3.906.000	5.425.525	5.377.719	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A produção de coco-da-baía também é muito relevante na cultura agrícola cearense, o avanço da tecnologia para exportar a água de coco possibilitou o aumento da produção. Em 2018 o valor da produção foi de R\$ 169,6 milhões. O rendimento dessa oscilou nos quatro anos analisados, mas em 2016 e 2018 tiveram rendimento próximo de 6,5 mil quilos por hectare.

O valor da produção de melão apresentou redução nos anos 2017 e 2018, embora tenha registrado o maior rendimento em 2018 (aproximadamente 32 mil quilos por hectare). No período de seca muitos produtores reduziram a área de plantio dada as incertezas de liberação para a irrigação.

Outras culturas

O Ceará também se destaca na produção de tomate e mandioca, essas culturas apresentam relevância na economia do setor agropecuário do estado. Em 2015, o valor da produção do tomate foi de R\$ 126,2 milhões, em 2018 passou para R\$ 258,7 milhões. O rendimento do tomate apresenta tendência de crescimento, em 2015 era de 43,3 mil quilos por hectare e em 2018 foi de 56,3 mil quilos por hectare. Os principais municípios produtores são: Guaraciaba do Norte, Tianguá, Ibiapina e São Benedito. Os dez principais municípios responderam por 87,1% do valor total de tomate produzida no Ceará.

O valor de produção da mandioca de 2018 foi a maior do período analisado, atingindo o montante de R\$ 220,9 milhões, também nesse ano foi registrado o maior rendimento (9,9 mil kg/ha). A produção de mandioca em 2018 esteve presente em 165 município cearenses, sendo os principais Camocim, Salitre, Granja e Amontada.

A produção de batata-doce está crescendo no Ceará nos últimos anos, passando do valor de R\$ 18,3 milhões, em 2015, para R\$ 92,5 milhões em 2018. Esse crescimento vem acompanhado do aumento de rendimento dessa cultura que nesse último ano atingiu o melhor desempenho, 51,2 mil quilos por hectare. A produção de cana-de-açúcar apresentou valores entre R\$ 99 milhões e R\$ 95 milhões nos anos de 2015 e 2018. Enquanto a produção de café registrou forte queda do valor da produção, saindo de R\$ 10,6 milhões, em 2015, para R\$ 3,5 milhões.

Tabela 3.3: Participação da Quantidade e Valor da Produção de lavouras do Ceará no Nordeste e Brasil - Ceará - 2015 a 2018

Batatas, hortaliças e outros	Valor da produção (R\$ mil)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Tomate	126.159	198.834	247.329	258.748	43.279	48.517	46.756	56.269
Mandioca	137.495	162.186	215.080	220.919	6.134	6.583	8.454	9.943
Cana-de-açúcar	98.436	98.432	99.071	95.934	47.361	44.404	45.578	51.195
Batata-doce	18.326	35.311	55.063	92.504	7.734	10.843	13.137	17.696
Café	10.573	4.860	4.441	3.531	396	228	239	375
Total da produção agrícola do Ceará	3.319.529	3.906.000	5.425.525	5.377.719	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.3. Produção Pecuária

A pecuária cearense, em 2018, representou 1,5% da economia cearense e 29,1% do setor agropecuário do estado, mantendo a participação de 2010. Para o Brasil, observa-se que houve crescimento do valor da produção em 2017 e 2018. No acumulado de 2015 a 2018, o valor da pecuária do Brasil cresceu 1,4%. Para o Nordeste também se verificou crescimento em 2017 e 2018, com taxas mais elevadas do que o Brasil, o que possibilitou uma taxa acumulada de 2,3%. Para o Ceará, as taxas de crescimento da atividade pecuária foram muito maiores do que Nordeste e Brasil, indicando uma aceleração da atividade nos últimos três anos da análise. No acumulado de 2015 a 2018 o valor da produção da pecuária cearense cresceu 22,1%.

Embora a atividade pecuária cearense tenha apresentado desempenho superior a região Nordeste e Brasil, a participação de rebanho pouco alterou. A exceção de galináceos todos os rebanhos apresentaram valor menor em 2018 comparado com 2015. Porém, quando comparado com 2018 com 2017, verificou-se que o rebanho de bovino, suíno e galináceos crescera, e apenas ovino e caprino registraram queda. Com isso, a participação de bovino, suíno e galináceos tiveram ganho de participação de 2017 para 2018, O mesmo não se verificou para ovino e caprino (Tabela 3.4)

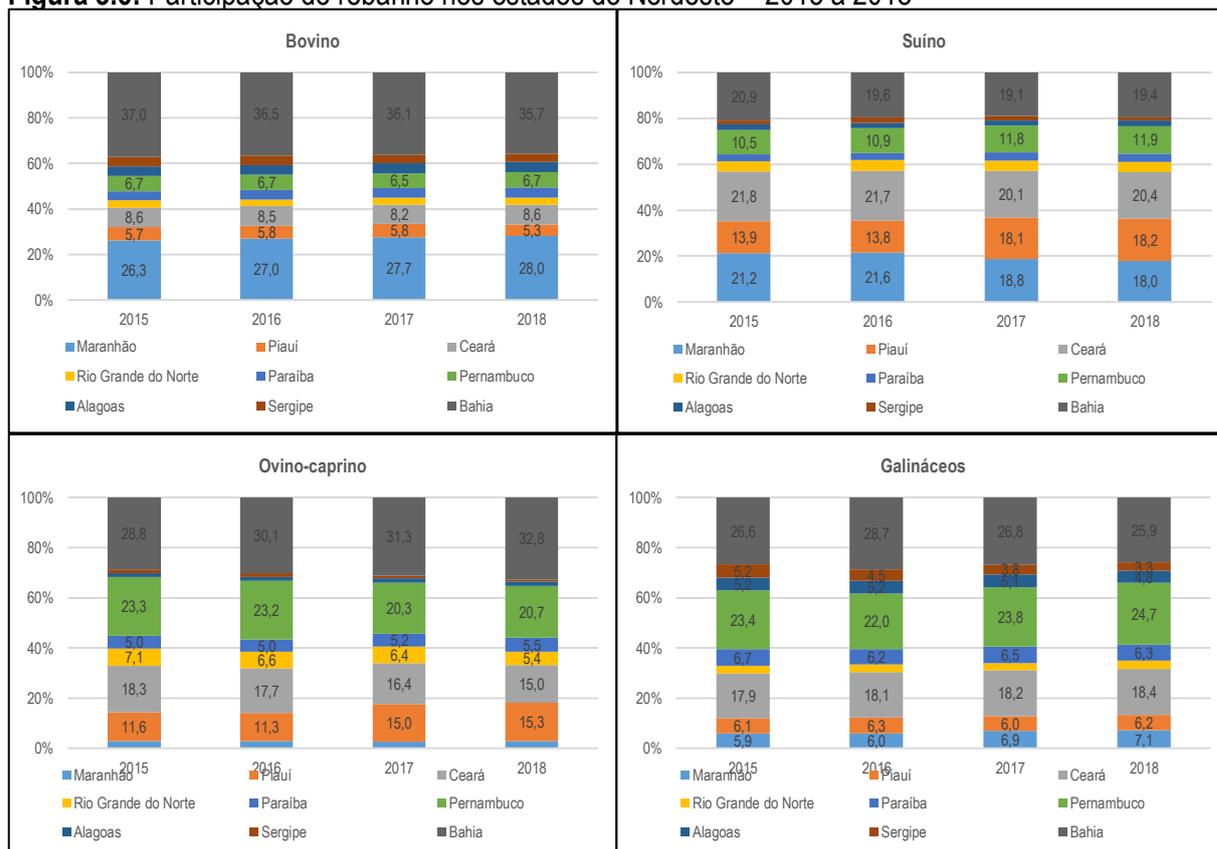
Tabela 3.4: Participação por tipo de rebanho do Ceará no Nordeste e Brasil - Ceará - 2015 a 2018

Tipo de rebanho	Participação (%) CE/NE				Participação (%) CE/BR			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Bovino	8,65	8,55	8,23	8,63	1,17	1,11	1,06	1,12
Equino	10,73	10,70	8,91	8,74	2,43	2,49	2,12	2,04
Suíno	21,81	21,70	20,09	20,39	3,19	3,12	2,76	2,84
Caprino	12,53	12,42	11,02	10,88	11,60	11,55	10,32	10,23
Ovino	20,67	19,78	18,48	18,36	12,52	12,46	11,98	12,24
Galináceos	17,85	18,11	18,17	18,41	2,13	2,09	2,11	2,14

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao verificar a distribuição de rebanho dentro da região Nordeste, constatou-se que o estado da Bahia lidera a participação de bovino, seguida do Maranhão e Ceará, mantendo esse ranking nos quatro anos analisados. Dessa forma, para o período de 2015 a 2018, a Bahia apresentou entre 36% e 37% de participação do rebanho bovino. Maranhão, em torno de 27%, chegando a 28% em 2018. O Ceará com participação em torno de 8% em todos os anos.

Figura 3.6: Participação do rebanho nos estados do Nordeste – 2015 a 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Com relação ao rebanho de suíno Ceará possui o maior rebanho do Nordeste, com participação em torno de 21% entre os anos de 2015 e 2018. Maranhão e Bahia aparecem logo em seguida, ambos com participação em torno de 19% e 20%. Pernambuco está em 4º lugar, com participação 10,5% em 2015, passando para 11,9% em 2018.

Bahia aparece com o maior rebanho de ovino-caprino do Nordeste, com 28,8% em 2015, chegando a 32,8% em 2018. Pernambuco aparece logo em seguida com participação de 20,7% em 2018. Neste

último ano da análise Piauí representou 15,3% do rebanho de ovino-caprino do Nordeste, ultrapassando o Ceará, que participou com 15,0%.

Na criação de galináceo por mais uma vez a Bahia liderou na região Nordeste, entre o período de 2015 a 2018, mantendo a participação de 27% e 28%, nos quatro rês anos analisados. Pernambuco aparece em segundo lugar, com participação de 22% e 25%. O Ceará indicou apresentou ganho de participação nos quatro anos analisados, saindo da participação de 17,9%, em 2015, para 18,4%, em 2018 (Figura 3.6).

A produção de leite no Ceará apresentou um crescimento significativo entre os anos de 2015 e 2018, quando registrou crescimento de 46,5% na quantidade produzida e 51,4% no valor da produção. Enquanto no Brasil, para o mesmo período, a produção apresentou queda de 2,0% e crescimento de 14,9% no valor, e no Nordeste a produção cresceu 13,3% e o valor da produção 20,6%. O Ceará continua ganhando destaque na produção de leite, com crescimento acima do Brasil e Nordeste. Porém, chama atenção que o crescimento do leite em termos de valor para o Ceará ficou abaixo do proporcional quando comparado com o nacional e regional, indicando que o preço do leite no estado não está acompanhando a média nacional.

A produção de ovos também vem crescendo no Ceará ao longo desses anos, quando registrou aumento de 25,5% na quantidade de produção e 40,8% no valor da produção. O Brasil e o Nordeste também tiveram bom desempenho, com taxa de crescimento de 17,6% na quantidade produzida e 33,9% e 30,0% no valor, respectivamente. O Ceará, ao longo dos quatro anos analisados apresentou desempenho acima do Brasil e Nordeste.

A produção de mel também apresentou crescimento significativo na série analisa, com destaque para o crescimento de 2018 comparado com 2017. No acumulado de 2015 a 2018 registrou crescimento de 65,6% do valor da produção e crescimento de 55,7% na quantidade produzida. Para o Brasil e o Nordeste a produção de mel cresceu 11,9% e 15,7%, respectivamente; e no valor da produção registrou crescimento de 40,0% e 31,8%.

Tabela 3.5: Quantidade e Valor da produção dos Produtos de origem animal – Ceará – 2015-2018

Produto	Valor da Produção (mil Reais)				Produção			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Leite (mil litros)	637.612	742.901	801.745	965.485	489.257	528.138	581.848	716.727
Ovos de galinha (mil dúzias)	636.278	682.422	779.576	798.848	144.122	161.557	177.781	202.995
Mel de abelha (quilograma)	12.568	12.465	19.991	20.815	1.357.080	1.149.390	1.776.231	2.113.192
Total	1.302.947	1.451.416	1.619.676	1.795.913	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

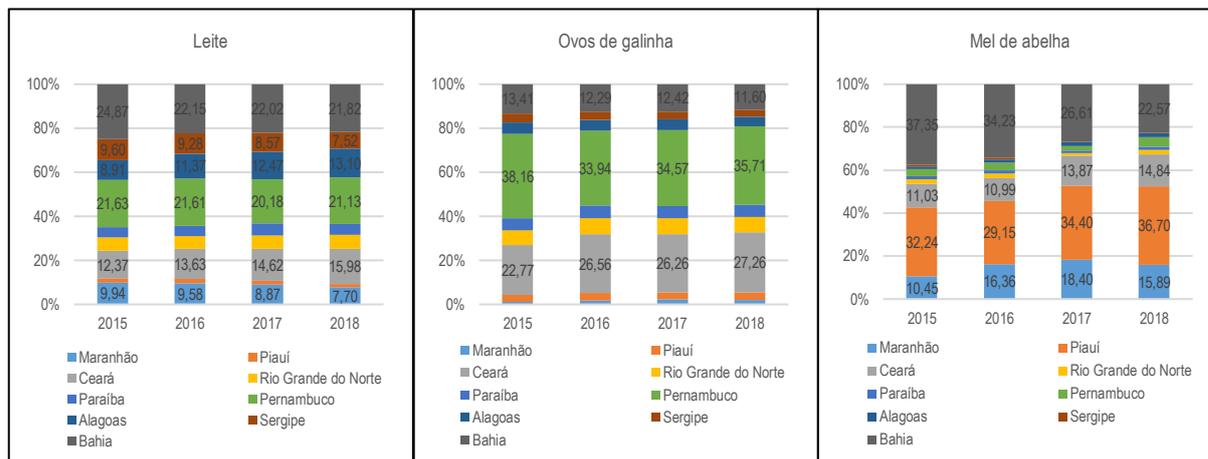
Ao verificar a distribuição dos produtos de origem animal dentro da região Nordeste, constatou-se que o estado da Bahia lidera a participação da produção de leite. Para o ano de 2015 a participação da Bahia foi de 24,9%, em 2018 a participação passou para 21,8%. Bem próxima da Bahia está Pernambuco, com participação de aproximadamente 21%. O Ceará é o terceiro estado do Nordeste com maior produção de leite, registrando ganho de participação ao longo dos anos de 2015 a 2018, encerrado a série com participação de 16,0%.

Pernambuco é o estado com maior produção de ovos do Nordeste, em 2018 o estado foi responsável por 35,7% do total de ovos produzido na região. O Ceará está em segundo lugar, com ganho de

participação no período analisado, em 2018 respondeu por 27,3% da produção. Em 2018, Bahia concentrou 11,6%. Esses três estados foram responsáveis por 74,6% da produção de ovos do Nordeste.

Com relação a produção de mel, Piauí concentrou 36,7% em 2018, em seguida está Bahia, com participação de 22,6%, Maranhão, com 15,9%. O Ceará aparece em quarto lugar na produção de mel, com participação de 14,8% (Figura 3.7).

Figura 3.7: Participação da produção dos produtos de origem animal nos estados do Nordeste – 2015 a 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.4 Produção Pesca e Aquicultura

Para o Brasil o valor da produção da atividade produção florestal, pesca e aquicultura, no acumulado do período de 2015 a 2018, registrou crescimento de 13%, para o Nordeste a variação foi positiva (2,3%), mas bem abaixo do Brasil, enquanto no Ceará esse segmento registrou queda de 34,2%. Para o ano de 2018, com relação a 2017, a atividade cresceu 3,7%, o Nordeste 2,9% e o Ceará 3,4%.

As atividades de pesca e aquicultura do Ceará também foram fortemente atingidas pelo longo período de estiagem, pois a baixa precipitação comprometeu os reservatórios destinados a criadouros de tilápia e camarão. Outro fator que prejudicou fortemente a produção de camarão na Ceará foi o vírus da Mancha Branca que atingiu vários cativeiros e reduziu drasticamente a produção.

Desta forma, a produção de tilápia do Ceará foi fortemente reduzida, passando de 27,9 mil toneladas, em 2015, para 11,1 mil toneladas em 2018. O valor da produção também caiu significativamente. Camarão também registrou intensa queda na produção, quando em 2015 foi de 40,7 mil toneladas e 2018 foi de apenas 13 mil toneladas. Consequentemente o valor da produção também reduziu drasticamente (Tabela 3.6).

Tabela 3.6: Participação da Quantidade e Valor da Produção dos principais produtos de pesca e aquicultura do Ceará no Nordeste e Brasil - Ceará - 2015 a 2018

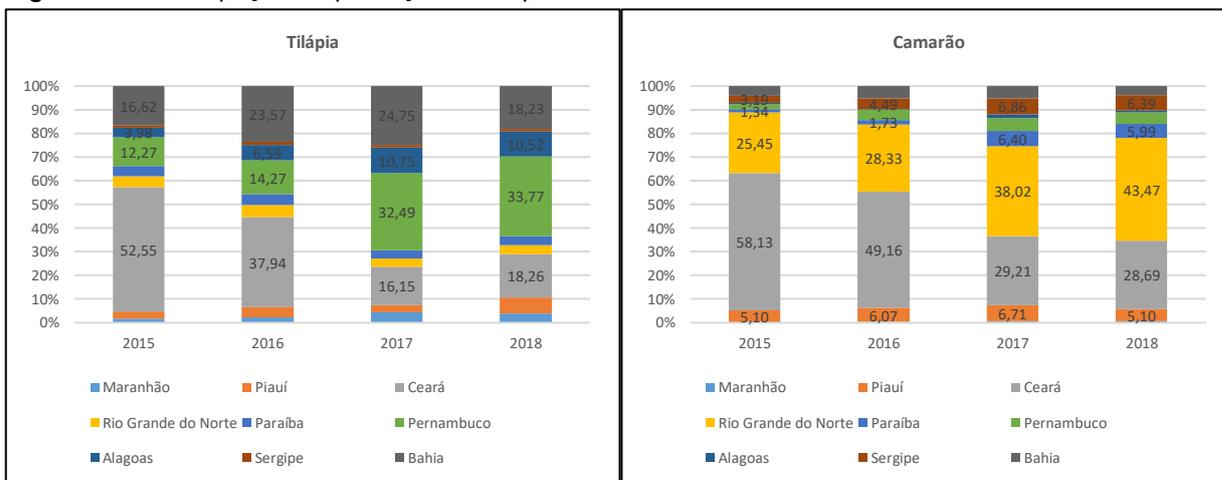
Produto	Valor da Produção (mil Reais)				Produção			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Tilápia (t)	171.298	113.074	73.854	68.766	27.889	17.366	10.204	11.122
Camarão (t)	468.061	366.975	239.995	253.323	40.718	25.431	11.857	13.045
Larvas e pós-larvas de camarão (Milheiros)	75.943	49.590	41.613	45.060	8.550.966	6.073.950	4.162.444	4.514.833
Total VBP Pesca e Aquicultura	721.274	536.989	364.786	376.215	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao observar a distribuição da produção de tilápia dentro da região Nordeste, constatou-se que o estado do Ceará liderou a produção entre os anos de 2015 e 2016, porém em 2017, o Ceará perdeu a liderança e encerrou a série analisada com 18,3% de participação. Pernambuco foi o segundo maior em produção de tilápia nos anos de 2017 e 2018, com 33,8% de participação no último ano. Bahia está em terceiro lugar do estado, com participação de 18,2%, seguida de Alagoas com participação de 10,5%.

Com relação a produção de camarão, o Ceará em 2015 responsável por 58,1% da produção, em 2016 a participação caiu para 49,2% e em 2018 participou com apenas 28,7%, perdendo a liderança para o Rio Grande do Norte que passou a participação de 24,4%, e, 2015, para 43,5%, em 2018. ficou em torno de 50%. Em seguida estava Rio Grande do Norte, com participação entre 28% e 25%. Em 2018, Sergipe ficou em terceiro lugar com 6,4%, seguido da Paraíba (6,0%) e Piauí (5,1%) (Figura 3.8)

Figura 3.8: Participação da produção de tilápia e camarão nos estados do Nordeste – 2015 a 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

4 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Witalo de Lima Paiva⁵

4.1. Introdução

O objetivo principal da presente seção é apresentar uma análise do desempenho e da competitividade da indústria cearense para os anos de 2015 a 2018, permitindo uma leitura tanto de curto como de médio prazo. A abordagem aqui proposta traz uma avaliação complementar e mais aprofundada da indústria cearense, em especial para o segmento da transformação, para além das análises realizadas a partir dos resultados de contas regionais. Os dados e as discussões relacionados ao Produto Interno Bruto cearense e de suas atividades econômicas podem ser acessados em IPECE (2020).

Neste sentido, a avaliação aqui proposta se utiliza dos dados disponibilizados pela Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) para o último ano disponível (2018). A PIA tem como propósito identificar as características estruturais básicas da atividade industrial, produzindo um conjunto relevante de variáveis e indicadores que se constituem como referência para análise do segmento. Dentre as diversas informações disponibilizadas, a avaliação construída neste capítulo considerou as seguintes dimensões de análise, a saber, a) Produção e Faturamento (*valor bruto da produção (VBP), valor da transformação industrial (VTI) e receita líquida de vendas*); b) Custos de Produção (*gasto com salários e custo das operações industriais (COI)*); e c) Estrutura Produtiva (*número de firmas e quantidade de pessoal ocupado*).

A partir das variáveis selecionadas, o objetivo é captar aspectos estruturais da atividade industrial quanto ao seu porte produtivo, faturamento, agregação de valor e custos. A dinâmica de tais características no intervalo de tempo considerado no estudo também é objeto de análise.

Por fim, uma ressalva precisa ser feita para leitura dos resultados que seguem. Para permitir a comparação entre Ceará, Nordeste e Brasil e diante da disponibilidade dos dados, os números discutidos se referem à indústria de transformação e à indústria extrativa mineral, somados. Na etapa final do capítulo, tem-se uma avaliação dedicada ao segmento da transformação no estado⁶.

4.2. Produção e Faturamento

Em 2018, a produção da indústria cearense (considerando os segmentos abordados) mensurada pelo Valor bruto da produção (VBP) registrou o terceiro ano consecutivo de expansão. Na comparação com o ano de 2017, o crescimento real foi de 2,53%. O atual desempenho mantém a performance positiva dos últimos anos, porém em um ritmo inferior ao observado em 2017, ano caracterizado pela forte recuperação da atividade industrial. O atual ritmo é também inferior ao apresentado pelo país (7,60%) e pela região (9,31%). Por outro lado, ao se considerar o resultado acumulado para o período entre 2015 e 2018, a expansão da indústria cearense chega a 12,71%, superando com folga os resultados dos seus pares nacional e nordestino no médio prazo. Esses e outros números podem ser visualizados na tabela 4.1, a seguir.

⁵ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

⁶ De todo modo, nesta agregação, o segmento da transformação responde pela quase totalidade dos valores e números apresentados.

Em sintonia com a evolução do VBP, a indústria cearense também registrou expansão no Valor da Transformação Industrial (VTI) em 2018. O indicador é uma medida “refinada” que capta a agregação de valor originada no processo de produção da industrial, enquanto o VBP é uma medida “bruta”, que também considera os custos de produção em seu cálculo. No ano, na comparação com 2017, o crescimento real do VTI foi de 1,61%. A performance cearense ficou abaixo do ritmo nacional (5,87%) e da região Nordeste (10,45%). O desempenho em 2018 também ficou muito abaixo da forte expansão de 2017, entretanto, manteve a evolução em terreno positivo pelo segundo ano seguido, após quedas seguidas nos anos anteriores a 2017. Como consequência dos anos recentes, os resultados acumulados no médio prazo, no período de 2015 a 2018, retratam um crescimento de 8,91%, superior ao Brasil e ao Nordeste. Os números são apresentados na tabela 4.1.

Tabela 4.1: Produção e Faturamento na Indústria – Brasil, Nordeste e Ceará – 2015 a 2018

Brasil, Nordeste e Ceará	Produção e Faturamento (R\$ Bilhões)*				Participação 2018 (CE/NE e CE/BR)	Variação real (%)			
	2015	2016	2017	2018		2016/ 2015	2017/ 2016	2018/ 2017	2018/ 2015
Valor bruto da produção industrial (VBP)									
Brasil	2.845,8	2.673,7	2.837,3	3.053,1	1,38	-6,05	6,12	7,60	7,28
Nordeste	294,3	278,3	293,8	321,2	13,09	-5,43	5,58	9,31	9,15
Ceará	37,3	38,1	41,0	42,0	-	2,21	7,55	2,53	12,71
Valor da transformação industrial (VTI)									
Brasil	1.241,5	1.164,4	1.255,7	1.329,4	1,43	-6,21	7,85	5,87	7,08
Nordeste	129,7	121,0	124,2	137,2	13,90	-6,73	2,64	10,45	5,74
Ceará	17,5	17,4	18,8	19,1	-	-0,76	8,01	1,61	8,91
Receita líquida de vendas									
Brasil	3.010,5	2.790,8	3.003,6	3.218,1	1,53	-7,30	7,63	7,14	6,90
Nordeste	312,1	294,5	313,4	341,5	14,46	-5,65	6,41	8,97	9,40
Ceará	45,8	44,4	48,2	49,4	-	-2,99	8,56	2,33	7,77

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. *Valores a preço de 2018, corrigidos pelo IGPM.

A evolução do faturamento da atividade industrial no estado seguiu a dinâmica apresentada pelos indicadores da produção. Em 2018, as receitas líquidas de vendas cresceram, em termos reais, 2,33% em relação ao ano de 2017. Na comparação anual, o ritmo cearense novamente se posicionou abaixo do registrado pelo país e pela região Nordeste. Nos resultados acumulados entre 2015 e 2018, o crescimento das receitas no Ceará, de 7,77%, superou o desempenho nacional, mas foi inferior ao observado no Nordeste. A tabela 4.1 traz tais números.

Além da evolução recente e no médio prazo para os indicadores de produção e faturamento, a análise também considera a participação cearense nas indústrias nordestina e do Brasil. Em termos estruturais, a participação cearense nos valores nacionais e regionais para o VBP, VTI e para as receitas foram similares no ano de 2018. De modo mais específico, a participação cearense foi relativamente menor para o VBP e mais elevada para o VTI e as receitas, mantendo o observado em 2017.

Como sabido, os anos de 2015 e 2016 foram de agravamento da crise econômica brasileira, cujos efeitos se deram de forma intensa no parque industrial nacional. O ano de 2017 foi de recuperação, com a indústria conseguindo elevar a produção, agregando valor e o faturamento em ritmo interessante. Já o ano de 2018, embora tenha mantido a dinâmica positiva, o fez em velocidade menor quando se considera

a indústria cearense. A desaceleração pode ser explicada tanto pelo ritmo intenso do ano anterior, o que eleva a base de comparação, como por fatos característicos de 2018.

De fato, o ano de 2018 tem como fatos marcantes a greve dos caminhoneiros e a disputa eleitoral, com destaque para acirrada corrida presidencial. Como destacado em IPECE (2019) e IPECE (2020), tais eventos, em especial a greve dos caminhoneiros, influenciaram a dinâmica da indústria local. A paralisação dos transportes de cargas e seus desdobramentos sobre o segmento industrial, alteraram as condições de oferta e limitaram a capacidade de expansão com efeitos mais fortes sobre a produção estadual.

4.3. Custos de Produção

Uma análise dos custos das operações industriais (COI) e dos gastos com salários traz elementos adicionais para a compreensão do comportamento recente da indústria no Ceará. No tocante aos custos operacionais, captados pelo COI, que representa os custos ligados diretamente à produção industrial, a indústria cearense apresentou movimento de alta, com crescimento de 3,31% na comparação entre 2018 e 2017. A elevação nos custos seguiu, assim, o observado na produção, mas o fez em um ritmo superior. Essa maior velocidade de expansão em relação à produção é também observada na análise de médio prazo. Entre 2015 e 2018, os custos operacionais da indústria cearense aumentaram em 16,06%, numa intensidade que se mostra superior à observada nos indicadores de produção, como o VBP e VTI, e de faturamento vistos na seção anterior. Tais resultados podem ser visualizados na tabela 4.2, a seguir.

Tabela 4.2: Custo de Produção na Indústria – Brasil, Nordeste e Ceará – 2015 a 2018

Custos de Produção					Participação 2018 (CE/NE e CE/BR)	Variação real (%)			
Brasil, Nordeste e Ceará	2015	2016	2017	2018		2016/ 2015	2017/ 2016	2018/ 2017	2018/ 2015
Custos das operações industriais (R\$ Bilhões)									
Brasil	1.604,3	1.509,3	1.581,6	1.723,7	1,33	-5,92	4,79	8,98	7,44
Nordeste	164,5	157,3	169,6	184,0	12,48	-4,40	7,84	8,48	11,84
Ceará	19,8	20,8	22,2	23,0	-	4,84	7,16	3,31	16,06
Salários, retiradas e outras remunerações (R\$ Bilhões)									
Brasil	319,7	299,3	309,2	296,4	1,62	-6,40	3,31	-4,13	-7,30
Nordeste	28,4	26,4	27,2	25,7	18,65	-7,16	3,23	-5,44	-9,37
Ceará	4,7	5,0	5,1	4,8	-	4,49	2,94	-5,97	1,13

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. *Valores a preço de 2018, corrigidos pelo IGPM.

A alta dos custos para indústria cearense no médio prazo é também mais intensa do que a registrada na região Nordeste e, especialmente, no Brasil. De fato, entre 2015 e 2018, os custos industriais cresceram em termos reais, respectivamente, 11,84% e 7,44% em tais economias. Mesmo considerando que a produção cearense também tenha crescido de modo relativamente mais forte quando comparada ao nordeste e ao país entre tais anos, a magnitude das taxas evidencia uma evolução de custos relativamente maior para indústria cearense. Já nos anos mais recentes, entre 2017 e 2018, a evolução do COI cearense foi menor do que o observado na região e no país, em linha com a evolução da produção no último ano.

Quanto aos salários, o movimento é diferente dos indicadores até aqui apresentados. Em 2018, os salários pagos na indústria cearense recuaram, em termos reais, -5,97%. O comportamento de queda foi também observado na indústria nordestina (-5,44%) e nacional (-4,13%). A evolução dos salários mostrou, assim, um certo descolamento da produção, indicando um cenário de expansão na produção não acompanhada de maiores custos com o fator trabalho.

O resultado de 2018 é igualmente válido na análise de médio prazo. Entre 2015 e 2018, os gastos com salários cresceram apenas 1,13%, em termos reais, numa dinâmica bastante distinta do registrado pelos indicadores de produção e de custos operacionais. Para a indústria no Nordeste e no restante do país, as diferenças são ainda mais intensas, uma vez que em tais economias, os gastos com salários acumulam quedas reais neste período de, respectivamente, -9,37% e -7,30%.

Um último ponto de destaque trata da participação cearense nos indicadores correspondentes para o Nordeste e o Brasil. Quanto aos custos operacionais, a participação cearense está em linha com a participação na produção e no faturamento. Por outro lado, a participação estadual no gasto com salários é relativamente superior, sugerindo um processo produtivo mais intenso no fator trabalho.

4.4. Estrutura Produtiva

Um último grupo de indicadores avaliados trata da estrutura de produção na indústria cearense. Neste momento, a atenção se volta para o número de firmas em operação e o estoque de pessoal ocupado.

No tocante à quantidade de unidades locais de produção, a indústria cearense voltou a apresentar expansão após anos seguidos de fechamento de fábricas em um movimento influenciado, em grande medida, pela crise econômica nos anos de 2015 e 2016. Em 2018, o número de firmas cresceu em 1,80% na comparação com 2017, numa dinâmica melhor do que a observada para a região Nordeste e o Brasil. No caso cearense, o movimento está em linha com o observado na produção e na evolução dos custos industriais na análise de curto prazo. Já no médio prazo, considerando os anos de 2015 a 2018, o resultado acumulado ainda indica uma forte redução no número de fábricas em todos os espaços observados. Como visto, os indicadores de produção acumulam altas relevantes a despeito desta redução na quantidade de unidades produtivas, em um indicativo claro de ganhos de produtividade neste período.

Os comentários acima são reforçados quando se avalia a evolução do estoque de empregados. Em 2018, o número de empregados votou a se reduzir, mantendo uma dinâmica iniciada ainda em 2015. Em relação a 2017, a redução foi de -1,34%. Nesta mesma comparação, as indústrias nordestina e brasileira, ao contrário do Ceará, registraram leves expansões. Na avaliação de médio prazo, entre 2015 e 2018, a redução no número de empregados na manufatura cearense chegou a -5,58%. O percentual para o estado é próximo do observado para o país (-5,56%) e inferior à média regional (-8,14%). Os números podem ser visualizados na tabela 4.3.

Tabela 4.3: Estrutura Produtiva na Indústria – Brasil, Nordeste e Ceará – 2015 a 2018

Brasil, Nordeste e Ceará	Estrutura Produtiva				Participação 2018 (CE/NE e CE/BR)	Variação real (%)			
	2015	2016	2017	2018		2016/ 2015	2017/ 2016	2018/ 2017	2018/ 2015
Número de Firmas (nº unidades locais)									
Brasil	201.204	194.690	186.626	187.725	2,84	-3,24	-4,14	0,59	-6,70
Nordeste	25.645	24.735	24.113	23.859	22,34	-3,55	-2,51	-1,05	-6,96
Ceará	5.659	5.278	5.236	5.330	-	-6,73	-0,80	1,80	-5,81
Pessoal ocupado em 31/12 (Mil Pessoas)									
Brasil	7.642,5	7.255,9	7.177,0	7.217,9	3,01	-5,06	-1,09	0,57	-5,56
Nordeste	1.020,2	951,7	934,0	937,2	23,16	-6,71	-1,86	0,34	-8,14
Ceará	229,9	223,1	220,0	217,0	-	-2,95	-1,38	-1,34	-5,58

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. *Pessoal Ocupado em 31 de dezembro de cada ano.

Por fim, numa análise estrutural, a indústria cearense possui participações nos estoques regional e nacional de firmas e de empregados maior do que a observada na produção. Nesta configuração, a indicação é de um parque fabril relativamente menos produtivo que a média nordestina e brasileira e mais intenso no fator trabalho, como já sugerido pela maior participação nos gastos com salários.

4.5. Segmentos Industriais

Diante dos resultados gerais apresentados, torna-se importante uma análise mais detalhada da indústria de transformação no Ceará. Conhecer a composição, identificar quais as atividades que a caracterizam e o desempenho de cada uma delas permite aprofundar os resultados e o entendimento sobre estes. Adicionalmente, a identificação dos principais segmentos industriais permite também melhor entender as características estruturais do setor.

Neste sentido, a indústria cearense segue caracterizada pela produção de bens de consumo não duráveis com menor valor agregado, como alimentos, calçados, vestuário e bebidas. Entretanto, o ano de 2018 traz uma mudança de relevo nessa configuração. Com a consolidação da operação da Companhia Siderurgia do Pecém (CSP), que se destaca na produção de placas de aços, o segmento da metalurgia ganhou maior relevância na indústria cearense.

Seguindo a evolução da companhia, cuja operação iniciou em 2016, a atividade de metalurgia se posicionou como o terceiro mais importante segmento industrial cearense, ficando atrás apenas das atividades de fabricação de calçados e couros e da fabricação de alimentos. Em 2018, a participação da metalurgia no VTI total da indústria de transformação cearense alcançou a marca de 14,22%, registrando um salto de 12,30 pontos percentuais em relação a participação de 2015 (1,91%). A indústria calçadista, com participação de 18,57%, e de alimentos industrializados, com participação de 17,09%, se mantiveram como as duas principais atividades industriais nos últimos anos. A tabela 4.4 traz todos os dados.

Tabela 4.4: Valor da Transformação Industrial - Principais Atividades da Indústria de Transformação no Ceará – 2014 e 2017

Atividades Industriais	Ceará					Brasil					Part. (%) Ceará/Brasil		Importância Local Relativa	
	2015		2018		Variação Part. (p.p.)	2015		2018		Variação Part. (p.p.)	2015	2018	2015	2018
	Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)	Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)		Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)	Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)					
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	3,132	20,79	3,501	18,57	- 2,22	17,735	1,86	19,377	1,71	- 0,15	17,7	18,1	11,20	10,87
Fabricação de produtos alimentícios	2,791	18,53	3,222	17,09	- 1,44	184,553	19,32	207,271	18,27	- 1,05	1,5	1,6	0,96	0,94
Metalurgia	0,288	1,91	2,680	14,22	12,30	52,700	5,52	78,068	6,88	1,36	0,5	3,4	0,35	2,07
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,733	11,50	1,666	8,84	- 2,66	22,161	2,32	25,538	2,25	- 0,07	7,8	6,5	4,96	3,93
Fabricação de bebidas	1,207	8,01	1,200	6,36	- 1,65	39,875	4,17	40,391	3,56	- 0,61	3,0	3,0	1,92	1,79
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1,047	6,95	0,916	4,86	- 2,10	109,651	11,48	161,398	14,23	2,75	1,0	0,6	0,61	0,34
Fabricação de produtos químicos	0,606	4,02	0,912	4,84	0,82	85,983	9,00	100,991	8,90	- 0,10	0,7	0,9	0,45	0,54
Fabricação de produtos têxteis	0,706	4,68	0,869	4,61	- 0,08	16,042	1,68	18,992	1,67	- 0,01	4,4	4,6	2,79	2,75
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,617	4,10	0,861	4,57	0,47	27,304	2,86	28,668	2,53	- 0,33	2,3	3,0	1,43	1,81
Atividades Selecionadas	12,127	80,50	15,827	83,95	3,45	556,004	58,21	680,695	60,00	1,79	2,2	2,3	1,38	1,40
Demais Atividades	2,938	19,50	3,027	16,05	- 3,45	399,170	41,79	453,805	40,00	- 1,79	0,7	0,7	0,47	0,40
Indústrias de Transformação Total	15,065	100,00	18,853	100,00	-	955,173	100,00	1.134,501	100,00	-	1,6	1,7	-	-

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2016/IBGE). Elaboração própria. Valores correntes. Ordenados pela maior participação na indústria cearense em 2018.

Apesar do crescimento da metalurgia, as atividades caracterizadoras da indústria cearense e que definem seu perfil ainda respondem por uma grande fatia do VTI industrial no estado. Em 2018, em conjunto, os segmentos de calçados, alimentos, vestuário e bebidas, concentraram 50,86% do VTI total. Embora ainda elevada, essa participação é inferior à registrada em 2015, quando foi de 58,83%. A Tabela 4.4 traz as principais atividades industriais no ano de 2018 que, em conjunto, responderam por 83,95% do VTI total da indústria cearense.

Avançando na caracterização da indústria cearense, a comparação entre as estruturas da atividade no Ceará e no Brasil deixa evidente a diferença de perfil entre os parques industriais. De fato, considerando a indústria do país, as atividades principais para o Ceará, no ano de 2018, concentraram 60,00% do VTI total em nível nacional.

Em termos de participação, o segmento da transformação no estado elevou sua representatividade nacional, alcançando 1,7% em 2018 contra 1,6% em 2015. Considerando o grupo das atividades principais, a participação passou para 2,3% da respectiva produção nacional no último ano contra 2,2% em 2015. As atividades locais que registram maior destaque em nível nacional são Calçados, com participação de 18,1%, seguida por Vestuário (6,5%), Têxteis (4,6%) e Metalurgia (3,4%).

A análise setorial destaca, ainda, a importância relativa da atividade para a indústria local vis a vis a importância desta na indústria nacional. A medida compara as participações relativas e indica uma importância relativamente maior para indústria local quando o valor for superior a 1,0. Quanto mais alto, maior a importância para manufatura cearense. Dentre as atividades, se destacam Calçados, Vestuário, Têxteis e Metalurgia.

De modo distinto, a produção de alimentos possui uma importância semelhante em ambas as indústrias, ao passo que a produção de combustíveis e produtos derivados do petróleo tem uma maior importância em nível nacional.

Por fim, cabe analisar o crescimento real experimentado pelas principais atividades industriais no Ceará. Em 2018, na comparação com 2017, os destaques positivos foram as atividades de metalurgia e fabricação de bebidas, com altas relevantes no VTI de 197,00% e 35,66%, respectivamente. Por outro lado, atividades tradicionais como fabricação de vestuário e alimentos registraram quedas reais acentuadas.

Na comparação com o Brasil, o grupo das principais industriais cearense apresentou um crescimento menor em termos locais (1,64%) do que os seus pares nacionais (6,15%). Tal evolução reforça a percepção destacada anteriormente que a repercussão interna à economia cearense dos eventos que caracterizaram o ano de 2018 se deu de modo mais intenso, especialmente no tocante à greve dos caminhoneiros.

Na análise de médio prazo, entre os anos de 2015 e 2018, o quadro é diferente. O destaque continua sendo a atividade de metalurgia no estado, com uma expansão fortíssima de 711,26%, característica e compatível com o choque produtivo originado com a instalação e operação de uma siderúrgica de grande porte.

Entretanto, segmentos relativamente menos tradicionais também experimentaram expansões relevantes, como fabricação de produtos químicos e fabricação de máquinas e aparelhos elétricos. Na direção oposta, segmentos de maior tradição e relevância registraram quedas reais, como bebidas e vestuário. Já na comparação com o Brasil, o grupo registrou um maior crescimento no estado, com alta real 13,83%, sob forte influência do segmento metalúrgico.

No conjunto da indústria de transformação, o segmento seguiu a dinâmica dada pelo grupo das principais atividades. A tabela 4.5, a seguir, apresenta todos os números comentados.

Tabela 4.5: Crescimento Real (%) do Valor da Transformação Industrial - Principais Atividades da Indústria de Transformação no Ceará e comparação com Brasil – períodos selecionados

Atividades Industriais	Crescimento Real (%) 2018/2017		Crescimento Real Acumulado (%) 2018/2015	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Metalurgia	197,00	28,41	711,26	29,21
Fabricação de bebidas	35,66	-2,68	-13,30	-11,65
Fabricação de produtos químicos	4,01	5,49	31,31	2,45
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,04	2,40	21,66	-8,42
Fabricação de produtos têxteis	-2,35	-6,03	7,34	3,26
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-9,19	-6,05	-2,49	-4,70
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-17,09	0,85	-16,11	0,51
Fabricação de produtos alimentícios	-17,80	-7,40	0,67	-2,04
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-34,09	28,89	-23,76	28,38
Atividades Selecionadas	1,64	6,15	13,83	6,78
Demais Atividades	3,88	1,99	-10,13	-0,84
Indústrias de Transformação Total	1,99	4,45	9,16	3,60

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2016/IBGE). Elaboração própria. *Valores a preço de 2017, corrigidos pelo IGPM.

5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS

Daniel Suliano⁷

5.1. Introdução

O objetivo desse capítulo é analisar a estrutura do setor de serviços a partir da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PAS é uma pesquisa que retrata as características da oferta de serviços não-financeiros de empresas do Brasil. O período de análise compreende os anos de 2015 a 2018.

A característica principal da atividade de serviços é a sua indissociabilidade entre produção e consumo. De forma mais específica, quando um serviço é ofertado sua consumação é imediata, sem a possibilidade de estoque tendo a produção e o consumo ocorrido ao mesmo tempo. Na indústria ou no comércio é possível separar temporalmente a aquisição do bem do seu consumo.

A PAS é uma pesquisa de periodicidade anual tendo como unidade de investigação empresas formalmente constituídas. As empresas formalmente constituídas são aquelas registradas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, da Secretaria da Receita Federal, na qual sua principal fonte de receita é a prestação de serviços não-financeiros.

A unidade de investigação da PAS é a empresa. A empresa é definida como unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social que engloba o conjunto de atividades econômicas exercidas em uma ou mais unidades locais. Unidade local é o espaço físico que uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas correspondendo a cada endereço de atuação da empresa.

As atividades classificadas na PAS tem como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0). De acordo com IBGE (2005), além de ter atividade compreendida nos segmentos da CNAE 2.0, as empresas pesquisadas pela PAS devem também estar em situação ativa no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

5.2. Receita Operacional e a Estrutura da Pesquisa Anual dos Serviços

O Gráfico 5.1 apresenta a evolução da participação da receita operacional líquida para os sete agrupamentos que compõem a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) do Brasil nos anos de 2015 a 2018.

A receita operacional líquida são as receitas brutas provenientes da exploração das atividades principais e secundárias exercidas pela empresa, com deduções dos impostos e contribuições das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

No caso dos entes subnacionais, a PAS disponibiliza dados da receita operacional bruta. No Gráfico 5.2 é apresentada a evolução da receita operacional líquida para os segmentos do Estado do Ceará para o período de 2015 a 2018.

A receita bruta é proveniente da revenda de mercadorias, bem como outras receitas provenientes de atividades industriais, construção etc., sem dedução dos impostos incidentes sobre estas receitas, dos impostos e contribuições recolhidos via Simples Nacional, caso a empresa tenha optado por esta tributação, assim como das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

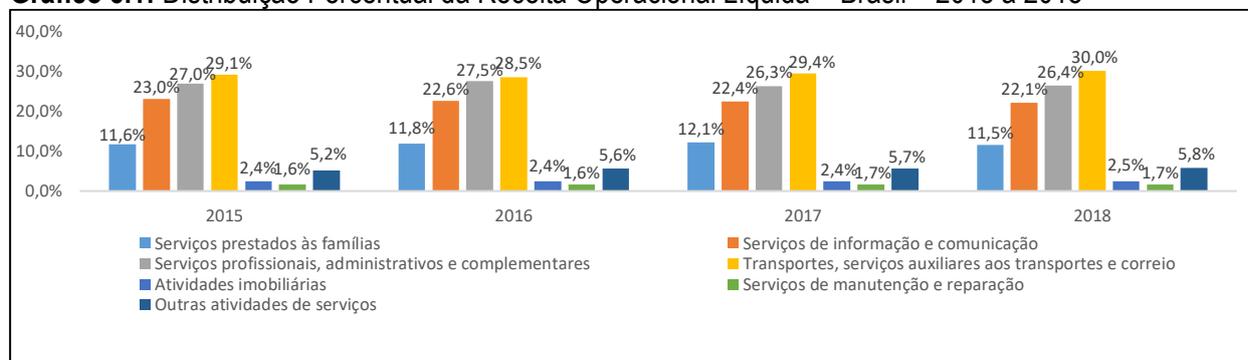
Em primeiro lugar, pode-se destacar a estabilidade estrutural no Brasil ao longo do período entre os sete segmentos analisados. Dito de outra forma, o percentual da receita operacional líquida nacional permanece

⁷ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

estável em termos dos diferentes segmentos, ou seja, não ocorre alteração na hierarquia entre os segmentos.

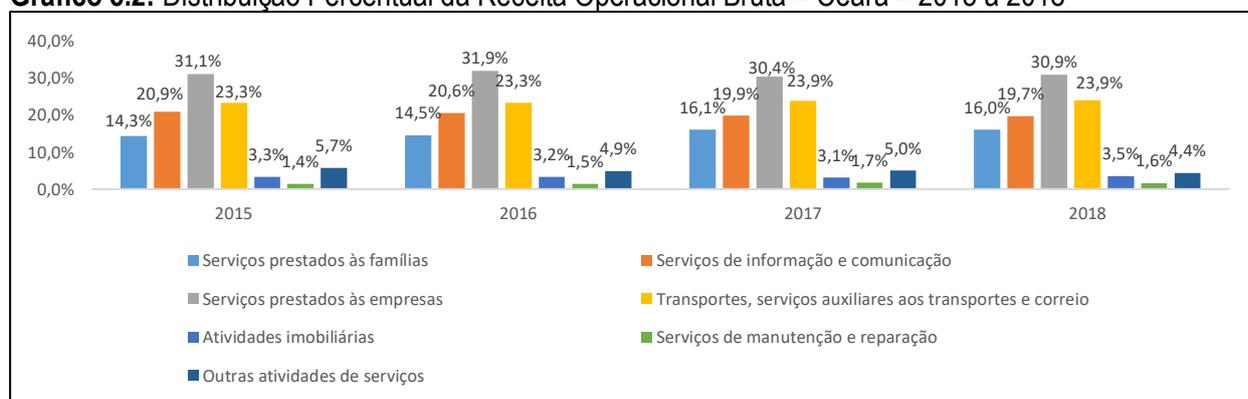
Para o Estado Ceará, também é observado essa estabilidade estrutural ao longo da série histórica. No entanto, a participação percentual da receita bruta por segmento difere com relação ao Brasil.

Gráfico 5.1: Distribuição Percentual da Receita Operacional Líquida – Brasil – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.2: Distribuição Percentual da Receita Operacional Bruta – Ceará – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Para o Brasil o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, o segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares e os serviços de informação e comunicação são nessa ordem os que apresentam maior participação na receita operacional líquida nacional seguida do segmento serviços prestados às famílias. Com participações mais modestas, tem-se, nessa ordem, o segmento outras atividades de serviços, atividades imobiliárias e serviços de manutenção e reparação.

Quando se observa o Gráfico 5.2 no que concerne a receita bruta cearense é o segmento serviços prestados às empresas o que apresenta maior participação, seguido do segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e dos serviços de informação e comunicação; os serviços prestados às famílias apresentam a quarta maior participação. O segmento outras atividades de serviços, atividades imobiliárias e serviços de manutenção e reparação, similar ao Brasil, são aqueles com menor participação.

No caso do Ceará e para os entes subnacionais deve-se ressaltar que o segmento serviços profissionais, administrativos e complementares apresenta como nomenclatura os serviços prestados às empresas.

Como dito acima, no Brasil o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio é segmento de maior participação na receita operacional líquida, enquanto no Ceará o segmento de maior participação são os dos serviços prestados às empresas na receita bruta do Estado.

Uma das características do segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio é o deslocamento das pessoas e escoamento e distribuição da produção ao fazer uso de empresas de transporte ferroviário, metroviário, rodoviário, aquaviário e aéreo.

No Brasil, o modal de transportes é predominantemente de empresas do setor rodoviário de carga, o que pode explicar essa maior participação do semento. É também um setor intensivo em capital além de empresas inseridas no sistema de logística e segurança, frotas e equipamentos.

O segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares caracteriza-se por serviços técnico-profissionais, como, por exemplo, consultorias, escritórios de advocacia, contabilidade e publicidade, empresas de engenharia e arquitetura além de locação de mão de obra, agência de viagens, escritórios, atividades paisagísticas e serviços de vigilância.

Como apontado por IBGE (2014), os serviços profissionais, administrativos e complementares são negócios que prestam serviços de apoio e complemento à produção de outras organizações, e cujas atividades caracterizam-se por serem intensivas em pessoal ocupado, sendo, portanto, um segmento que agrupa um número expressivo de empresas, embora tenha atuação em atividades heterogêneas.

Assim, o segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares é caracterizado pela produção destinada ao consumidor final além de apresentar localização e dinâmica associada às concentrações urbanas e evolução de acordo com a renda e consumo das famílias.

Por sua vez, o segmento dos serviços de informação e comunicação, semelhantemente ao segmento de transportes, é um setor em que as empresas são intensivas em capital. É um segmento com empresas atuando na área de criação, disseminação, transmissão e armazenamento de produtos de conteúdo bem como associado as transformações econômicas e crescimento do mundo digital podendo, assim, sinalizar expansão do segmento a longo prazo.

Além disso, o segmento reúne empresas intensivas em capital e ligadas a investimentos de infraestrutura tais como redes de telefonia, redes de fibras óticas, instalação de antenas etc., atividades que são associadas a quarta revolução industrial. Pode-se também destacar seu potencial de inovação além de incorporar empresas nas quais a produtividade é superior aos patamares observados nos demais segmentos.

Quanto ao segmento dos serviços prestados às famílias pode-se destacar sua associação com as variáveis macroeconômicas como taxas de juros, movimento de crédito e inflação. Como observa Arbach (2015) é um segmento grande e que é caracterizado por elevada heterogeneidade com empresas que apresentam dinâmicas próprias ao ciclo dos negócios e forma diferenciada de acordo com as condições macroeconômicas.

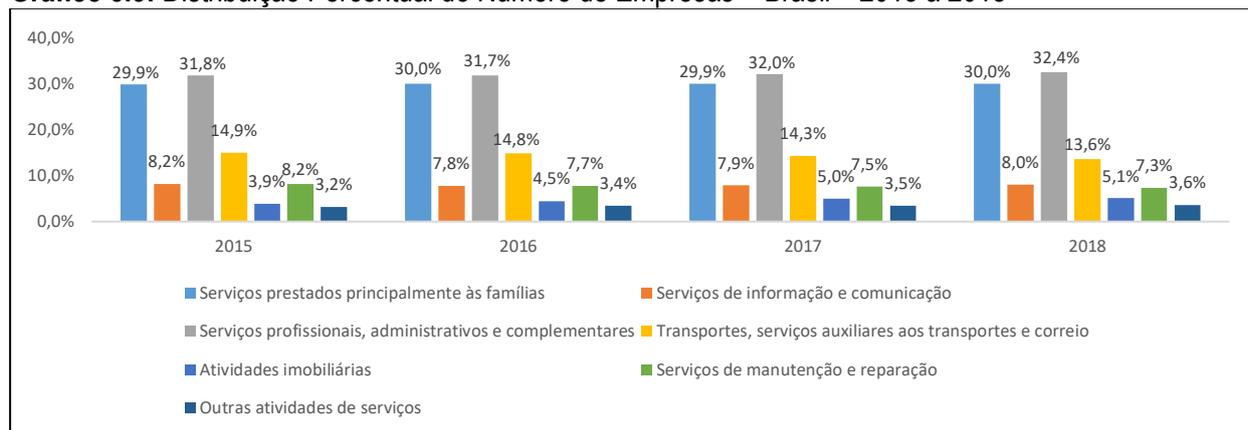
5.3. Perfil de Mercado dos Serviços Não-Financeiros

Nesta seção, serão apresentados dados referentes ao perfil do mercado das empresas do segmento empresarial de serviços não-financeiros da PAS no período de 2015 a 2018 para o Ceará e o Brasil. Para tanto, serão analisados a concentração do número de empresas por segmento, a concentração do pessoal ocupado por segmento e o número médio de pessoas ocupadas por segmento.

No Gráfico 5.3 e no Gráfico 5.4 são apresentados, respectivamente, a distribuição percentual do número de empresas da PAS para o Brasil e Ceará como forma de medir a concentração de mercado pelos sete segmentos formadores da PAS.

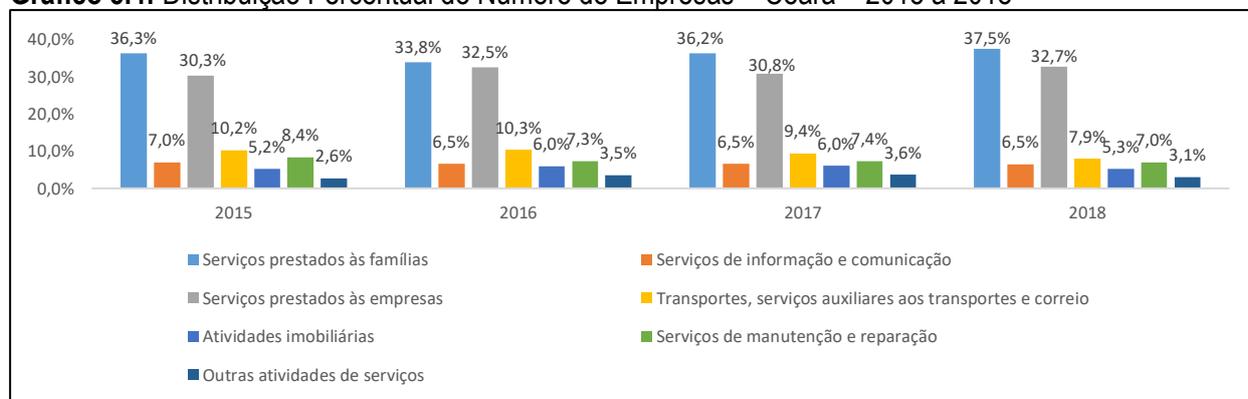
Inicialmente, pode-se observar que os serviços da PAS são predominantemente concentrados em empresas dos serviços profissionais, administrativos e complementares e dos serviços prestados às famílias no Brasil, enquanto no Ceará são os serviços prestados às famílias que são hegemônicos seguidos dos serviços prestados às empresas. Tomados conjuntamente quase 2/3 das empresas estão nesses dois segmentos no ano de 2018; para o Ceará, esse valor chega a quase 70%.

Gráfico 5.3: Distribuição Percentual do Número de Empresas – Brasil – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.4: Distribuição Percentual do Número de Empresas – Ceará – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Outra diferença a ser ressaltada quando se compara a estrutura nacional com o Estado do Ceará em termos de número de empresas é a menor participação do segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio nesse último, embora em ambas as áreas seja o segmento de terceira maior participação no quantitativo de número de empresas. Ademais, a partir de 2017 esse segmento no Estado começou a perder participação tendo em 2018 valor próximo aos serviços de manutenção e reparação.

No Brasil, tanto os serviços profissionais, administrativos e complementares como o segmento de serviços prestados às famílias mantiveram ao longo do período 2015-2018 participações muito próximas oscilando apenas na margem.

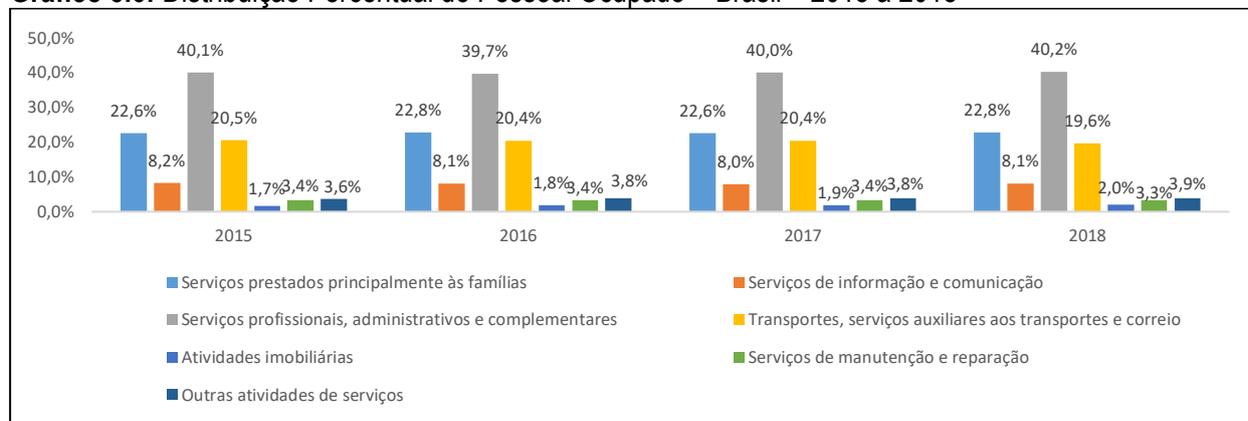
Para o Ceará, as oscilações foram um pouco maior para o segmento de serviços prestados às famílias e para o segmento de serviços prestados às empresas. No caso desse primeiro, no ano de 2018 sua participação em termos de número de empresas nos serviços do Estado chegou a ser de 37,5%; no caso do segundo, ocorreram oscilações durante o período tendo o segmento alcançado em 2018 quase 1/3 de participação nas empresas do Estado.

Para o Brasil, o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio seguiu uma trajetória de leve perda de participação; em 2015, sua participação era de 14,9% tendo em 2018 o patamar de 13,6% do total de empresas.

Por sua vez, são apresentados nos Gráficos 5.6 e 5.7 os dados da distribuição percentual do pessoal ocupado para o Brasil e Ceará, respectivamente. Diferentemente do percentual do número de empresas, o percentual do pessoal ocupado tanto no Brasil como no Estado do Ceará apresentam predominância do segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares.

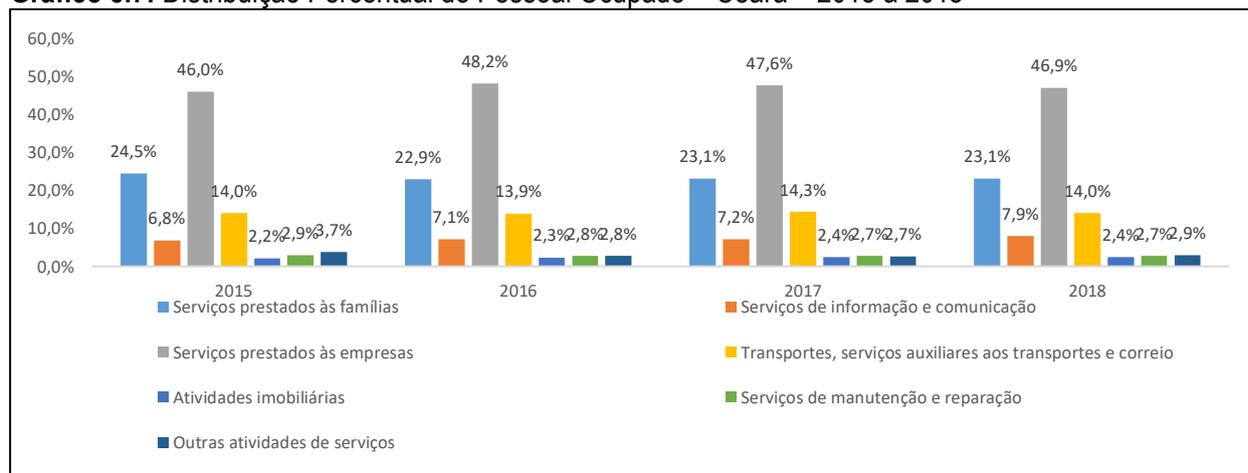
Dito isso, destaca-se que o segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares além de estar entre os segmentos com maior número de empresas é também o segmento com o maior percentual de pessoas ocupadas. Conjuntamente, os dois indicadores podem revelar uma baixa produtividade agregada do setor na medida em que a produção do segmento requer um maior quantitativo de pessoas na execução das atividades.

Gráfico 5.6: Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Brasil – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.7: Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Ceará – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em que pese essa maior participação do segmento tanto no Brasil como no Ceará é observado que ao longo do período analisado houve uma estabilidade na participação no Brasil, tendo esse valor ficado próximo a 40%. Para o Estado do Ceará, de 2015 para 2018 ocorreu um aumento de participação de quase 1 ponto percentual tendo ao final do último ano chegado a quase 47% de participação.

O segmento de serviços prestados às famílias e o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio são os outros dois que concentram a maior parte do pessoal ocupado nos serviços empresariais não-financeiros. Semelhantemente ao segmento anterior, praticamente não houve oscilação desses segmentos em termos de pessoal no período de análise.

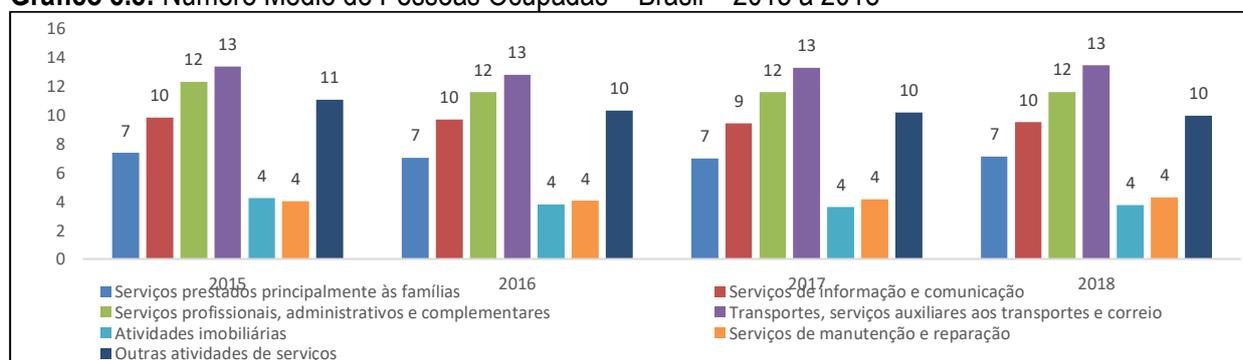
Para o Brasil, a estrutura do segmento de serviços revela que os serviços prestados às famílias e o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio apresentam praticamente o mesmo percentual de pessoal ocupado. No ano de 2018, o primeiro segmento detinha pouco menos de 23% do pessoal ocupado, enquanto para o segundo esse percentual era quase de 20%. No estado do Ceará, esses percentuais para esse mesmo ano eram de, respectivamente, 23,1% e 14%.

Um resultado a ser destacado é quanto ao segmento dos serviços de informação e comunicação. Quando comparado ao percentual de empresas, o percentual ocupado desse segmento apresentam resultados muito semelhante nos respectivos anos. Em 2018, por exemplo, os serviços de informação e comunicação do Brasil apresentaram 8% do número de empresas da PAS, enquanto que no mesmo ano tinham 8,1% do pessoal ocupado; no Ceará, esses valores eram de 6,5% e 7,9%, respectivamente.

Deve-se também observar que o percentual de pessoas ocupadas tanto no Brasil como no Ceará para os segmentos de atividades imobiliárias, serviços de manutenção e reparação e outras atividades de serviços apresentaram valores ínfimos. Para 2018, a participação do pessoal ocupado de cada um no Brasil foi de 2%, 3,3% e 3,9%, e no Estado do Ceará era de 2,4%, 2,7% e 2,9%, respectivamente.

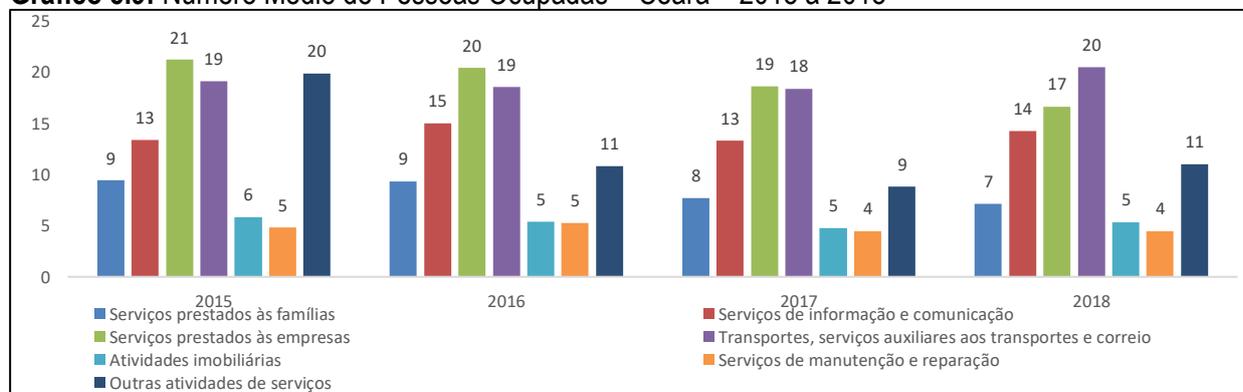
Outra forma de observar a empregabilidade dos segmentos é através do número médio de ocupados, dado pela relação entre o número de pessoas ocupadas e o número de empresas. O Gráfico 5.8 e o Gráfico 5.9 apresentam esses dados para o Brasil e o Ceará, respectivamente.

Gráfico 5.8: Número Médio de Pessoas Ocupadas – Brasil – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.9: Número Médio de Pessoas Ocupadas – Ceará – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Neste caso, diferentemente dos resultados anteriores, o segmento de outras atividades de serviços é destacado, principalmente no Brasil considerando a média de pessoas ocupadas deste segmento ser semelhante ao do segmento de serviços de informação e comunicação. Já os segmentos atividades imobiliárias e de serviços de manutenção e reparação seguem com participações bem abaixo quando comparado aos demais.

Para o Brasil, no ano de 2018, o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio foi o que apresentou a maior média de pessoas ocupadas nos serviços seguido dos serviços profissionais, administrativos e complementares, serviços de informação e comunicação, outras atividades de serviços e serviços prestados às famílias com valores de 13, 12, 10, 10 e 7, respectivamente.

Nesse mesmo ano, para o Estado do Ceará deve-se observar que a média das de pessoas ocupadas encontra-se bem acima do Brasil para os segmentos transportes, serviços auxiliares aos transportes e

correio, serviços prestados às empresas e serviços de informação e comunicação com médias de 20, 17 e 14, respectivamente. Por sua vez, os segmentos outras atividades de serviços e serviços prestados às famílias apresentaram uma média de 11 e 7, respectivamente.

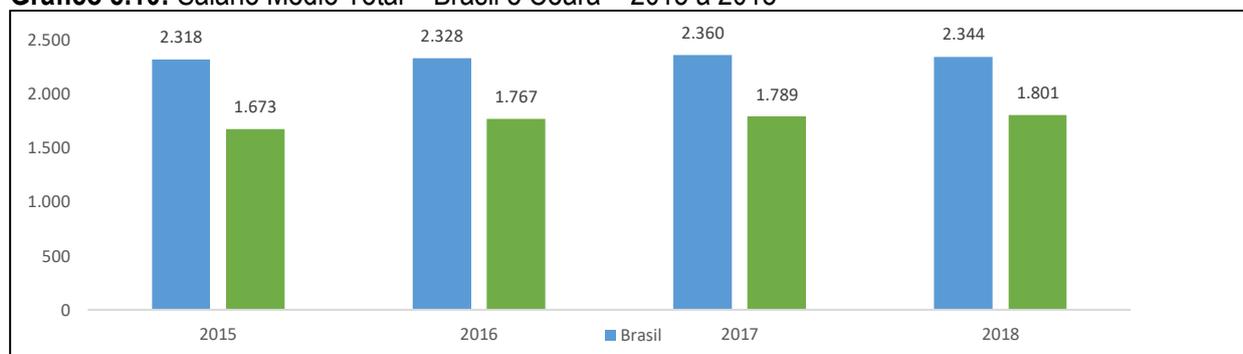
Por fim, tanto no Brasil como Ceará os segmentos atividades imobiliárias e de serviços de manutenção e reparação apresentam médias bem abaixo quando comparadas aos demais segmentos ao longo de toda a série. No ano de 2018, a média de pessoas ocupadas no Brasil para esses segmentos foi de 4 em ambos; no Ceará esses valores foram de 5 e 4, respectivamente.

5.4. Mercado de Trabalho na Pesquisa Anual dos Serviços

Nesta subseção será discutida a evolução salarial dos serviços não financeiros com base na PAS para o período de 2015 a 2018 para o Estado do Ceará e para o Brasil. Para tanto, os valores nominais foram deflacionados utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a preços constantes de 2018.

No Gráfico 5.10 é apresentado a evolução do salário médio real do Brasil e do Estado do Ceará. Os valores nominais foram deflacionados a preços constantes de 2018 utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 5.10: Salário Médio Total – Brasil e Ceará – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em primeiro lugar, deve-se observar que, em termos reais, o salário médio cearense apresentou crescimento ao longo de toda a série histórica. Para o Brasil, isso ocorre de 2015 a 2017, tendo no ano de 2018 apresentado recuo. Portanto, mesmo em um cenário de recuperação econômica a partir de 2017 o salário real nacional dos serviços não financeiros recuou. Para os anos de 2015 e 2016 ressalta-se que diante da forte recessão que assolou a economia nacional o salário médio real não se elevou.

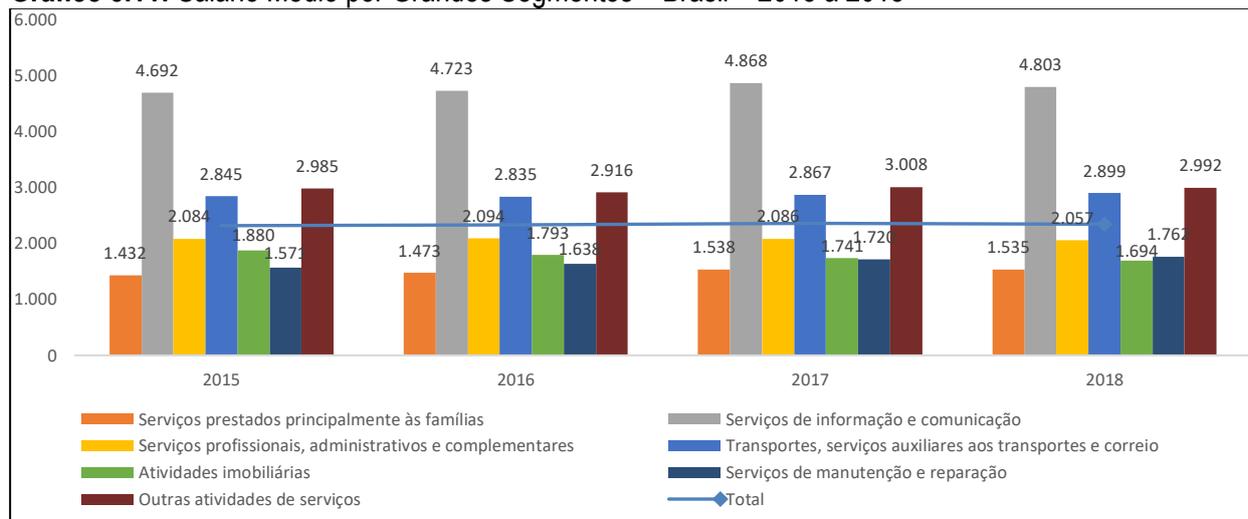
Adicionalmente, a média salarial do Brasil em todo o período analisado encontra-se acima do salário médio do Ceará. No ano de 2015, a média salarial cearense nos serviços não financeiros da PAS era 72% do salário nacional; em 2016 e 2017 esses valores eram de 76%; para 2018, o salário médio cearense equivalia a 77% do salário médio do Brasil. Portanto, há uma tendência de convergência entre eles.

No Gráfico 5.11 e no Gráfico 5.12 são apresentados a evolução dos salários médios para os sete segmentos da PAS do Brasil e Ceará, respectivamente. Assim como no gráfico anterior, os valores nominais foram deflacionados pelo INPC do IBGE e estão a preços constantes de 2018. A linha demarcada é a média geral.

No Brasil e no Estado do Ceará o segmento de serviços de informação e comunicação apresentou média salarial muito acima da média salarial geral. De fato, para o ano de 2018 tem-se que no Brasil o segmento chega a ter um salário mais que o dobro da média; no Ceará, o salário médio dos serviços não financeiros é apenas 69% do segmento de serviços de informação.

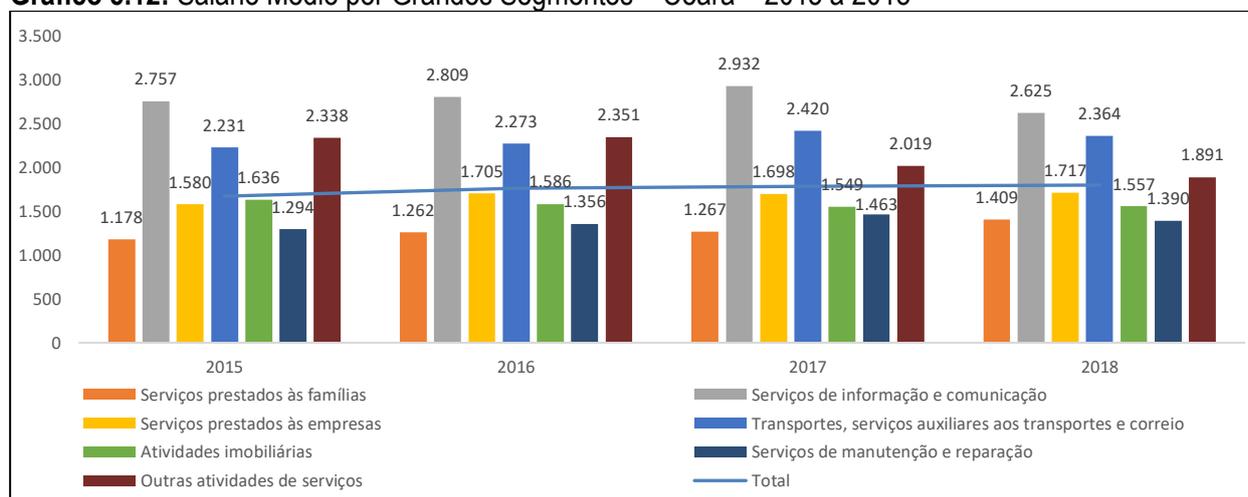
Similarmente, o segmento outras atividades de serviço e o segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio também apresentam média salarial acima que a média geral tanto no Brasil como no Estado do Ceará. No ano de 2018, o salário médio nacional corresponde a apenas 78% e 81%, respectivamente, enquanto no Ceará a média salarial geral era de 95% e 76%.

Gráfico 5.11: Salário Médio por Grandes Segmentos – Brasil – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.12: Salário Médio por Grandes Segmentos – Ceará – 2015 a 2018



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Um ponto importante a ser destacado é com relação à média salarial mais baixa dos segmentos serviços prestados às famílias e dos serviços profissionais, administrativos e complementares. Como visto acima, a maior parte das ocupações estão concentradas nesses dois segmentos, o que vai acabar refletindo em uma menor média salarial.

Com efeito, quando se observa o ano de 2018 o salário do segmento dos serviços prestados às famílias para o Brasil corresponde a 65% da média geral, enquanto no segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares essa relação é de 88%. Nesse mesmo ano, no Estado do Ceará os serviços prestados às famílias têm uma média salarial que é de 78% da média geral; já os serviços prestados às empresas têm média salarial de 95% com relação à média geral.

6 ESTRUTURA PRODUTIVA DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO

Alexsandre Lira Cavalcante⁸

6.1. Introdução

A Pesquisa Anual de Comércio - PAC constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto.

A referida pesquisa, a partir da estimativa de algumas variáveis tais como: número de unidades locais com receita de revenda; receita bruta de revenda de mercadorias; margem de comercialização em empresas comerciais; pessoal ocupado em 31 de dezembro em empresas comerciais e por fim, gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais, que representa a massa salarial paga na atividade, investiga a estrutura produtiva das empresas comerciais do País.

A partir dessas variáveis é possível construir indicadores tais como: receita média, taxa de margem de comercialização, salário médio, produtividade, etc., que retratam o desempenho do setor comercial no País, sendo seus resultados divulgados para o Brasil, e também para as cinco Grandes Regiões e para todas as Unidades da Federação.

Inicialmente será apresentada a evolução da estrutura produtiva do setor empresarial do comércio brasileiro a partir das cinco variáveis listadas para os anos de 2015 a 2018. Posteriormente será feita uma análise da evolução da estrutura produtiva através das mudanças de participação a partir das cinco grandes regiões do País. Na sequência, será feito uma análise dessas mesmas variáveis por estados observando possíveis mudanças de estrutura dentro do País e nas regiões.

Por fim, serão identificadas as principais atividades de seus segmentos – comércio de veículos automotores, peças e motocicletas; comércio por atacado e comércio varejista – para se realizar uma avaliação do comportamento das atividades dos setores que formam a atividade de comércio apenas para o estado do Ceará. Os resultados visam identificar algumas das transformações ocorridas na estrutura produtiva do setor comercial nesse período dentro do referido estado.

O conjunto dessas informações constitui a mais completa fonte de estatísticas sobre a estrutura produtiva do setor empresarial do comércio no País, nas regiões e estados, fornecendo aos órgãos das esferas governamental e privada subsídios para o planejamento e a tomada de decisões, e aos usuários em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados.

6.2. Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País

Em 2015, o Brasil possuía aproximadamente 1,720 milhão de unidades locais de comércio que geraram receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 3,88 trilhões com margem de comercialização em torno de R\$ 805,4 bilhões, pagando um total de R\$ 232,1 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a 10,296 milhões de trabalhadores, incluindo empregados e empregadores (Tabela 6.1).

Todavia, em 2018, o número de unidades locais de comércio reduziu-se para aproximadamente 1,652 milhão em todo o país, que geraram conjuntamente uma receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 4,03 trilhões, com margem de comercialização em torno de R\$ 817,5 bilhões, pagando um total de R\$ 237,4

⁸ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a um número de 10,212 milhões de trabalhadores, quantitativo inferior ao registrado em 2015 (Tabela 6.1).

Tabela 6.1: Dados gerais das empresas comerciais – Brasil e Regiões – 2015 a 2018

Brasil e Regiões	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	Dif. P.P. (2018-2015)
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)									
Brasil	1.720.471	100,00	1.704.659	100,00	1.672.417	100,00	1.652.660	100,00	0,00
Norte	33.262	1,93	33.882	1,99	34.389	2,06	35.789	2,17	0,23
Nordeste	314.227	18,26	309.683	18,17	309.715	18,52	307.138	18,58	0,32
Sudeste	858.638	49,91	853.113	50,05	825.309	49,35	817.148	49,44	-0,46
Sul	375.634	21,83	374.250	21,95	366.113	21,89	357.216	21,61	-0,22
Centro-Oeste	138.710	8,06	133.731	7,85	136.891	8,19	135.369	8,19	0,13
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)									
Brasil	3.880.848.624	100,00	3.803.169.808	100,00	3.823.776.501	100,00	4.030.574.976	100,00	0,00
Norte	141.794.133	3,65	134.290.292	3,53	140.671.733	3,68	151.541.219	3,76	0,11
Nordeste	598.618.984	15,42	583.883.201	15,35	594.732.583	15,55	614.516.900	15,25	-0,18
Sudeste	1.989.054.210	51,25	1.950.559.605	51,29	1.933.044.161	50,55	2.029.515.796	50,35	-0,90
Sul	770.271.551	19,85	757.389.514	19,91	772.544.407	20,20	832.435.671	20,65	0,81
Centro-Oeste	381.109.746	9,82	377.047.197	9,91	382.783.617	10,01	402.565.390	9,99	0,17
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)									
Brasil	805.844.445	100,00	785.032.644	100,00	794.850.676	100,00	817.524.810	100,00	0,00
Norte	29.620.434	3,68	27.991.765	3,57	28.754.335	3,62	30.647.256	3,75	0,07
Nordeste	119.934.654	14,88	116.935.648	14,90	118.899.454	14,96	120.673.861	14,76	-0,12
Sudeste	430.118.815	53,37	422.991.270	53,88	424.396.812	53,39	435.332.407	53,25	-0,12
Sul	152.311.885	18,90	146.396.633	18,65	148.861.484	18,73	158.168.676	19,35	0,45
Centro-Oeste	73.858.656	9,17	70.717.329	9,01	73.938.591	9,30	72.702.610	8,89	-0,27
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)									
Brasil	10.296.459	100,00	10.112.020	100,00	10.183.586	100,00	10.212.427	100,00	0,00
Norte	324.506	3,15	313.149	3,10	312.547	3,07	318.438	3,12	-0,03
Nordeste	1.790.926	17,39	1.723.190	17,04	1.767.463	17,36	1.738.140	17,02	-0,37
Sudeste	5.323.703	51,70	5.277.800	52,19	5.229.089	51,35	5.270.574	51,61	-0,09
Sul	2.001.199	19,44	1.978.408	19,56	2.017.517	19,81	1.996.653	19,55	0,12
Centro-Oeste	856.125	8,31	819.473	8,10	856.970	8,42	888.622	8,70	0,39
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)									
Brasil	232.150.064	100,00	230.365.380	100,00	234.285.184	100,00	237.425.185	100,00	0,00
Norte	6.905.131	2,97	6.747.776	2,93	6.840.662	2,92	6.806.112	2,87	-0,11
Nordeste	31.333.887	13,50	30.855.443	13,39	32.078.243	13,69	32.206.957	13,57	0,07
Sudeste	130.292.878	56,12	129.200.968	56,09	129.734.203	55,37	132.138.134	55,65	-0,47
Sul	45.578.361	19,63	45.572.691	19,78	47.389.144	20,23	47.251.053	19,90	0,27
Centro-Oeste	18.039.807	7,77	17.988.504	7,81	18.242.932	7,79	19.022.929	8,01	0,24

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2018.

Por meio destes números é possível notar que ocorreu nos últimos quatro anos uma nítida retração da atividade de comércio no País que apresentou uma redução de 67,8 mil unidades locais com receita de revenda, mas acompanhado por um aumento na receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 149,7 bilhões e de margem de comercialização em torno de R\$ 11,6 bilhões, pagando a mais um total de R\$ 5,27 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a um número menor de trabalhadores cujo quantitativo reduziu-se em 84,0 mil comparado a 2015. Após analisar os grandes números para o País cabe uma análise mais detalhada para cada uma das cinco regiões (Tabela 6.1).

Em relação ao **número de unidades locais com receita de revenda**, a região Sudeste participou com 49,44% do total registrado pelo País em 2018. Na sequência vêm as regiões Sul (21,61%); Nordeste (18,58%); Centro-Oeste (8,19%) e Norte (2,17%). Em relação a 2015, três das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, liderada pela região Nordeste (+0,32 p.p.), seguida do Norte (+0,23 p.p.) e Centro-Oeste (+0,13 p.p.) e outras duas apresentaram perda de participação liderada pelo Sudeste (-0,46 p.p.) e Sul (-0,22 p.p.), mantendo as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 6.1).

No tocante a **receita bruta de revenda de mercadorias**, a região Sudeste também registrou a maior participação de 50,35% do total registrado pelo País em 2018. Na sequência vêm as regiões Sul (20,65%);

Nordeste (15,25%); Centro-Oeste (9,99%) e Norte (3,76%). Em relação a 2015, três das cinco regiões registraram ganhos de participação nacional, liderada pela região Sul (+0,81 p.p.), seguida pelo Centro-Oeste (+0,17 p.p.) e Norte (+0,11 p.p.). A região Sudeste foi a que registrou maior perda de participação nacional (-0,90 p.p.), seguida pelo Nordeste (-0,18 p.p.) na comparação dos dois anos. Apesar disso, as regiões mantiveram as mesmas participações no ranking nacional na comparação dos dois anos (Tabela 6.1).

Em relação a terceira variável que é a **margem de comercialização em empresas comerciais** é possível notar que a região Sudeste registrou uma participação de 53,25% do total registrado pelo País em 2018, seguida pelas regiões Sul (19,35%); Nordeste (14,76%); Centro-Oeste (8,89%) e Norte (3,75%). Em relação a 2015, apenas duas das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, desta vez liderada pelo Sul (+0,45 p.p.), seguida pela região Norte (+0,07 p.p.). Por outro lado, a região Centro-Oeste registrou a maior perda de participação (-0,27 p.p.), seguida das regiões Sudeste (-0,12 p.p.) e Nordeste (-0,12 p.p.). Foram novamente observadas as mesmas posições no ranking nacional na comparação dos dois anos (Tabela 6.1).

Em relação a quarta variável investigada, ou seja, **pessoal ocupado em empresas comerciais**, a região Sudeste novamente ocupou uma posição de destaque com participação expressiva de 51,61% do total registrado pelo País em 2018. Na sequência vêm as regiões Sul (19,55%); Nordeste (17,02%); Centro-Oeste (8,70%) e Norte (3,12%). Em relação a 2015, apenas duas das cinco regiões registraram ganhos de participação nacional liderada pelo Centro-Oeste (+0,39 p.p.), seguida do Sul (+0,12 p.p.), vindo na sequência aquelas que apresentaram perda de participação, liderada pelo Nordeste (-0,37 p.p.), Sudeste (-0,09 p.p.) e Norte (-0,03 p.p.), novamente mantendo-se as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 6.1).

Por fim, no tocante a última variável, a saber o **valor dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais**, a região Sudeste concentrou uma participação significativa de 55,65% do total do País em 2018. Na sequência vêm as regiões Sul (19,90%); Nordeste (13,57%); Centro-Oeste (8,01%) e Norte (2,87%). Em relação a 2015, três das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, novamente liderada pela região Sul (+0,27 p.p.), seguida pelo Centro-Oeste (+0,24 p.p.) e Nordeste (+0,07 p.p.). A região Sudeste liderou as perdas (-0,47 p.p.) seguida pela região Norte (-0,11 p.p.). Nota-se, novamente, que as regiões mantiveram suas participações no ranking nacional (Tabela 6.1).

Em resumo, a região Sudeste manteve a liderança nas cinco variáveis investigadas, mas registrou perda de participação em todas elas na comparação dos anos de 2015 e 2018. As variáveis nas quais a região Sudeste mais perdeu participação foram na Receita bruta de revenda de mercadorias, nos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais e no Número de unidades locais com receita de revenda e aquelas que ela perdeu menos foi no Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais e na Margem de comercialização em empresas comerciais.

Por sua vez, a região Nordeste apresentou ganho de participação nacional em duas variáveis, a saber o Número de unidades locais com receita de revenda e no Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais. Mas perda no total de Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais, Receita bruta de revenda de mercadorias e na Margem de comercialização em empresas comerciais.

A região Norte registrou ganho em três variáveis a exceção ficou por conta dos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais e do Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais. A região Sul apresentou ganho de participação nacional em quatro variáveis a exceção foi o Número de unidades locais com receita de revenda. Por fim, a região Centro-Oeste também apresentou ganho de participação nacional em quatro variáveis a exceção foi a Margem de comercialização em empresas comerciais.

6.2.1. Número de Unidades Locais com Receita de Revenda

Após analisar as principais mudanças na estrutura produtiva do comércio no País e nas grandes regiões nacionais será feita uma análise mais detalhada por estados. A Tabela 6.2, a seguir, contém os **números de unidades locais com receita de revenda** na atividade de comércio no país, distribuído por regiões e estados, permitindo uma visão mais ampla e desagregada da referida atividade para os anos de 2015 a 2018.

Tabela 6.2: Evolução do número de unidades locais com receita de revenda – Brasil, Regiões e Estados – 2015 a 2018

Brasil, Regiões e Estados	2015		2016		2017		2018		Dif. P.P. (2018-2015)
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	
Brasil	1.720.471	100,00	1.704.659	100,00	1.672.417	100,00	1.652.660	100,00	0,00
Norte	33.262	1,93	33.882	1,99	34.389	2,06	35.789	2,17	0,23
Rondônia	4.038	0,23	3.891	0,23	3.721	0,22	3.546	0,21	-0,02
Acre	2.175	0,13	2.248	0,13	2.254	0,13	2.238	0,14	0,01
Amazonas	9.013	0,52	9.204	0,54	9.134	0,55	9.171	0,55	0,03
Roraima	2.133	0,12	2.283	0,13	2.108	0,13	2.389	0,14	0,02
Pará	10.708	0,62	10.784	0,63	11.625	0,70	12.463	0,75	0,13
Amapá	2.687	0,16	2.785	0,16	2.614	0,16	2.910	0,18	0,02
Tocantins	2.508	0,15	2.687	0,16	2.933	0,18	3.072	0,19	0,04
Nordeste	314.227	18,26	309.683	18,17	309.715	18,52	307.138	18,58	0,32
Maranhão	30.857	1,79	30.204	1,77	27.853	1,67	27.166	1,64	-0,15
Piauí	21.177	1,23	22.202	1,30	20.355	1,22	20.578	1,25	0,01
Ceará	48.961	2,85	47.868	2,81	49.008	2,93	53.811	3,26	0,41
Rio Grande do Norte	19.833	1,15	20.872	1,22	20.136	1,20	18.870	1,14	-0,01
Paraíba	21.381	1,24	21.144	1,24	22.118	1,32	21.696	1,31	0,07
Pernambuco	48.298	2,81	46.950	2,75	48.043	2,87	49.074	2,97	0,16
Alagoas	14.394	0,84	14.649	0,86	15.084	0,90	16.481	1,00	0,16
Sergipe	10.715	0,62	11.224	0,66	10.639	0,64	10.611	0,64	0,02
Bahia	98.611	5,73	94.570	5,55	96.479	5,77	88.851	5,38	-0,36
Sudeste	858.638	49,91	853.113	50,05	825.309	49,35	817.148	49,44	-0,46
Minas Gerais	198.842	11,56	196.881	11,55	191.712	11,46	197.150	11,93	0,37
Espírito Santo	36.208	2,10	34.681	2,03	33.324	1,99	32.734	1,98	-0,12
Rio de Janeiro	111.638	6,49	107.205	6,29	108.290	6,48	109.400	6,62	0,13
São Paulo	511.950	29,76	514.346	30,17	491.983	29,42	477.864	28,91	-0,84
Sul	375.634	21,83	374.250	21,95	366.113	21,89	357.216	21,61	-0,22
Paraná	141.419	8,22	139.083	8,16	136.064	8,14	134.395	8,13	-0,09
Santa Catarina	92.126	5,35	93.876	5,51	88.471	5,29	88.225	5,34	-0,02
Rio Grande do Sul	142.089	8,26	141.291	8,29	141.578	8,47	134.596	8,14	-0,11
Centro-Oeste	138.710	8,06	133.731	7,85	136.891	8,19	135.369	8,19	0,13
Mato Grosso do Sul	21.557	1,25	21.773	1,28	21.802	1,30	21.267	1,29	0,03
Mato Grosso	28.714	1,67	27.806	1,63	28.950	1,73	28.731	1,74	0,07
Goiás	64.505	3,75	62.353	3,66	63.487	3,80	62.058	3,76	0,01
Distrito Federal	23.934	1,39	21.799	1,28	22.652	1,35	23.313	1,41	0,02

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

As cinco maiores participações no número de unidades locais com receita de revenda em 2018 foram observadas nos estados de São Paulo (28,91%); Minas Gerais (11,93%); Rio Grande do Sul (8,14%); Paraná (8,13%) e Rio de Janeiro (6,62%). A participação conjunta desses cinco estados era de 64,28%, em 2015, caindo para 63,74% em 2018. Nota-se que o estado de São Paulo apresentou uma participação maior que toda a região Sul (21,61%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.2).

Por sua vez, as cinco menores participações estaduais no número de unidades locais com receita de revenda em 2018, ocorreram no Acre (0,14%); Roraima (0,14%); Amapá (0,18%); Tocantins (0,19%) e Rondônia (0,21%). A participação conjunta desses cinco estados era de 0,79%, em 2015, aumentando para 0,86% em 2018 (Tabela 6.2).

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no número de unidades locais com receita de revenda na comparação dos anos de 2015 e 2018 foram: Ceará (+0,41 p.p.); Minas Gerais (+0,37 p.p.) e Pernambuco (+0,16 p.p.).

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no número de unidades locais com receita de revenda na comparação dos dois anos foram: São Paulo (-0,84 p.p.); Bahia (-0,36 p.p.) e Maranhão (-0,15 p.p.).

Em 2018, o estado do Ceará possuía um total de 53.811 unidades locais com receita de revenda, tendo registrado a nona maior participação no número de unidades locais com receita de revenda com participação de 3,26% do total nacional tendo apresentado o maior ganho de participação nacional entre os anos de 2015 e 2018. No Nordeste, perde apenas para o estado da Bahia (88.851 unidades) (Tabela 6.2).

6.2.2. Receita Bruta de Revenda de Mercadorias

A Tabela 6.3 abaixo contém dados sobre a evolução da **receita bruta de revenda de mercadorias** na atividade de comércio para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2015 a 2018.

Tabela 6.3: Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2015 a 2018

Brasil, Regiões e Estados	2015		2016		2017		2018		Dif. P.P. (2018-2015)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	3.880.848.624	100,00	3.803.169.808	100,00	3.823.776.501	100,00	4.030.574.976	100,00	0,00
Norte	141.794.133	3,65	134.290.292	3,53	140.671.733	3,68	151.541.219	3,76	0,11
Rondônia	18.481.857	0,48	16.025.625	0,42	17.614.871	0,46	18.247.803	0,45	-0,02
Acre	6.906.608	0,18	6.318.766	0,17	6.333.403	0,17	6.566.671	0,16	-0,02
Amazonas	38.134.187	0,98	36.093.246	0,95	36.032.436	0,94	39.798.130	0,99	0,00
Roraima	4.891.553	0,13	5.187.062	0,14	5.245.024	0,14	5.839.929	0,14	0,02
Pará	52.322.865	1,35	51.082.769	1,34	52.776.212	1,38	56.054.556	1,39	0,04
Amapá	7.023.810	0,18	5.791.718	0,15	6.488.080	0,17	7.025.879	0,17	-0,01
Tocantins	14.033.253	0,36	13.791.107	0,36	16.181.708	0,42	18.008.251	0,45	0,09
Nordeste	598.618.984	15,42	583.883.201	15,35	594.732.583	15,55	614.516.900	15,25	-0,18
Maranhão	55.250.051	1,42	57.440.857	1,51	58.567.975	1,53	58.950.848	1,46	0,04
Piauí	30.475.982	0,79	30.299.986	0,80	30.702.254	0,80	31.831.792	0,79	0,00
Ceará	92.849.192	2,39	92.527.882	2,43	91.683.395	2,40	92.072.496	2,28	-0,11
Rio Grande do Norte	37.601.154	0,97	39.146.379	1,03	40.134.153	1,05	38.821.340	0,96	-0,01
Paraíba	41.196.385	1,06	43.083.566	1,13	41.880.907	1,10	44.013.630	1,09	0,03
Pernambuco	121.326.322	3,13	121.169.574	3,19	128.202.965	3,35	119.033.613	2,95	-0,17
Alagoas	29.788.088	0,77	26.395.076	0,69	25.726.958	0,67	27.240.359	0,68	-0,09
Sergipe	20.618.560	0,53	20.437.876	0,54	20.969.655	0,55	22.092.560	0,55	0,02
Bahia	169.513.250	4,37	153.382.004	4,03	156.864.320	4,10	180.460.262	4,48	0,11
Sudeste	1.989.054.210	51,25	1.950.559.605	51,29	1.933.044.161	50,55	2.029.515.796	50,35	-0,90
Minas Gerais	374.658.613	9,65	364.120.307	9,57	361.261.374	9,45	378.697.380	9,40	-0,26
Espírito Santo	110.283.808	2,84	95.456.946	2,51	95.875.615	2,51	109.127.181	2,71	-0,13
Rio de Janeiro	311.483.270	8,03	293.194.279	7,71	284.240.310	7,43	292.170.144	7,25	-0,78
São Paulo	1.192.628.519	30,73	1.197.788.073	31,49	1.191.666.862	31,16	1.249.521.091	31,00	0,27
Sul	770.271.551	19,85	757.389.514	19,91	772.544.407	20,20	832.435.671	20,65	0,81
Paraná	290.393.811	7,48	291.945.623	7,68	291.090.827	7,61	313.886.676	7,79	0,30
Santa Catarina	200.836.568	5,18	194.949.685	5,13	212.100.714	5,55	231.344.655	5,74	0,56
Rio Grande do Sul	279.041.172	7,19	270.494.207	7,11	269.352.866	7,04	287.204.340	7,13	-0,06
Centro-Oeste	381.109.746	9,82	377.047.197	9,91	382.783.617	10,01	402.565.390	9,99	0,17
Mato Grosso do Sul	61.148.998	1,58	57.338.854	1,51	58.680.750	1,53	66.802.623	1,66	0,08
Mato Grosso	116.140.949	2,99	120.957.708	3,18	126.583.906	3,31	127.706.791	3,17	0,18
Goiás	132.991.658	3,43	131.227.453	3,45	129.790.171	3,39	135.965.445	3,37	-0,05
Distrito Federal	70.828.140	1,83	67.523.182	1,78	67.728.790	1,77	72.090.531	1,79	-0,04

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2018.

As cinco maiores participações no total da receita bruta de revenda de mercadorias em 2018 foram observadas nos estados de São Paulo (31,0%); Minas Gerais (9,40%); Paraná (7,79%); Rio de Janeiro (7,25%) e Rio Grande do Sul (7,13%). A participação conjunta desses cinco estados era de 63,08%, em

2015, reduzindo para 62,56% em 2018. Novamente, o estado de São Paulo concentrava uma receita bruta de revenda maior que a região Sul (20,65%), segunda colocada no ranking nacional.

Por sua vez, as cinco menores participações no total da receita bruta de revenda de mercadorias em 2018, ocorreram nos estados de Roraima (0,14%); Acre (0,16%); Amapá (0,17%); Tocantins (0,45%) e Rondônia (0,45%). A participação conjunta desses cinco estados era de 1,32%, em 2015, aumentando para 1,38% em 2018 (Tabela 6.3).

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no total da receita bruta de revenda de mercadorias na comparação dos anos de 2015 e 2018 foram: Santa Catarina (+0,56 p.p.); Paraná (+0,30 p.p.) e São Paulo (+0,27 p.p.) (Tabela 6.3).

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no total da receita bruta de revenda de mercadorias na comparação dos dois anos foram: Rio de Janeiro (-0,78 p.p.); Minas Gerais (-0,26 p.p.) e Pernambuco (-0,17 p.p.).

Em 2018, o estado do Ceará apresentou uma receita bruta de revenda de mercadorias de R\$ 92,0 bilhões, tendo registrado a décima segunda maior participação no total da receita bruta de revenda de mercadorias com participação de 2,28% do total nacional tendo apresentado a quinta maior perda de participação entre os anos de 2015 e 2018. No Nordeste perde para os estados da Bahia (R\$ 180,4 bilhões) e Pernambuco (R\$ 119,0 bilhões) (Tabela 6.3).

6.2.3. Margem de Comercialização em Empresas Comerciais

A Tabela 6.4 a seguir, contém dados sobre a evolução da **margem de comercialização em empresas comerciais** para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2015 a 2018.

As cinco maiores participações no total da margem de comercialização em empresas comerciais em 2018 foram observadas nos estados de São Paulo (32,76%); Minas Gerais (9,03%); Rio de Janeiro (8,85%); Paraná (7,15%) e Rio Grande do Sul (6,72%). A participação conjunta desses cinco estados era de 64,63%, em 2015, reduzindo para 64,51% em 2018. O estado de São Paulo detinha uma participação maior que o total da região Sul (19,35%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.4).

Por sua vez, as cinco menores participações no total da margem de comercialização em empresas comerciais em 2018, ocorreram nos estados do Acre (0,19%); Roraima (0,19%); Amapá (0,20%); Tocantins (0,36%) e Rondônia (0,38%). A participação conjunta desses cinco estados era de 1,37%, em 2015, caindo para 1,33% em 2018 (Tabela 6.4).

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no total da margem de comercialização em empresas comerciais na comparação dos anos de 2015 e 2018 foram: Santa Catarina (+0,42 p.p.); Bahia (+0,35 p.p.) e São Paulo (+0,26 p.p.) (Tabela 6.4).

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no total da margem de comercialização em empresas comerciais na comparação dos dois anos foram: Alagoas (-0,28 p.p.); Rio de Janeiro (-0,26 p.p.) e Distrito Federal (-0,22 p.p.) (Tabela 6.4).

Em 2018, o estado do Ceará apresentou uma margem de comercialização em empresas comerciais de R\$ 19,4 bilhões, tendo registrado a décima primeira maior participação no total da margem de comercialização em empresas comerciais com participação de 2,38% do total nacional tendo apresentado o maior perda de participação entre os anos de 2015 e 2018. No Nordeste ficou atrás apenas dos estados da Bahia (R\$ 35,8 bilhões) e Pernambuco (R\$ 23,5 bilhões) (Tabela 6.4).

Tabela 6.4: Evolução da margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2015 a 2018

Brasil, Regiões e Estados	2015		2016		2017		2018		Dif. P.P. (2018-2015)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	805.844.445	100,00	785.032.644	100,00	794.850.676	100,00	817.524.810	100,00	0,00
Norte	29.620.434	3,68	27.991.765	3,57	28.754.335	3,62	30.647.256	3,75	0,07
Rondônia	3.243.723	0,40	3.197.567	0,41	3.095.119	0,39	3.095.791	0,38	-0,02
Acre	1.794.789	0,22	1.581.008	0,20	1.563.029	0,20	1.561.686	0,19	-0,03
Amazonas	8.546.561	1,06	7.950.321	1,01	8.468.506	1,07	8.889.737	1,09	0,03
Roraima	1.319.216	0,16	1.337.993	0,17	1.378.709	0,17	1.588.888	0,19	0,03
Pará	10.037.223	1,25	9.493.584	1,21	9.830.591	1,24	10.915.327	1,34	0,09
Amapá	1.738.156	0,22	1.603.172	0,20	1.572.466	0,20	1.672.732	0,20	-0,01
Tocantins	2.940.766	0,36	2.828.119	0,36	2.845.916	0,36	2.923.095	0,36	-0,01
Nordeste	119.934.654	14,88	116.935.648	14,90	118.899.454	14,96	120.673.861	14,76	-0,12
Maranhão	10.882.997	1,35	11.041.622	1,41	10.447.983	1,31	10.215.120	1,25	-0,10
Piauí	5.830.463	0,72	6.075.267	0,77	5.699.967	0,72	6.160.372	0,75	0,03
Ceará	19.896.367	2,47	19.049.735	2,43	19.439.949	2,45	19.426.817	2,38	-0,09
Rio Grande do Norte	7.607.582	0,94	7.507.839	0,96	8.828.319	1,11	7.919.400	0,97	0,02
Paraíba	8.403.228	1,04	8.004.440	1,02	7.724.445	0,97	7.907.539	0,97	-0,08
Pernambuco	23.099.601	2,87	23.190.609	2,95	24.625.633	3,10	23.570.035	2,88	0,02
Alagoas	7.369.941	0,91	6.282.129	0,80	5.850.353	0,74	5.227.692	0,64	-0,28
Sergipe	4.285.711	0,53	4.285.732	0,55	4.093.750	0,52	4.357.279	0,53	0,00
Bahia	32.558.762	4,04	31.498.275	4,01	32.189.055	4,05	35.889.607	4,39	0,35
Sudeste	430.118.815	53,37	422.991.270	53,88	424.396.812	53,39	435.332.407	53,25	-0,12
Minas Gerais	73.941.729	9,18	71.702.034	9,13	70.151.132	8,83	73.828.368	9,03	-0,14
Espírito Santo	20.831.759	2,59	18.317.859	2,33	18.606.678	2,34	21.325.966	2,61	0,02
Rio de Janeiro	73.431.295	9,11	70.427.309	8,97	70.676.570	8,89	72.382.490	8,85	-0,26
São Paulo	261.914.032	32,50	262.544.068	33,44	264.962.432	33,33	267.795.583	32,76	0,26
Sul	152.311.885	18,90	146.396.633	18,65	148.861.484	18,73	158.168.676	19,35	0,45
Paraná	56.550.971	7,02	54.768.864	6,98	54.241.270	6,82	58.423.228	7,15	0,13
Santa Catarina	40.800.746	5,06	38.997.188	4,97	41.729.167	5,25	44.800.498	5,48	0,42
Rio Grande do Sul	54.960.168	6,82	52.630.582	6,70	52.891.047	6,65	54.944.950	6,72	-0,10
Centro-Oeste	73.858.656	9,17	70.717.329	9,01	73.938.591	9,30	72.702.610	8,89	-0,27
Mato Grosso do Sul	11.568.593	1,44	10.431.099	1,33	11.105.576	1,40	11.466.838	1,40	-0,03
Mato Grosso	20.338.134	2,52	20.576.418	2,62	21.960.298	2,76	21.580.650	2,64	0,12
Goiás	26.426.337	3,28	25.821.427	3,29	27.314.305	3,44	25.732.880	3,15	-0,13
Distrito Federal	15.525.593	1,93	13.888.384	1,77	13.558.411	1,71	13.922.242	1,70	-0,22

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2018.

6.2.4. Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais

Na Tabela 6.5 são apresentados dados sobre a evolução do **número de pessoas ocupadas em empresas comerciais** para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2015 a 2018.

As cinco maiores participações no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais em 2018 foram observadas nos estados de São Paulo (29,86%); Minas Gerais (10,90%); Rio de Janeiro (8,86%); Paraná (7,58%) e Rio Grande do Sul (6,85%). A participação conjunta desses cinco estados era de 63,82%, em 2015, aumentando para 64,05% em 2018. A participação de São Paulo foi maior que o total da região Sul (19,55%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.5).

Por sua vez, as cinco menores participações no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais em 2018, ocorreram nos estados de Acre (0,18%); Roraima (0,18%); Amapá (0,22%); Tocantins (0,23%) e Rondônia (0,27%). A participação conjunta desses cinco estados era de 1,12%, em 2015, caindo para 1,08% em 2018 (Tabela 6.5).

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais na comparação dos anos de 2015 e 2018 foram: São Paulo (+0,76 p.p.); Mato Grosso do Sul (+0,22 p.p.) e Mato Grosso (+0,13 p.p.) (Tabela 6.5).

Tabela 6.5: Evolução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais – Brasil, Regiões e Estados – 2015 a 2018

Brasil, Regiões e Estados	2015		2016		2017		2018		Dif. P.P. (2018-2015)
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	
Brasil	10.296.459	100,00	10.112.020	100,00	10.183.586	100,00	10.212.427	100,00	0,00
Norte	324.506	3,15	313.149	3,10	312.547	3,07	318.438	3,12	-0,03
Rondônia	32.974	0,32	30.109	0,30	30.040	0,29	27.551	0,27	-0,05
Acre	19.785	0,19	18.093	0,18	18.678	0,18	18.649	0,18	-0,01
Amazonas	92.466	0,90	86.940	0,86	85.521	0,84	86.492	0,85	-0,05
Roraima	17.668	0,17	17.396	0,17	16.639	0,16	18.747	0,18	0,01
Pará	117.056	1,14	117.290	1,16	118.175	1,16	121.494	1,19	0,05
Amapá	22.868	0,22	22.190	0,22	21.369	0,21	22.408	0,22	-0,00
Tocantins	21.689	0,21	21.131	0,21	22.125	0,22	23.097	0,23	0,02
Nordeste	1.790.926	17,39	1.723.190	17,04	1.767.463	17,36	1.738.140	17,02	-0,37
Maranhão	161.980	1,57	165.899	1,64	162.091	1,59	156.091	1,53	-0,04
Piauí	101.834	0,99	98.892	0,98	100.942	0,99	100.930	0,99	-0,00
Ceará	298.381	2,90	283.852	2,81	288.152	2,83	293.706	2,88	-0,02
Rio Grande do Norte	127.311	1,24	129.974	1,29	127.718	1,25	125.023	1,22	-0,01
Paraíba	113.688	1,10	110.558	1,09	117.454	1,15	111.380	1,09	-0,01
Pernambuco	323.858	3,15	298.729	2,95	320.333	3,15	322.615	3,16	0,01
Alagoas	92.986	0,90	87.104	0,86	88.892	0,87	96.704	0,95	0,04
Sergipe	71.037	0,69	71.553	0,71	70.936	0,70	69.832	0,68	-0,01
Bahia	499.851	4,85	476.629	4,71	490.945	4,82	461.859	4,52	-0,33
Sudeste	5.323.703	51,70	5.277.800	52,19	5.229.089	51,35	5.270.574	51,61	-0,09
Minas Gerais	1.170.043	11,36	1.151.795	11,39	1.111.606	10,92	1.112.795	10,90	-0,47
Espírito Santo	234.772	2,28	207.337	2,05	214.344	2,10	203.645	1,99	-0,29
Rio de Janeiro	922.400	8,96	915.997	9,06	900.488	8,84	904.882	8,86	-0,10
São Paulo	2.996.488	29,10	3.002.671	29,69	3.002.651	29,49	3.049.252	29,86	0,76
Sul	2.001.199	19,44	1.978.408	19,56	2.017.517	19,81	1.996.653	19,55	0,12
Paraná	769.467	7,47	755.509	7,47	777.951	7,64	774.367	7,58	0,11
Santa Catarina	518.494	5,04	514.732	5,09	511.907	5,03	522.435	5,12	0,08
Rio Grande do Sul	713.238	6,93	708.167	7,00	727.659	7,15	699.851	6,85	-0,07
Centro-Oeste	856.125	8,31	819.473	8,10	856.970	8,42	888.622	8,70	0,39
Mato Grosso do Sul	131.391	1,28	127.551	1,26	143.716	1,41	152.486	1,49	0,22
Mato Grosso	198.226	1,93	191.038	1,89	205.120	2,01	209.928	2,06	0,13
Goiás	342.746	3,33	333.509	3,30	334.279	3,28	341.821	3,35	0,02
Distrito Federal	183.762	1,78	167.375	1,66	173.855	1,71	184.387	1,81	0,02

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais na comparação dos dois anos foram: Minas Gerais (-0,47 p.p.); Bahia (-0,33 p.p.) e Espírito Santo (-0,29 p.p.) (Tabela 6.5).

Em 2018, o estado do Ceará possuía um total de 293,7 mil pessoas ocupadas em empresas comerciais, tendo registrado a décima maior participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais com participação de 2,88% do total nacional tendo apresentado a nona maior perda de participação entre os anos de 2015 e 2018. No Nordeste, o Ceará perde apenas para os estados da Bahia (461,8 mil pessoas) e Pernambuco (322,6 mil pessoas) (Tabela 6.5).

6.2.5. Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais

Na sequência, tem-se a Tabela 6.6 que traz dados sobre a evolução dos **gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais** para o Brasil, por regiões e para todos os vinte e sete estados da federação entre os anos de 2015 e 2018.

As cinco maiores participações no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais em 2018 foram observadas nos estados de São Paulo (36,44%); Minas Gerais (8,81%); Rio de Janeiro (8,62%); Paraná (7,41%) e Rio Grande do Sul (7,10%). A participação conjunta desses cinco estados era de 68,47%, em 2015, caindo para 68,39% em 2018. O estado de São

Paulo sozinho detém uma participação maior que a registrada pelo total da região Sul (19,90%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.6).

Tabela 6.6: Evolução dos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2015 a 2018

Brasil, Regiões e Estados	2015		2016		2017		2018		Dif. P.P. (2018-2015)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	232.150.064	100,00	230.365.380	100,00	234.285.184	100,00	237.425.185	100,00	0,00
Norte	6.905.131	2,97	6.747.776	2,93	6.840.662	2,92	6.806.112	2,87	-0,11
Rondônia	702.691	0,30	669.164	0,29	675.094	0,29	630.122	0,27	-0,04
Acre	406.395	0,18	377.478	0,16	392.990	0,17	406.864	0,17	-0,00
Amazonas	1.938.627	0,84	1.829.041	0,79	1.900.344	0,81	1.922.192	0,81	-0,03
Roraima	306.738	0,13	320.986	0,14	313.740	0,13	345.978	0,15	0,01
Pará	2.599.342	1,12	2.673.231	1,16	2.661.856	1,14	2.549.488	1,07	-0,05
Amapá	458.481	0,20	403.982	0,18	404.170	0,17	432.414	0,18	-0,02
Tocantins	492.857	0,21	473.893	0,21	492.467	0,21	519.054	0,22	0,01
Nordeste	31.333.887	13,50	30.855.443	13,39	32.078.243	13,69	32.206.957	13,57	0,07
Maranhão	3.014.329	1,30	2.855.756	1,24	2.786.614	1,19	2.894.909	1,22	-0,08
Piauí	1.666.319	0,72	1.714.824	0,74	1.751.084	0,75	1.679.442	0,71	-0,01
Ceará	4.864.252	2,10	4.925.959	2,14	5.090.808	2,17	5.235.373	2,21	0,11
Rio Grande do Norte	2.113.464	0,91	2.196.366	0,95	2.257.912	0,96	2.326.695	0,98	0,07
Paraíba	1.955.602	0,84	1.976.081	0,86	2.095.431	0,89	2.039.938	0,86	0,02
Pernambuco	6.060.744	2,61	5.705.554	2,48	6.314.831	2,70	6.385.240	2,69	0,08
Alagoas	1.518.915	0,65	1.477.593	0,64	1.541.140	0,66	1.539.249	0,65	-0,01
Sergipe	1.320.162	0,57	1.205.563	0,52	1.254.570	0,54	1.284.797	0,54	-0,03
Bahia	8.820.100	3,80	8.797.747	3,82	8.985.853	3,84	8.821.314	3,72	-0,08
Sudeste	130.292.878	56,12	129.200.968	56,09	129.734.203	55,37	132.138.134	55,65	-0,47
Minas Gerais	21.468.517	9,25	21.234.261	9,22	20.852.716	8,90	20.921.215	8,81	-0,44
Espírito Santo	4.873.581	2,10	4.198.611	1,82	4.273.457	1,82	4.235.313	1,78	-0,32
Rio de Janeiro	21.033.895	9,06	20.448.670	8,88	20.631.763	8,81	20.459.348	8,62	-0,44
São Paulo	82.916.886	35,72	83.319.425	36,17	83.976.267	35,84	86.522.258	36,44	0,72
Sul	45.578.361	19,63	45.572.691	19,78	47.389.144	20,23	47.251.053	19,90	0,27
Paraná	17.327.360	7,46	17.145.645	7,44	17.922.661	7,65	17.604.773	7,41	-0,05
Santa Catarina	12.055.733	5,19	12.016.707	5,22	12.293.696	5,25	12.789.471	5,39	0,19
Rio Grande do Sul	16.195.268	6,98	16.410.338	7,12	17.172.787	7,33	16.856.809	7,10	0,12
Centro-Oeste	18.039.807	7,77	17.988.504	7,81	18.242.932	7,79	19.022.929	8,01	0,24
Mato Grosso do Sul	2.776.052	1,20	2.800.740	1,22	3.045.062	1,30	3.150.409	1,33	0,13
Mato Grosso	4.572.222	1,97	4.701.863	2,04	4.837.193	2,06	5.101.934	2,15	0,18
Goiás	6.902.219	2,97	6.916.681	3,00	6.680.369	2,85	6.890.882	2,90	-0,07
Distrito Federal	3.789.315	1,63	3.569.220	1,55	3.680.308	1,57	3.879.704	1,63	0,00

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2018.

Por sua vez, as cinco menores participações no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais em 2018, ocorreram nos estados de Roraima (0,15%); Acre (0,17%); Amapá (0,18%); Tocantins (0,22%) e Rondônia (0,27%).

A participação conjunta desses cinco estados era de 1,02%, em 2015, caindo para 0,98% em 2018. Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais na comparação dos anos de 2015 e 2018 foram: São Paulo (+0,72 p.p.); Santa Catarina (+0,19 p.p.) e Mato Grosso (+0,18 p.p.) (Tabela 6.6).

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais na comparação dos dois anos foram: Rio de Janeiro (-0,44 p.p.); Minas Gerais (-0,44 p.p.) e Espírito Santo (-0,32 p.p.) (Tabela 6.6).

Em 2018, o estado do Ceará registrou um valor total de R\$ 5,235 bilhões em gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais, tendo registrado a nona maior participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais de 2,21% do total nacional tendo apresentado o sexto maior ganho de participação

entre os anos de 2015 e 2018. No Nordeste o Ceará fica abaixo apenas dos estados da Bahia (R\$ 8,821 bilhões) e Pernambuco (R\$ 6,385 bilhões) (Tabela 6.6).

6.3. Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará

Em relação ao **número de unidades locais com receita bruta de revenda no comércio** é possível notar que o estado do Ceará possuía um total de 48.961 unidades em 2015, participando com 2,85% do País e com 15,58% do Nordeste. Em 2018, o número de empresas comerciais cearenses cresceu para 53.811 unidades, aumentando sua participação nacional para 3,26% e regional para 17,52%, ou seja, um incremento de 1,94 p.p. Enquanto isso, a região Nordeste também ganhou participação nacional aumentando de 18,26%, em 2015, para 18,58%, em 2018 (Tabela 6.7).

No tocante a **receita bruta de revenda de mercadorias**, as empresas comerciais cearenses apresentaram um faturamento atualizado de R\$ 92,4 bilhões, em 2015, registrando uma participação de 2,39% do País e de 15,51% do Nordeste. Em 2018, o valor da receita bruta de revenda passou a ser de R\$ 92,0 bilhões apresentando perda de participação nacional para 2,28% e regional para 14,98%. Enquanto isso, a região Nordeste também registrou perda de participação nacional passando de 15,42%, em 2015, para 15,25%, em 2018 (Tabela 6.7).

Tabela 6.7: Dados gerais das empresas comerciais – Brasil, Nordeste e Ceará – 2015 a 2018

Brasil, Regiões e Estados	2015	2016	2017	2018
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)				
Brasil	1.720.471	1.704.659	1.672.417	1.652.660
Nordeste	314.227	309.683	309.715	307.138
Ceará	48.961	47.868	49.008	53.811
Ne/Br (%)	18,26%	18,17%	18,52%	18,58%
Ce/Br (%)	2,85%	2,81%	2,93%	3,26%
Ce/Ne (%)	15,58%	15,46%	15,82%	17,52%
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)				
Brasil	3.880.848.624	3.803.169.808	3.823.776.501	4.030.574.976
Nordeste	598.618.984	583.883.201	594.732.583	614.516.900
Ceará	92.849.192	92.527.882	91.683.395	92.072.496
Ne/Br (%)	15,42%	15,35%	15,55%	15,25%
Ce/Br (%)	2,39%	2,43%	2,40%	2,28%
Ce/Ne (%)	15,51%	15,85%	15,42%	14,98%
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)				
Brasil	805.844.445	785.032.644	794.850.676	817.524.810
Nordeste	119.934.654	116.935.648	118.899.454	120.673.861
Ceará	19.896.367	19.049.735	19.439.949	19.426.817
Ne/Br (%)	14,88%	14,90%	14,96%	14,76%
Ce/Br (%)	2,47%	2,43%	2,45%	2,38%
Ce/Ne (%)	16,59%	16,29%	16,35%	16,10%
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)				
Brasil	10.296.459	10.112.020	10.183.586	10.212.427
Nordeste	1.790.926	1.723.190	1.767.463	1.738.140
Ceará	298.381	283.852	288.152	293.706
Ne/Br (%)	17,39%	17,04%	17,36%	17,02%
Ce/Br (%)	2,90%	2,81%	2,83%	2,88%
Ce/Ne (%)	16,66%	16,47%	16,30%	16,90%
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)				
Brasil	232.150.064	230.365.380	234.285.184	237.425.185
Nordeste	31.333.887	30.855.443	32.078.243	32.206.957
Ceará	4.864.252	4.925.959	5.090.808	5.235.373
Ne/Br (%)	13,50%	13,39%	13,69%	13,57%
Ce/Br (%)	2,10%	2,14%	2,17%	2,21%
Ce/Ne (%)	15,52%	15,96%	15,87%	16,26%

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2018.

No que tange a **margem de comercialização em empresas comerciais** fenômeno semelhante foi observado. Em 2015, a margem de comercialização cearense foi de R\$ 19,8 bilhões, participando com 2,47% do País e com 16,59% do Nordeste. Passados quatro anos, a margem de comercialização estadual passou a ser de R\$ 19,4 bilhões, registrando perda de participação nacional para 2,38% e regional para 16,10%. Enquanto isso, a região Nordeste também perdeu participação nacional passando de 14,88%, em 2015, para 14,76%, em 2018 (Tabela 6.7).

Em relação ao **peçoal ocupado em empresas comerciais**, o estado do Ceará possuía um total de 298.381 pessoas, registrando uma participação nacional de 2,90% e regional de 16,66%. Em 2018, apesar do aumento no número de unidades locais, o número de pessoas ocupadas nas empresas comerciais cearenses caiu para 293.760 pessoas, resultando em perda de participação nacional para 2,88%, mas ganho de participação regional para 16,90%, confirmando a permanência em atividade das empresas de maior porte. Enquanto isso, a região Nordeste também perdeu participação nacional passando de 17,39%, em 2015, para 17,02%, em 2018 (Tabela 6.7).

Por fim, no tocante aos **Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais**, o estado do Ceará registrou um valor de R\$ 4,86 bilhões em 2015, tendo registrado uma participação no País de apenas 2,10% e no Nordeste de 15,52%. Em 2018, o valor pago em Gastos com salários, retiradas e outras remunerações nas empresas comerciais no estado passou a ser de R\$ 5,23 bilhões, registrando um ganho de participação nacional para 2,21% e regional para 16,26%, participações inferiores as registradas para o pessoal ocupado revelando menor nível de remunerações pagas no estado. Enquanto isso, a região Nordeste também ganhou leve participação nacional passando de 13,50%, em 2015, para 13,57%, em 2018 (Tabela 6.7).

6.4. Análise da Estrutura Produtiva por Atividades das Empresas de Comércio Cearense

A partir da Tabela 6.8 é possível ter uma abertura para as atividades que formam o comércio no estado do Ceará. Em 2018, as **empresas de comércio varejista** concentraram 84,61% do total das empresas comerciais cearenses, participando com uma receita bruta de revenda de 58,23% do total; 65,86% da margem de comercialização; 79,17% do pessoal ocupado e com 72,50% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 6.8).

Por sua vez, as **empresas de comércio atacadista**, responderam por 7,87% das unidades comerciais cearenses, participando com 31,77% da receita bruta de revenda; 25,31% da margem de comercialização; 13,28% do pessoal ocupado e com 17,70% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 6.8).

Enquanto isso, as **empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas**, responderam por 7,52% das unidades comerciais; participando com 10,0% da receita bruta de revenda; 8,83% da margem de comercialização; 7,55% do pessoal ocupado e com 9,81% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 6.8).

Entre os anos de 2015 e 2018, o estado do Ceará registrou um incremento de 4.850 unidades locais com receita de revenda, resultado de um incremento de 3.632 empresas comerciais varejistas, 1.029 empresas comerciais atacadistas e de 189 empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas. Como resultado, as empresas de comércio atacadista aumentaram sua participação dentro do estado em 1,32 p.p., enquanto as empresas de comércio varejista (-0,96 p.p.) e de comércio de veículos, peças e motocicletas (-0,36 p.p.) reduziram sua participação em estadual (Tabela 6.8).

No tocante a receita bruta de revenda, apenas as empresas de comércio varejista ganharam participação de 1,79 p.p., ao passo que as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (-1,52 p.p.) e empresas de comércio por atacado (-0,27 p.p.) perderam participação, respectivamente, sinalizando as dificuldades de vendas enfrentadas pelas empresas de vendas de veículos, peças e motocicletas no estado no período analisado (Tabela 6.8).

Em relação a margem de comercialização, as empresas de comércio varejista (+0,88 p.p.) e as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (+0,31 p.p.) registraram ganho de participação dentro do comércio cearense, enquanto que as empresas de comércio atacadista (-1,19 p.p.) apresentaram perda de participação estadual no período (Tabela 6.8).

Tabela 6.8: Dados gerais das empresas comerciais por divisão do comércio – Ceará – 2015 a 2018

Divisão de Comércio	2015		2016		2017		2018		Dif. P.P. (2018-2015)
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)									
1.Total	48.961	100,00	47.868	100,00	49.008	100,00	53.811	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	3.855	7,87	4.154	8,68	4.220	8,61	4.044	7,52	-0,36
3.Comércio por atacado	3.206	6,55	3.219	6,72	3.375	6,89	4.235	7,87	1,32
4.Comércio varejista	41.900	85,58	40.495	84,60	41.413	84,50	45.532	84,61	-0,96
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)									
1.Total	92.849.192	100,00	92.527.882	100,00	91.683.395	100,00	92.072.496	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	10.700.438	11,52	8.784.968	9,49	9.700.128	10,58	9.208.396	10,00	-1,52
3.Comércio por atacado	29.746.203	32,04	30.495.733	32,96	30.779.042	33,57	29.251.604	31,77	-0,27
4.Comércio varejista	52.402.552	56,44	53.247.180	57,55	51.204.225	55,85	53.612.496	58,23	1,79
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)									
1.Total	19.896.367	100,00	19.049.735	100,00	19.439.949	100,00	19.426.817	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	1.694.436	8,52	1.632.847	8,57	1.768.586	9,10	1.714.823	8,83	0,31
3.Comércio por atacado	5.272.167	26,50	5.294.695	27,79	5.275.618	27,14	4.917.320	25,31	-1,19
4.Comércio varejista	12.929.764	64,99	12.122.193	63,63	12.395.744	63,76	12.794.674	65,86	0,88
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)									
1.Total	298.381	100,00	283.852	100,00	288.152	100,00	293.706	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	22.030	7,38	23.240	8,19	22.969	7,97	22.187	7,55	0,17
3.Comércio por atacado	38.586	12,93	38.245	13,47	36.518	12,67	38.994	13,28	0,34
4.Comércio varejista	237.765	79,69	222.367	78,34	228.665	79,36	232.525	79,17	-0,52
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)									
1.Total	4.864.252	100,00	4.925.959	100,00	5.090.808	100,00	5.235.373	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	494.444	10,16	468.864	9,52	480.923	9,45	513.379	9,81	-0,36
3.Comércio por atacado	871.252	17,91	903.585	18,34	860.442	16,90	926.510	17,70	-0,21
4.Comércio varejista	3.498.556	71,92	3.553.510	72,14	3.749.443	73,65	3.795.484	72,50	0,57

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2018.

Em relação ao número de pessoas ocupadas, as empresas de comércio por atacado (+0,34 p.p.) e as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (+0,17 p.p.) registraram ganho de participação dentro do comércio estadual. Por outro lado, apenas as empresas de comércio varejista (-0,54 p.p.) apresentaram perda de participação no período (Tabela 6.8).

Por fim, em relação aos gastos com salários, retiradas e outras remunerações, o comércio varejista foi o único a apresentar ganho de participação estadual de 0,57 p.p. enquanto que as empresas de comércio atacadista (-0,21 p.p.) e as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (-0,36 p.p.) apresentaram perda de participação entre os dois anos.

7 COMÉRCIO EXTERIOR

Ana Cristina Lima Maia⁹

7.1. Balança Comercial

As exportações do Ceará obtiveram recordes ano a ano de 2015 a 2018, atingindo o valor de US\$ 2,3 bilhões em 2018. Enquanto as importações mantiveram o patamar de US\$ 2,5 bilhões nos quatro anos analisados. Em consequência dos valores das exportações e importações, o saldo da balança comercial do Ceará apresenta um comportamento deficitária, porém esse valor negativo está com tendência de queda ao longo do período. Em 2018, o saldo foi negativo em US\$ 191 milhões, bem inferior ao registrado em 2015. A corrente de comércio do Ceará somou US\$ 4,87 bilhões em 2018, o maior valor de toda a série divulgada pelo Ministério de Economia.

As exportações da Região Nordeste em 2018 somaram US\$ 18,74 bilhões, crescimento de 27,95% em relação às exportações de 2015, enquanto as importações atingiram o montante de US\$ 21,67 bilhões, crescimento de 1,49% comparado com 2015. A balança comercial da região registrou déficit entre os anos analisados, quando em 2015 foi de US\$ -6,71 bilhões e em 2018 o déficit foi de US\$ -2,93 bilhões.

A balança comercial brasileira apresentou crescimento no saldo no período de 2015 a 2018, atingindo novo recorde, com valor de 2018 de US\$ 58,03 bilhões, o maior da série divulgada pelo Ministério da Economia. A corrente de comércio somou o valor de US\$ 420,49 bilhões, em 2018, resultado influenciado tanto pelo montante das exportações, que foi do valor de US\$ 239,26 bilhões, como das importações, com valor de US\$ 181,23 bilhões.

Tabela 7.1: Balança Comercial – CE/NE/BR – 2015 – 2018

Descrição	2015 (US\$ milhões - FOB)			2018 (US\$ milhões - FOB)		
	Ceará	Nordeste	Brasil	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	1.044	14.648	190.971	2.342	18.743	239.264
Importação	2.687	21.357	171.459	2.533	21.675	181.231
Saldo	-1.643	-6.709	19.512	-191	-2.933	58.033
Corrente de Comércio	3.731	36.005	362.430	4.875	40.418	420.495

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

O crescimento das exportações do Ceará do período de 2015 a 2018 apresentou uma taxa média de 22,38%, mantendo o desempenho acima do verificado para a região Nordeste e o Brasil, que apresentaram taxas médias de 6,36% e 5,8%, respectivamente. As importações cearenses registraram taxa média negativa (-1,46), enquanto para o Nordeste e para o Brasil o crescimento médio entre os anos analisados foi positivo, com valores de 0,37% e 1,4%, respectivamente. Desse modo, a Corrente de Comércio Cearense obteve taxa média de 6,92%, ainda acima da taxa média do Nordeste (2,93%) e do Brasil (3,78%) (Tabela 7.2).

Em 2015, o Ceará participou com 0,55% das exportações do Brasil, nos anos seguintes essa participação aumentou, chegando a 0,98% em 2018, sendo a maior participação do Ceará nas exportações brasileiras. O Ceará em 2015 estava no 15º lugar do ranking dos estados exportadores, em 2018 passou para o 14º. Vale ressaltar que em 2016 a Companhia Siderúrgica do Pecém começou a exportar, o que justifica o ganho de participação das exportações (Figura 7.1).

⁹ Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

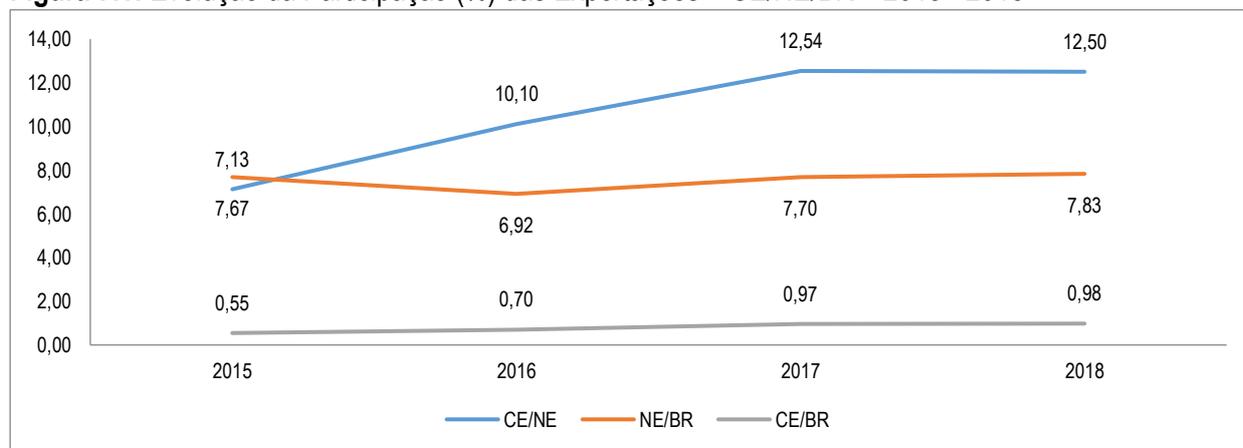
Tabela 6.2: Taxa média de Crescimento da Balança Comercial – CE/NE/BR – 2015 – 2018

Descrição	Crescimento (%) 2015-2018		
	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	22,38	6,36	5,80
Importação	-1,46	0,37	1,40
Corrente de Comércio	6,92	2,93	3,78

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

Com relação à participação das exportações cearenses na pauta da região Nordeste observou-se que teve aumento em 2016 e 2017 com relação a 2015, mas em 2018 registrou leve perda de participação, passando de 12,54%, em 2017, para 12,5%, em 2018. Em 2015, o Ceará foi o 4º maior exportador da região do Nordeste, em 2018 passou a ser o terceiro maior exportador.

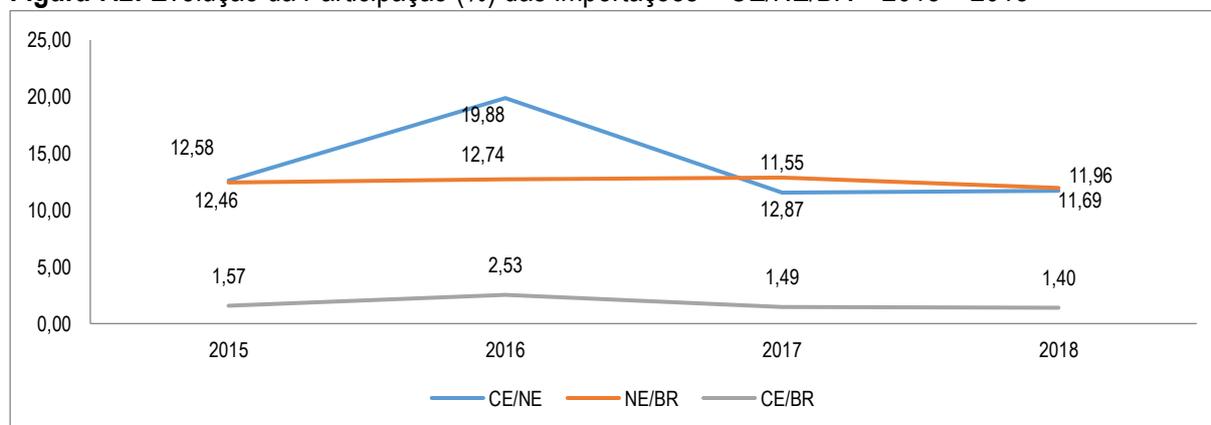
Figura 7.1: Evolução da Participação (%) das Exportações – CE/NE/BR – 2015 - 2018



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

As importações cearenses vêm apresentando perda de participação em relação às importações brasileiras nos anos de 2017 e 2018, conforme apresentado na Figura 7.2. Em 2015 a participação foi de 1,57%, atingindo o valor de 2,53% em 2016. Porém, em 2017 e 2018 perdeu participação, encerrando a série analisada com 1,4%. Importante lembrar que em 2016 as importações cearenses atingiram um pico em decorrência das compras de máquinas e equipamentos adquiridas pelas CSP que nesse momento estava finalizando suas obras.

Figura 7.2: Evolução da Participação (%) das Importações – CE/NE/BR – 2015 – 2018



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

A mesma trajetória foi verificada na participação das importações cearenses no Nordeste, com aumento em 2016 e redução em 2017 e 2018. Em 2016 o Ceará foi o terceiro maior importador da região Nordeste, os demais anos analisados o estado manteve-se no 4º lugar do ranking da região.

7.2. Exportações

A pauta de exportação do Ceará apresentou relevante mudança de 2015 para 2018, principalmente devido ao início das atividades da CSP em 2016, com o começo das exportações de Produtos Metalúrgicos. Sendo assim, a pauta exportadora cearense passou a ser liderada pelos Produtos Metalúrgicos, quando em 2018 atingiu o valor de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão, respondendo por 59,36% da pauta do estado. Comparando com 2015, quando a CSP ainda não estava exportando, os produtos metalúrgicos correspondiam apenas 1,84% das exportações cearenses.

O grupo Calçados foi o segundo mais exportado em 2018, com valor de quase US\$ 300 milhões e participação de 11,4%. Em 2015 o grupo era o principal produto da pauta cearense e respondia por 27,15% do total exportado. Na comparação entre os dois anos observou-se uma queda no valor exportado de 5,8%, indicando que os setores apresentam problemas em manter a competitividade no mercado internacional, consequência da crise econômica de 2015. O valor das exportações de Couros e Peles também apresentou queda em 2018 (53,2%), comparado a 2015. Esse também foi um segmento que sofreu bastante com a crise econômica nos anos de 2015 a 2018.

A Castanha de caju foi o terceiro produto mais exportado pelo Ceará em 2018 (US\$ 94,18 milhões), com participação de 4,02% da pauta exportadora do estado. Comparando 2018 com 2015, as vendas externas de castanha apresentaram ótimo desempenho, com crescimento de 10,67% do valor exportado. As exportações de Frutas (exceto castanha) aparecem em quarto lugar da pauta cearense, registrando o valor de US\$ 85,9 milhões, representando 3,67% de tudo que o estado exportou em 2018. O valor exportado de frutas registrou forte queda em 2018 comparado com 2015, muito em decorrência da redução de vendas para o Reino Unido.

O setor de Alimentos e Bebidas cearense continua ganhando mercado externo, em 2018 o valor exportado por esse setor foi de US\$ 84,11 milhões, crescimento de 19,41% com relação a 2015. As bebidas como água de coco, suco de acerola e bicoistos foram os principais responsáveis por esse aumento.

Os dez principais produtos exportados pelo Ceará em 2018 responderam por 94,2% de tudo que o estado exportou; demonstrando uma grande concentração na cesta de produtos exportados. A pauta de exportação do Ceará ficou mais concentrada em decorrência dos produtos metalúrgicos.

Tabela 7.3: Principais Produtos Exportados pelo Ceará – 2015 – 2018(*)

Principais produtos	2015		2018		Var % (2018/2015)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Produtos Metalúrgicos	19.214.925	1,84	1.390.160.207	59,36	7.134,79
Calçados e suas partes	283.541.093	27,15	266.991.847	11,40	-5,84
Castanha de caju	85.098.437	8,15	94.182.618	4,02	10,67
Frutas (Exceto Castanha de caju)	118.898.240	11,39	85.924.813	3,67	-27,73
Produtos Ind. de Alim. e Beb.	70.431.919	6,74	84.106.051	3,59	19,41
Couros e Peles	161.815.966	15,50	75.725.266	3,23	-53,20
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	42.140.754	4,04	70.342.728	3,00	66,92
Ceras Vegetais	64.474.625	6,17	55.090.371	2,35	-14,55
Lagosta	38.186.937	3,66	42.087.459	1,80	10,21
Têxteis	38.186.937	3,66	41.610.503	1,78	8,97
Demais produtos	122.250.717	11,71	135.856.484	5,80	-7,025
Ceará	1.044.240.550	100,00	2.342.078.347	100,00	124,29

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Os Estados Unidos aparecem como principal destino das exportações cearenses ao longo dos quatro anos analisados. Em 2018 o valor exportado para esse país foi de US\$ 870,7 milhões, representando 37,18% do total exportado pelo estado. Quando comparado com 2015, verificou-se um crescimento de 257,3%, influenciado principalmente pelas vendas de *Ferro fundido, ferro e aço; alimentos; e Frutas*.

Os países que entraram para o grupo dos dez principais destino das exportações cearenses em 2018 foram Coreia do Sul, Turquia, México e Polônia. Conforme vista na Tabela 7.4, esses quatro países apresentavam pequenas participações em 2015, e passaram a representar 7,7%, 6,1%, 6,0% e 2,4% em 2018, respectivamente. As exportações de *Ferro fundido, ferro e aço* foi o principal produto que alavancou as externas para esses países.

Os demais países que estão na lista dos dez principais destinos são parceiros tradicionais das exportações cearenses. A Alemanha foi o quinto maior destino das exportações cearenses, participando com 4,1% das exportações do estado e valor de US\$ 95,2 milhões, valor maior do que o verificado em 2015 (58,9%). Argentina aparece logo em seguida, quando em 2018 exportou quase US\$ 90,0 milhões, valor superior ao verificado em 2015.

Reino Unido e Canadá também apresentaram crescimento no valor exportado em 2018 comparado com 2015. Enquanto o valor exportado para os Países baixos (Holanda) apresentou redução muito em decorrência na queda das exportações de frutas.

Os dez principais destinos das exportações cearenses em 2018 concentraram 76,8% de tudo que o estado exportou; em 2015 os dez principais destino desse nesse ano representou 68,9%, demonstrando aumento da concentração dos destinos das exportações cearenses.

Tabela 7.4: Principais Destinos das Exportações do Ceará – 2015 – 2018 (*)

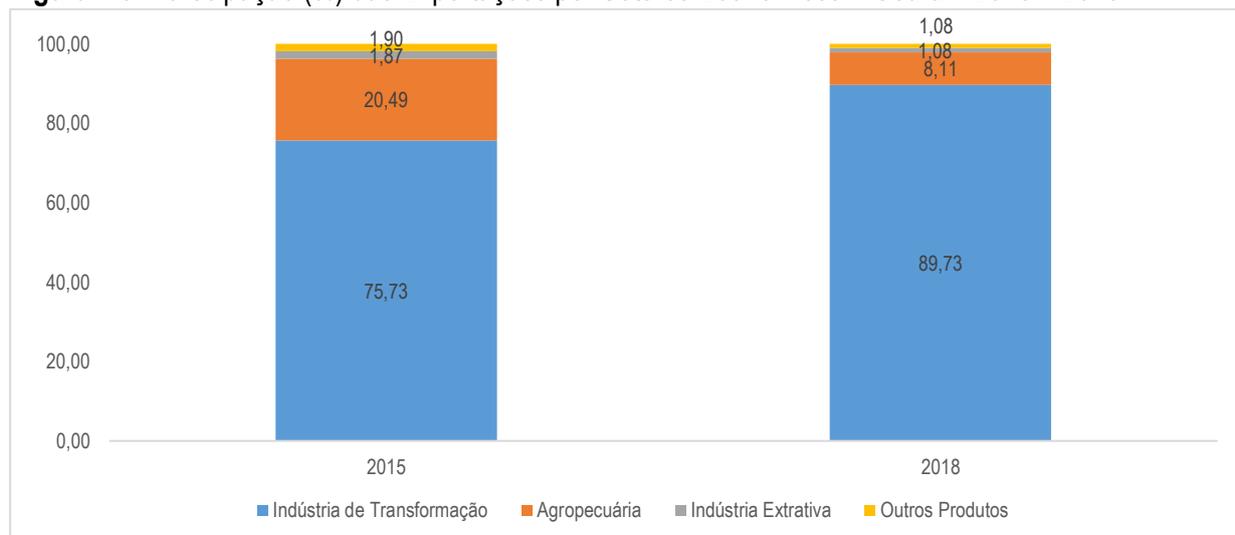
Principais países	2015		2018		Var % (2018/2015)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Estados Unidos	243.664.945	23,33	870.747.029	37,18	257,35
Coreia do Sul	4.572.655	0,44	180.894.862	7,72	3.856,01
Turquia	1.079.609	0,10	143.121.436	6,11	13.156,78
México	27.082.389	2,59	141.565.039	6,04	422,72
Alemanha	59.933.671	5,74	95.226.961	4,07	58,89
Argentina	61.908.376	5,93	89.971.968	3,84	45,33
Reino Unido	52.455.398	5,02	80.103.846	3,42	52,71
Canadá	16.918.703	1,62	77.657.548	3,32	359,00
Países Baixos (Holanda)	82.769.887	7,93	61.326.666	2,62	-25,91
Polônia	1.805.151	0,17	57.107.799	2,44	3.063,60
Demais países	492.049.766	47,12	544.355.193	23,24	10,63
Ceará	1.044.240.550	100,00	2.342.078.347	100,00	124,29

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Em 2018, as exportações cearenses de produtos do setor da Indústria de Transformação representaram 89,7% do total da pauta de exportações, em 2015 essa participação era de 75,7%. O valor dos produtos industrializados exportados pelo Ceará cresceu 165,7% na comparação de 2015, explicado pelas exportações de *Ferro fundido, ferro e aço*.

Com relação às exportações cearenses de produtos do setor Agropecuário, observou-se queda na participação de 2015 para 2018, passando de 20,5% de participação para 8,1% (Figura 7.3). Além da perda relativa, as exportações dos produtos agropecuários também apresentaram queda no valor de 11,3% em 2018, com relação ao 2015.

Figura 7.3: Participação (%) das Exportações por Setores Econômicos – Ceará – 2015 – 2018



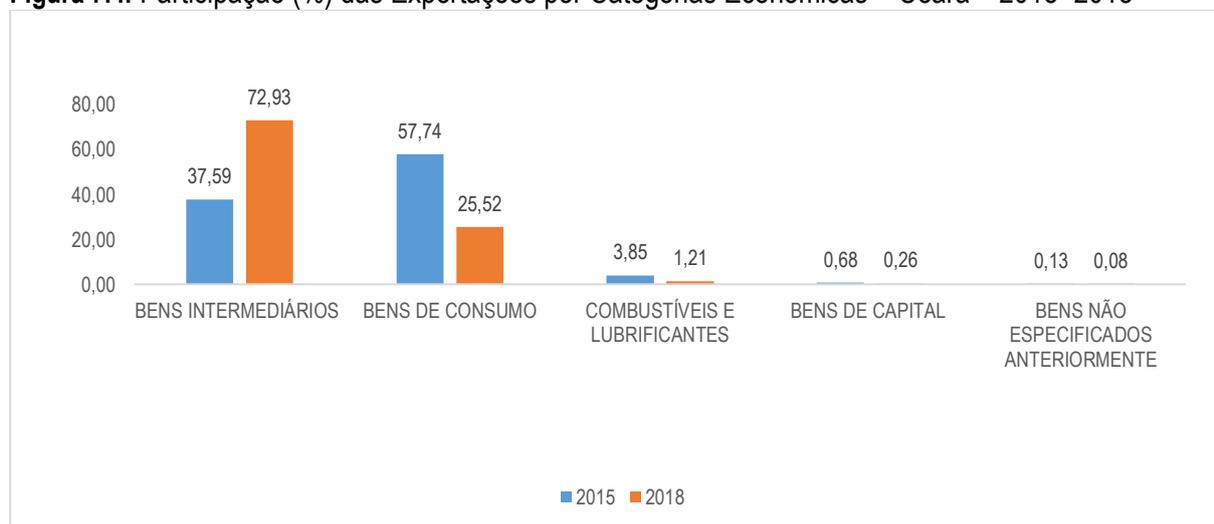
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

Em 2015, os Bens de Consumo foram os produtos predominantes nas exportações cearenses, participando com 57,7% da pauta exportadora. Em 2018 verificou-se perda de participação dessa categoria que passou a responder por apenas 25,5% da pauta cearense.

Em 2018, os Bens Intermediários passaram a ser os principais produtos exportados pelo Ceará, participando com 72,9% de tudo que foi exportado pelo estado nesse ano. Em 2015 a participação dessa categoria foi de 37,6%.

As categorias Combustíveis e lubrificantes e Bens de Capital no Ceará tiveram queda de participação no total das exportações, passando de 3,9% e 0,68% em 2015, para 1,2% e 0,26% em 2018, respectivamente (Figura 7.4).

Figura 7.4: Participação (%) das Exportações por Categorias Econômicas – Ceará – 2015- 2018



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE

7.3. Importações

A pauta de importação do Ceará em 2018 não apresentou muitas alterações e continuou sendo liderada pelo grupo Combustíveis Minerais, com valor de US\$ 983,7 milhões, respondendo, em termos de participação, por 38,8% do total importado pelo estado. Comparando com o ano de 2015, as importações do grupo tiveram um crescimento 6,58%. Os principais produtos importados pelo grupo foram *Hulha betuminosa* (tipo de carvão mineral) e *Gás natural liquefeito* (GNL).

Os Produtos da Indústria Química foram o segundo maior grupo importado pelo Ceará em 2018, com participação de US\$ 295,4 milhões e participação de 11,7% do total da pauta de importação do Estado. As compras externas desses produtos em 2018 apresentaram crescimento de 43,9% quando comparada com 2015, explicado principalmente pelo aumento da importação de produtos de inseticidas e pesticida utilizados nas produções agrícolas.

No ano de 2018, o grupo de Cereais ocupou o terceiro lugar na pauta de importação cearense, atingindo o montante de US\$ 230,2 milhões, levando a uma participação de 9,1% do total importado pelo Ceará. Comparando o ano de 2018 em relação a 2015, as importações desses produtos tiveram um crescimento de 20,5%.

O grupo de Produtos Metalúrgicos e Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, e suas partes, apresentaram reduções nas importações em 2018 de 39,3% e 33,7%, respectivamente, comparado com 2015. Outros segmentos que também tiveram queda no valor exportado no período analisado foram: Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, e suas partes; Têxteis; Plásticos e suas obras; Óleo de dendê; e Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia; aparelhos médico-cirúrgicos (Tabela 7.5).

Dos dez principais produtos importados pelo Ceará seis tiveram redução no valor importado, indicando que ocorreu uma redução no ritmo do setor industrial visto que a maioria desses produtos são de bens de capital e insumo de produção industrial.

Tabela 7.5: Principais produtos Importados pelo Ceará – 2015–2018(*)

Principais produtos	2015		2018		Var % (2018/2015)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Combustíveis minerais	923.904.570	34,39	983.507.375	38,82	6,45
Produtos Ind. Química	205.234.610	7,64	295.444.203	11,66	43,95
Cereais	191.072.707	7,11	230.225.220	9,09	20,49
Produtos Metalúrgicos	319.848.886	11,90	194.066.294	7,66	-39,33
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	160.841.068	5,99	185.234.365	7,31	15,17
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, e suas partes	238.541.478	8,88	158.152.147	6,24	-33,70
Têxteis	150.502.780	5,60	125.723.365	4,96	-16,46
Plásticos e suas obras	60.968.439	2,27	57.159.963	2,26	-6,25
Óleos de dendê	48.991.645	1,82	47.891.418	1,89	-2,25
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia; aparelhos médico-cirúrgicos	23.874.481	0,89	22.375.874	0,88	-6,28
Demais países	363.074.123	13,51	233.563.354	9,22	-35,67
Ceará	2.686.854.787	100,00	2.533.343.578	100,00	-5,71

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Em 2018, o principal país de origem das importações do Ceará foi a China, com US\$ 549,6 milhões, embora tenha apresentado redução no valor importado comparado com 2015, respondendo por 21,7% do total importado pelo estado. Os principais produtos originários desse país foram: *Produtos químicos orgânicos; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Ferro fundido, ferro e aço; e Partes de outros motores/geradores/grupos eletrogeradores.*

Os Estados Unidos foi o segundo país de onde o estado mais importou em 2018, o país participou com 18,0% do total importado pelo Ceará, em 2015 a participação foi de apenas 5,1%. O Ceará ampliou as compras com EUA principalmente em produtos de Combustíveis minerais, como *Hulha betuminosa* (tipo de carvão mineral), *Gasóleo (óleo diesel)* e *Gás natural liquefeito (GNL)*. As importações oriundas da Colômbia apresentaram resultados semelhantes aos EUA, tendo sido o terceiro país que mais vendeu para o Ceará em 2018, atingindo o montante de US\$ 290,2 milhões, e participação de 11,4% do total importado, em 2015 o país participava com 7,2% da pauta importadora do estado. Na comparação entre 2018 e 2015, houve

crescimento de 49,5% das importações provenientes desse país. Os principais produtos oriundos desse país foram: *Combustíveis minerais*; e *Filamentos sintéticos ou artificiais*.

A Argentina foi o quarto país do qual o Ceará mais importou em 2018 (US\$ 201,9 milhões), respondendo por aproximadamente 8,0% das importações do estado, em 2015 o país participou com 6,5%. A variação do valor importado foi de 15,9%, com destaque para o aumento das importações de trigo.

Moçambique, Austrália e Rússia foram os que entraram para o grupo dos 10 principais países fornecedores para o estado. Esses três países apresentaram os maiores crescimento em 2018, comparado com 2015.

O valor das importações cearenses caiu 5,71% em quatro anos. Em 2015, os dez principais países de onde o Ceará mais importou participaram com 53,8% do total importado, em 2018, participaram com 77,7%, aumentando a concentração (Tabela 7.6).

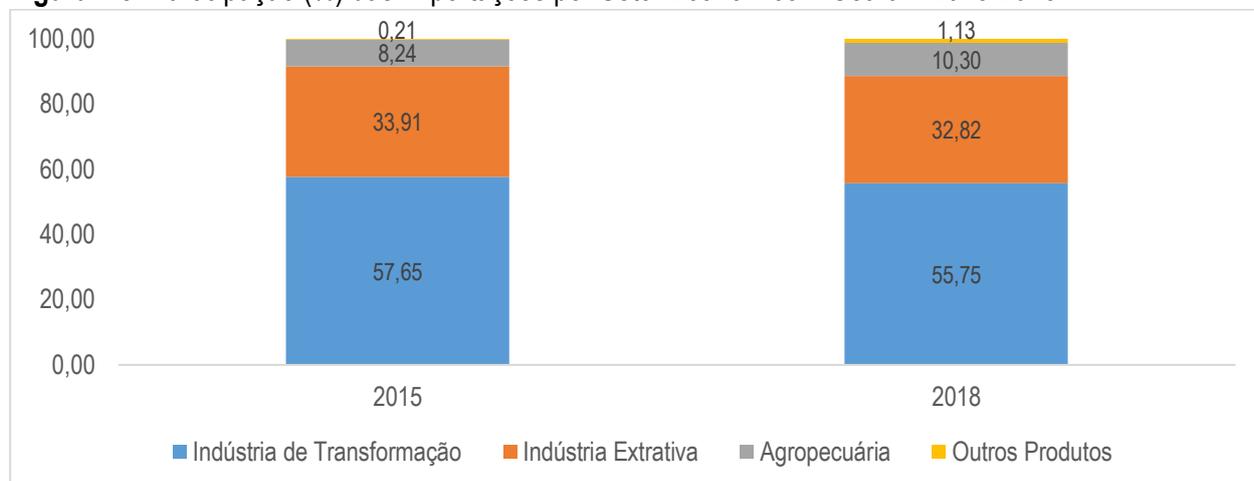
Tabela 7.6: Principais Origens das Importações do Ceará – 2015 – 2018(*)

Principais países	2015		2018		Var % (2018/2015)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
China	584.541.704	21,76	549.598.647	21,69	-5,98
Estados Unidos	136.458.501	5,08	456.876.558	18,03	234,81
Colômbia	194.149.089	7,23	290.184.462	11,45	49,46
Argentina	174.266.046	6,49	201.933.079	7,97	15,88
Trinidad e Tobago	166.610.511	6,20	99.988.260	3,95	-39,99
Alemanha	90155026	3,36	97.653.590	3,85	8,32
Índia	69.134.977	2,57	71.578.094	2,83	3,53
Moçambique	0	0,00	68.978.295	2,72	---
Austrália	18.344.430	0,68	68.416.643	2,70	272,96
Rússia	11.792.559	0,44	62.859.028	2,48	433,04
Demais países	1.241.401.944	46,20	565.276.922	22,31	-54,46
Ceará	2.686.854.787	100,00	2.533.343.578	100,00	-5,71

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Em 2015, as importações do Ceará do setor da Indústria de Transformação representaram 57,6%, do total das importações, já em 2018, houve perda de participação das importações desses produtos, passando para 55,7% do total importado. Em termos de valor, em 2018, houve uma queda de 8,8% das importações de produtos industrializados quando comparado com 2015, corroborando com o fato de que o setor da indústria ainda sofreu em 2018 com os efeitos da crise econômica que teve início em 2015.

Figura 7.5: Participação (%) das Importações por Setor Econômico – Ceará – 2015-2018



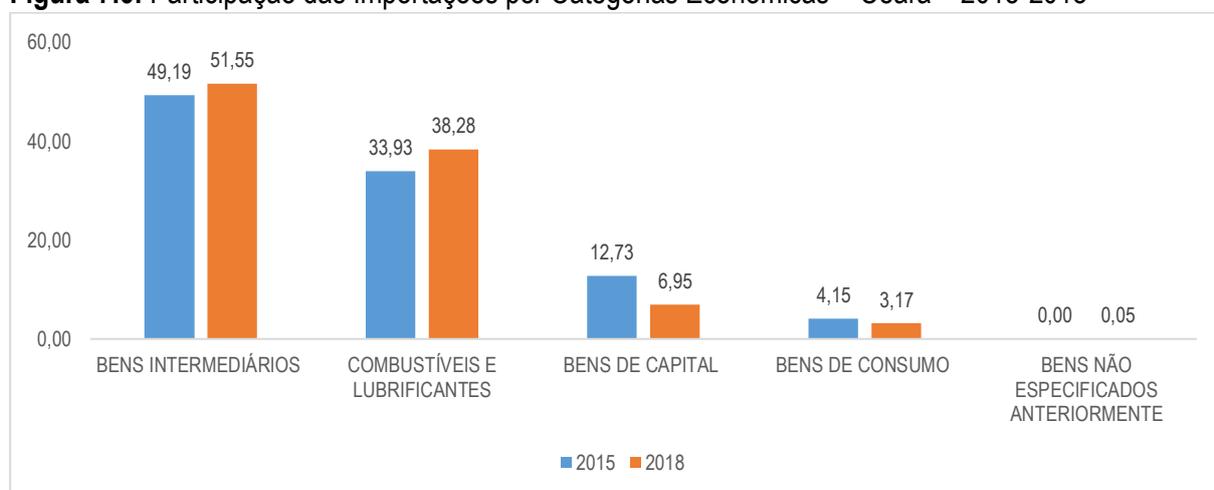
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

Com relação às importações cearenses de produtos da Indústria Extrativa também houve redução de participação, passando de 33,9%, em 2015, para 32,8%, em 2018, explicado pelo menor valor importado de gás natural. Já a importação de produtos do setor agropecuário apresentou aumento de participação devido, principalmente, ao aumento de compras de trigo e algodão não cardado nem penteado. Em 2018 esse setor respondeu por 10,3% do total importado pelo Ceará.

Na análise por Categoria Econômica verificou-se que houve pequenas mudanças na estrutura de participação. A participação das categorias Bens intermediários e Combustíveis e lubrificantes foi maior em 2018 quando comparada com 2015. Enquanto Bens de Capital e Bens de consumo reduziram suas participações.

Em termos de valor a importação de Bens de capital apresentou redução de quase cinquenta por cento, corroborando com a possibilidade de que a indústria cearense em 2018 ainda se encontrava com o investimento reprimido, visto que a boa parte do investimento em bens de capital é adquirido por importação.

Figura 7.6: Participação das Importações por Categorias Econômicas – Ceará – 2015-2018



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE

8 MERCADO DE TRABALHO

Daniel Suliano¹⁰

8.1. Introdução

O objetivo desse capítulo é analisar o comportamento do mercado de trabalho cearense em um comparativo com o mercado de trabalho nacional com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período de 2015-2018.

Até 2012, não haviam dados sistematizados para o mercado de trabalho do Estado do Ceará. A partir desse ano, o IBGE passou a disponibilizar dados da PNAD Contínua com resultados do mercado de trabalho não apenas para o Brasil e as Grandes Regiões, mas também para as Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais e para a Região Integrada de Desenvolvimento Grande Teresina e Municípios das Capitais.

De acordo com IBGE (2019), o objetivo da PNAD Contínua é produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país além da investigação de indicadores conjunturais de trabalho e rendimento. Nesse contexto, a pesquisa acompanha as flutuações e a evolução da Força de Trabalho no curto, médio e longo prazo.

A população-alvo da PNAD Contínua é constituída pelas pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes com abrangência geográfica de todo território nacional. O domicílio é definido como um local estruturalmente separado e independente no qual se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas ou que esteja sendo utilizado como tal.

Um ponto a ser destacado na PNAD Contínua é que ela atende aos protocolos de recomendações metodológicas e conceituais da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSC) e da Organização Internacional do trabalho (OIT).

8.2. Movimento da Dinâmica Demográfica e da Oferta de Trabalho

O Gráfico 8.1 apresenta a Taxa de Participação (TP). A TP é uma relação entre a Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalhar (PIT). Por sua vez, a População em Idade de Trabalhar é composta pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, enquanto que a Força de Trabalho é o cômputo dos ocupados e dos desocupados.

Pode-se observar que a Taxa de Participação do Brasil manteve-se praticamente estável com um leve crescimento quando se compara o primeiro trimestre de 2015 com o quarto trimestre de 2018. Com efeito, no primeiro trimestre 2015 a TP nacional era de 61%; no último trimestre do ano de 2018 esse valor era apenas 0,7 ponto percentual acima (61,7%).

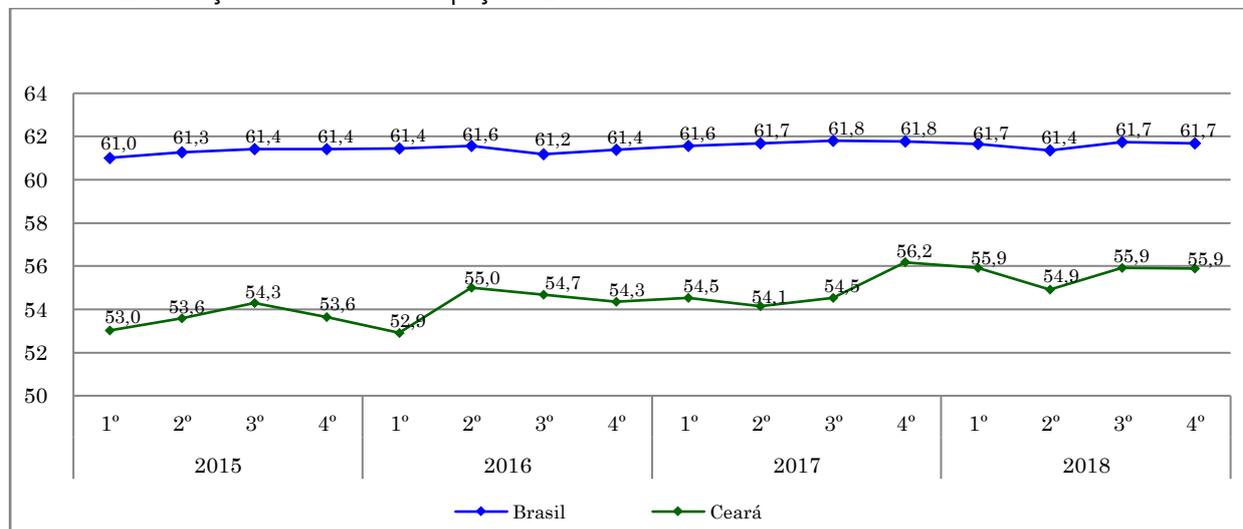
Assim, como o período de análise engloba tanto um momento de recessão como também um processo de retomada da atividade econômica tem-se que a Taxa de Participação do Brasil apresenta oscilação apenas na margem.

De fato, a hipótese de oscilação na margem da Taxa de Participação é aceitável considerando que a partir do primeiro trimestre de 2017 o Brasil entra em um processo de retomada da atividade econômica de acordo com o Comunicado de outubro de 2017 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

¹⁰ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

De forma mais específica, pode-se observar que no quarto trimestre de 2016 a Taxa de Participação nacional era 61,4%; no primeiro trimestre de 2017, trimestre no qual se inicia a recuperação econômica a TP do Brasil subiu para 61,6%. Nos trimestres subsequentes, a Taxa de Participação passa a oscilar levemente encerrando o último trimestre de 2018 em 61,7% e, portanto, levemente acima do período pré-recuperação (primeiro trimestre de 2016).

Gráfico 8.2: Evolução da Taxa de Participação – 2015/2018 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Diante desses fatos, pode-se deduzir que o mercado de trabalho brasileiro responde de forma mais lenta a retomada dos ciclos de negócios. Diversos fatores podem explicar esse processo que vão desde a rigidez no processo de contratação e demissão e, portanto, ajuste lento do mercado de trabalho ao movimento cíclico da economia como também a opção feita pelas empresas em elevar o número de horas trabalhadas dos empregados vigentes evitando, assim, contratação de forma imediata. Outra possibilidade que as empresas podem ter é a redução do ritmo de produção através da jornada de trabalho ou suspensão temporária de contrato (*lay-off*).

No mercado de trabalho cearense, as oscilações da Taxa de Participação cearense são mais intensas além de apresentar ao longo da série histórica uma diferença em termo percentual substancial quando comparada com a TP do Brasil.

Ao longo do ano de 2017 pode-se observar que a Taxa de Participação do Estado do Ceará aumenta quase dois pontos percentuais ao sair de 54,5% no primeiro trimestre de 2017 para 56,2% no quarto trimestre do mesmo ano.

No ano de 2018 a Taxa de Participação cearense oscila tendo se reduzido no segundo trimestre de 2018, mas voltando a atingir no quarto trimestre valor igual ao do primeiro (55,9%), valor menor ao do quarto trimestre de 2017, que é o máximo alcançado no período em análise (56,2%).

Dito de outra forma, embora tenha sofrido alguma oscilação, desde a retomada da atividade econômica iniciada no primeiro trimestre de 2017 a Taxa de Participação cearense aumentou chegando ao quarto trimestre de 2018 1,4 ponto percentual maior quando comparada ao início do período pré-retomada.

Como dito acima, a série histórica apresenta uma diferença substancial entre a Taxa de Participação do Brasil e a Taxa de Participação do Ceará. No primeiro trimestre de 2016, onde a TP do Ceará atinge a mínima histórica de 52,9%, a diferença entre elas chega a ser de 8,5 pontos percentuais. No primeiro trimestre de 2015 essa diferença era de 8 pontos percentuais e no último trimestre de 2018 a diferença era de 5,8 pontos percentuais.

Algumas hipóteses podem ser aventadas em explicar essa diferença. Nesse contexto, pode-se aludir que parte dessa diferença se deve ao comportamento dos trabalhadores na busca por ocupação o que reflete diretamente na condição de participação.

As pessoas desocupadas na PNAD Contínua são aquelas sem trabalho em ocupação na semana de referência que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência. Portanto, para ser classificado como desocupado é preciso tomar alguma providência efetiva; caso contrário a pessoa estará fora da Força de Trabalho e, conseqüentemente, fora da Taxa de Participação.

Por sua vez, a diferença entre as taxas de participação pode ser explicada por questões relacionadas as especificidades do mercado de trabalho cearense. Se for esse caso, a hipótese seria por conta do custo de vista menor em regiões mais pobres, como no caso do Estado do Ceará. Nesse caso, para uma mesma População em Idade de Trabalhar, pode haver um menor quantitativo de pessoas na Força de Trabalho reduzindo, assim, a Taxa de Participação.

Uma segunda hipótese pode ser relacionada a heterogeneidade de impacto de benefícios assistenciais. Como os valores dos benefícios são homogêneos é possível que afetem de forma heterogênea regiões com menor custo de vida, como o Nordeste. Nesse caso, haveria maior poder de compra nessas regiões elevando, assim, o salário de reserva dos membros do domicílio e redução na Taxa de Participação ao reduzir a Força de Trabalho.

Uma terceira hipótese menos plausível é a heterogeneidade do mercado de trabalho que consubstancia na Força de Trabalho em termos comportamentais. Nesse caso, as pessoas que fazem parte do mercado de trabalho cearense estão em maior grau quando comparado com o mercado de trabalho nacional se dedicando aos estudos ou treinamento técnico profissional.

Finalmente, essa heterogeneidade no mercado de trabalho local pode também ser associada a um regime de desalento, definida com um desânimo na busca por ocupação por parte dos trabalhadores. Isso também pode ser reforçado por menor dinamismo na oferta de trabalho, o que reforça o desalento por parte das pessoas. Como já enfatizado, para que essa hipótese seja sustentável é necessário que isso ocorra com mais intensidade no Estado do que no país como um todo.

8.3. Uma Digressão Teórica sobre Ciclo de Negócios

Além de possíveis efeitos estruturais, a Taxa de Participação pode apresentar influência dos Ciclos de Negócios da economia. Nesse caso, fatores conjunturais que levam a expansão ou a contração da atividade econômica afeta diretamente a Força de Trabalho. Por um lado, pode alterar o número de ocupados; por outro, influenciar na decisão da pessoa estar na condição de desocupado e, portanto, dentro da Força de Trabalho e não fora dela.

Nesse contexto, os trabalhadores que se incorporam na Força de Trabalho ocasionam o efeito do trabalhador adicional (*added worker effect*) e elevando a Taxa de Participação. Por outro lado, a Força de Trabalho pode reduzir seu fluxo em decorrência do desalento ou desânimo na busca por ocupação.

Como já ressaltado, a partir do primeiro trimestre de 2017 o Brasil entra em um processo de recuperação após uma recessão que durou 11 trimestres. Por sua vez, nos anos de 2015 e 2016 a economia brasileira encontrava-se em uma profunda recessão econômica. Em ambos os casos, as condições conjunturais do mercado de trabalho irão afetar o tamanho da Força de Trabalho.

No caso de um mercado de trabalho deprimido, pessoas desocupadas por um longo período podem desistir da busca por ocupação retirando-se da Força de Trabalho. Por outro lado, trabalhadores podem se inserir na Força de Trabalho como forma de compensar a queda da renda familiar.

Diante de uma recessão, a primeira hipótese torna-se mais factível considerando que a busca por ocupação envolve custos fazendo com que as pessoas desempregadas se retirem da Força de Trabalho até uma recuperação econômica e aumento das contratações.

Para medir o desalento, a PNAD Contínua utiliza métricas de Subutilização da Força de Trabalho. A subutilização da Força de Trabalho complementa a medida de desocupação com o objetivo de fornecer a melhor estimativa da demanda por trabalho em ocupação (*employment*).

A Subutilização da Força de Trabalho apresenta três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois já integram a Força de Trabalho, que são os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas e os próprios Desocupados.

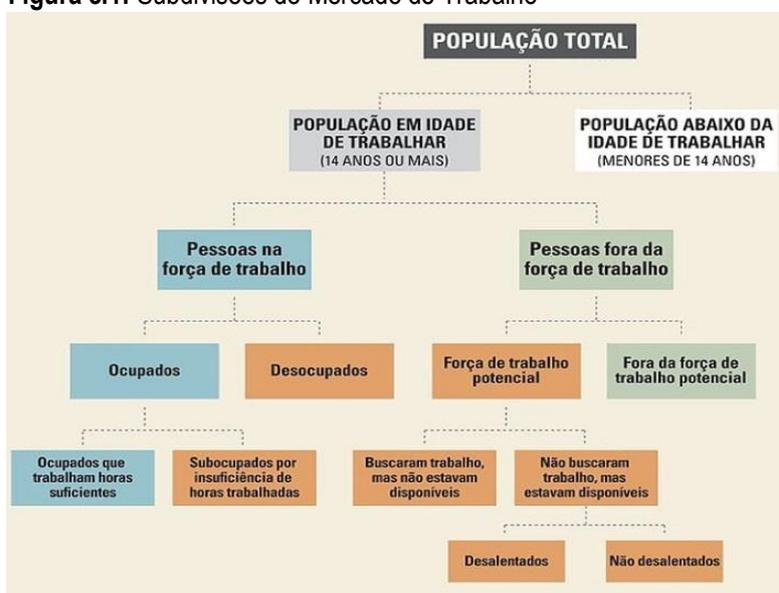
No entanto, como pode ser observado na Figura 8.1 os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas¹¹ estão classificados na condição de ocupados quando se mede a Taxa de Desocupação (comumente conhecida como desemprego).

Para se medir a Subutilização da Força de Trabalho, além desses dois indicadores soma-se a Força de Trabalho Potencial (FTP), que é um dos componentes do conceito de pessoas que estão Fora da Força de Trabalho (FFT).

Na Figura 8.1, pode ser observado que além da Força de Trabalho Potencial (FTP), têm-se as pessoas que estão Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP). Conjuntamente, esse contingente de pessoas representa aqueles que estão Fora da Força de Trabalho (FFT).

As pessoas que fazem parte da Força de Trabalho Potencial (FTP) estão fora da Força de Trabalho (FT), mas possuem um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Assim, a Força de Trabalho Potencial é formada por pessoas que realizaram busca efetiva de trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência e pelas pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Figura 8.1: Subdivisões do Mercado de Trabalho



Fonte: IBGE/PNAD Contínua.

¹¹ Os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas são pessoas que na semana de referência que têm 14 anos ou mais de idade e trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único ou no conjunto de todos os seus trabalhos. No entanto, gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

Dentro da Força de Trabalho Potencial estão as pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar e as pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar, ambos na semana de referência. Adicionalmente, as pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis podem ser divididas entre desalentados e não desalentados. (Ver Figura 8.1).

A partir destas variáveis, pode-se definir a Força de Trabalho Ampliada (FTA), um conceito mais abrangente que a Força de Trabalho sendo composta pela Força de Trabalho (FT) e pela Força de Trabalho Potencial (FTP).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda que os países adotem esses indicadores visando um quadro mais completo da Subutilização da Força de Trabalho. Assim, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho ao incluir os trabalhadores desalentados permite também mensurar o que a literatura classifica como “Desemprego Oculto”.

Assim, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho representa o percentual da população que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de Oferta de Postos de Trabalho, seja em termos de Insuficiência de Horas Trabalhadas. De forma algébrica, tem-se:

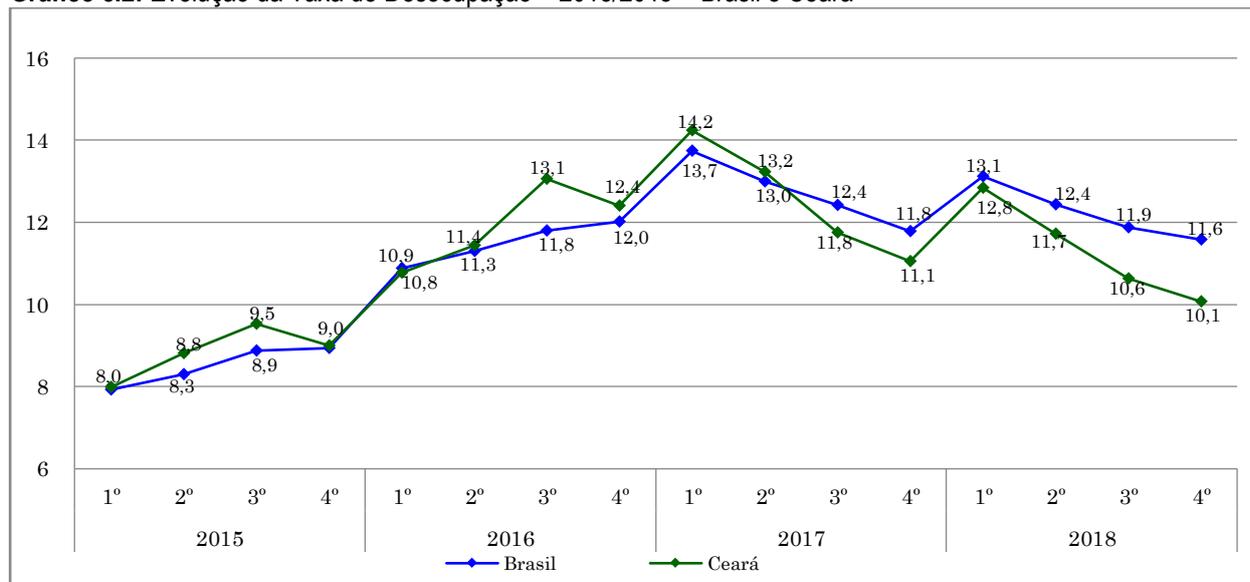
$$\text{Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho} = \frac{\text{Subocupados por Insuficiência de Horas} + \text{Desocupados} + \text{FTP}}{(\text{FT} + \text{FTP} = \text{FTA})}$$

8.4. Evolução da Desocupação no Mercado de Trabalho

O Gráfico 8.2 apresenta a evolução da Taxa de Desocupação (TD) no período de 2015 a 2018 para o Estado do Ceará e para o Brasil. A Taxa de Desocupação é uma variável que mensura uma pressão direta no mercado de trabalho por parte dos trabalhadores e disponibilidade imediata para execução da atividade.

Um fato importante a ser destacado no Gráfico 8.2 é a sazonalidade na queda da taxa de desemprego no quarto trimestre bem como seu recrudescimento no trimestre subsequente, o que revela que é uma ocorrência independente dos ciclos de negócios. Não obstante, em Cavalcante (2019) foi observado que no quarto trimestre de 2014 a desocupação no Estado do Ceará atingiu a mínima histórica de 6,6%; no Brasil esse valor foi de 6,5%. Ademais, foi observado recuo do desemprego ao longo do ano de 2014.

Gráfico 8.2: Evolução da Taxa de Desocupação – 2015/2018 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Isso contrasta com o Comunicado de agosto de 2015 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) ao revelar que no segundo trimestre de 2014 é iniciada uma recessão após expansão econômica que havia durado 20 trimestres.

Na verdade, as evidências empíricas revelam ajuste mais lento do mercado de trabalho. De forma mais específica, a defasagem do desemprego com relação à atividade econômica pode ocorrer um ou dois trimestres subsequentes.

Esse ajuste mais gradual e lento do desemprego com relação a algumas atividades econômicas pode ocorrer por conta das especificidades do mercado de trabalho brasileiro. No Brasil, mesmo com a reforma trabalhista em novembro de 2017 no intuito de flexibilizar a legislação e tornar mais eficiente o processo de contratação os custos admissionais e de demissão podem elevar o tempo de ajuste no mercado de trabalho.

Adicionalmente, mesmo quando se tem um mercado de trabalho mais flexível as evidências revelam que a resposta do desemprego não segue na mesma proporção que o processo de recuperação econômica.

Em Blanchard (2011), a lei de Okun estabelece que o crescimento da economia deve-se elevar acima do seu normal para reduzir a taxa de desocupação. De fato, mesmo diante de um arrefecimento da atividade econômica as empresas podem reduzir o ritmo de produção através da jornada de trabalho ou suspensão temporária de contrato (*lay-off*). O setor da indústria, característico por jornadas mais rígidas, pode muitas vezes fazer uso desse processo, o que explicaria a defasagem entre desemprego e retomada.

O Gráfico 8.2 revela que a desocupação diante do processo de retomada da atividade econômica a partir do primeiro trimestre 2017 atingiu a máxima histórica de 14,2% para o Estado do Ceará; no Brasil, esse valor chegou a ser de 13,7%. De acordo com o Comunicado de outubro de 2017 do CODACE esse foi o trimestre que a economia brasileira saiu da recessão.

A partir do segundo trimestre de 2017 a taxa de desocupação seguiu em queda ao longo de 2017 e no ano de 2018, embora no primeiro trimestre desse último tenha se elevado por conta de fatores sazonais. No quarto trimestre de 2018 a taxa de desocupação no Ceará era de 11,6% (2,6 pontos percentuais menor que a atingida na máxima histórica).

No Gráfico 8.3, por sua vez, são apresentados os dados da Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho. Como já destacado anteriormente, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho definida é uma medida mais ampla de medida de desocupação.

A Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho apresenta evolução semelhante a Taxa de Desocupação, não obstante, por conta de seus indicadores apresente um contingente mais amplo de desocupados, principalmente para o Estado do Ceará.

Ademais, desde o processo de retomada da atividade econômica iniciado no primeiro trimestre de 2017 a desocupação no Ceará reduziu-se de forma mais rápida que a desocupação nacional, muito embora a taxa composta cearense esteja acima da taxa composta do Brasil.

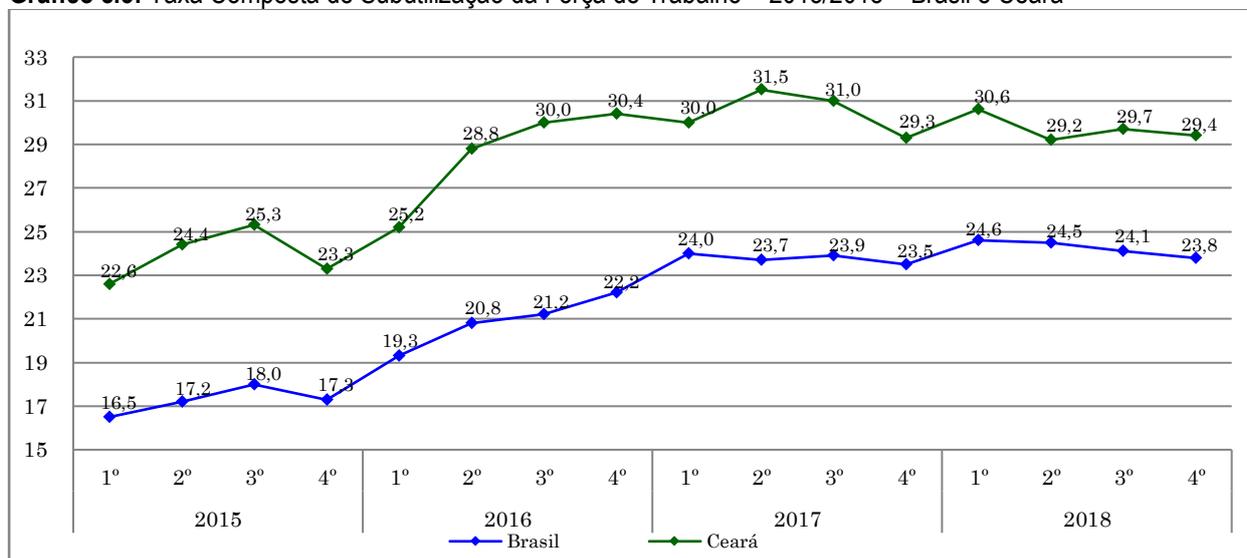
Na taxa composta nacional pode-se destacar o padrão cíclico que ela segue tendo inclusive atingindo um pico de 24% no primeiro trimestre 2017, embora por conta de fatores sazonais a máxima tenha ocorrido no primeiro trimestre de 2018 ao atingir a taxa de 24,6%. Por outro lado, os dados da taxa composta cearense não seguem um padrão sistemático da taxa de desocupação e nem da taxa composta nacional.

No primeiro trimestre de 2015, tanto o Brasil como o Ceará apresentavam uma taxa de desocupação de 8%, enquanto que a taxa composta nesse mesmo período era de 22,8% no Ceará e 16,5% no Brasil (uma diferença entre elas de 6,3 pontos percentuais). No último trimestre de 2018, a taxa de desocupação do Brasil era de 11,6%, enquanto no Ceará era de 10,1% (diferença entre elas de 1,5 pontos percentuais); a taxa composta, por sua vez, era 29,4% para o Ceará e 23,8% para o Brasil (uma diferença de 5,6 pontos percentuais).

Esses resultados podem indicar que uma maior precarização no mercado de trabalho cearense em comparação ao mercado de trabalho nacional por conta não somente dessa persistência do *gap* entre as

taxas compostas, mas também pelo substancial aumento quando comparada com a taxa de desocupação. No primeiro trimestre de 2015 a diferença entre a taxa composta e a taxa de desocupação cearense era de 14,8%; no quarto trimestre de 2018 essa diferença era de 19,3%, o que revela a piora das condições do mercado de trabalho após a crise econômica e mesmo após dois anos de retomada da atividade.

Gráfico 8.3: Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho – 2015/2018 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

9 SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO CEARÁ

Paulo Araújo Pontes¹²

9.1. Introdução

Nesse capítulo serão apresentados alguns indicadores que mensurem as contas públicas estaduais, tendo por objetivo analisar o comportamento deles durante o período de 2015 a 2018 e identificar que fatores contribuíram para o seu desempenho.

Nesse sentido optou-se por apresentar, em primeiro lugar, um resumo do balanço orçamentário do Estado do Ceará e, posteriormente, alguns indicadores foram elaborados utilizando os dados desse resumo. Adicionalmente, são apresentados os indicadores preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Assim, esse capítulo está organizado em cinco seções, sendo a primeira essa breve introdução. Na segunda são apresentados os dados da receita orçamentária do Estado e os indicadores de receita. Na terceira seção destina-se a análise a apresentação dos indicadores da despesa orçamentária. Na quarta seção são apresentados os indicadores da LRF e na quinta e última seção são tecidos alguns breves comentários conclusivos.

9.2. Receitas Orçamentárias

O primeiro ponto a ser abordado sobre as finanças públicas do Governo Estadual do Ceará são as receitas orçamentárias, cujos principais componentes são apresentados na Tabela 9.1. Como pode ser constatado, na referida Tabela, as receitas orçamentárias do Ceará cresceram, de 2015 a 2018, 8,4%. Constatou-se, ainda, que o crescimento das receitas orçamentárias, entre os anos de 2015 e 2018, foi devido ao comportamento das “Receitas Correntes”, que aumentaram 10,7% entre esses anos.

Entre as receitas orçamentárias as “Receitas Correntes” responderam, no período de 2015 a 2018, por 88,4%, em média, dos recursos disponíveis. Entre esses tipos de receitas destaca-se o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) com crescimento de 8,3%, até 2018, ressalte-se que esse desempenho é influenciado, significativamente, pelo incremento da arrecadação desse imposto nos anos de 2017 e 2018. É interessante observar o crescimento dos demais impostos, como IPVA e ITCD, superaram o do ICMS, em idêntico período, denotando a perda de seu dinamismo frente as outras receitas tributárias ou de taxas.

A segunda maior fonte de “Receita Corrente” são as transferências oriundas do FPE (Fundo de Participação dos Estados), que têm como origem a arrecadação do IR (Imposto sobre a Renda) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) arrecadados pelo Governo Federal. Como pode ser observado na Tabela 9.1, as transferências do FPE têm oscilado entre R\$ 6,3 e R\$ 6,8 bilhões, no período em análise. Sobre o FPE chama a atenção seu significativo incremento em 2016.

¹² Doutor em Administração Pública e Governo (FGV-SP) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

Tabela 0.1: Receitas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará (R\$1.000,00 de Dez/2018)

Descrição	2015	2016	2017	2018
Receita Corrente	23.963,54	25.965,28	25.527,51	26.518,13
Receita Tributária	13.316,15	14.217,33	14.411,87	14.992,86
ICMS	11.063,61	11.045,56	11.612,71	11.979,21
IPVA	733,39	741,46	848,10	922,85
IR	946,00	956,67	1.041,23	1.134,07
ITCD	87,35	696,63	96,31	153,60
Outras	485,82	777,01	813,51	803,13
Contribuições	603,42	633,79	655,77	745,58
Patrimonial	429,56	436,21	442,06	773,34
Serviços	68,52	67,55	87,23	86,45
Transferências Correntes	8.874,08	9.453,75	9.076,81	9.241,91
FPE	6.361,71	6.776,91	6.311,99	6.495,53
FUNDEB	1.569,49	1.591,69	1.525,96	1.483,87
Outras Transferências	942,88	1.085,15	2.764,81	1.262,51
Outras Receitas Correntes	671,81	1.156,62	853,78	677,97
Receitas de Capital	2.190,01	1.871,97	2.634,63	1.484,21
Operações de Crédito	1.747,92	1.185,19	2.127,90	908,06
Transferências de Capital	424,40	681,94	488,97	410,96
Outras Receitas de Capital	17,69	4,84	17,75	165,19
Receitas Intra-orçamentárias	1.067,44	1.296,24	1.322,58	1.505,33
Total Receitas	27.221,00	29.133,48	29.484,72	29.507,68
RCL	17.228,17	19.045,12	18.445,42	19.186,20

Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Tal comportamento deve-se ao fato de que o Governo Federal editou, em 2016, lei permitindo que brasileiros, que possuíssem recursos não declarados no exterior, os regulariza-se, pagando os devidos impostos nesse procedimento. Dessa forma, houve uma elevação na arrecadação de impostos federais e nos devidos repasses para os estados.

Ainda na Tabela 9.1, chama atenção o desempenho das do ITCD (Imposto de Transmissão “Causa-Mortis” e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos), cujo crescimento no período foi de 75,9%, mantendo a tendência de crescimento observada em anos anteriores aos analisados nesse período ((Pontes, Nogueira e Nogueira, 2017).

O desempenho da arrecadação de ITCD, nos anos recentes, é um fenômeno interessante e que deveria ser objeto de estudos mais aprofundados, fugindo ao escopo desse livro, porém pode-se atribuir parte desse desempenho a valorização imobiliária e a mudanças de alíquotas do ITCD no ano de 2015.

A arrecadação de IPVA (Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores), entre 2015 e 2018, por sua vez, também apresenta um desempenho positivo, tendo crescido 25,8% no período, sendo uma explicação para esse fato a expansão da frota automotiva do Estado e a mudança das alíquotas implementadas no ano de 2017.

O significativo incremento das Outras Receitas Tributárias é uma consequência direta da majoração das taxas cobradas por prestação de serviços pelo governo do Estado, que tiveram incremento de até 110% em janeiro de 2016¹³.

Um último destaque, quanto as Receitas Correntes, é o comportamento da rubrica Outras Receitas Correntes¹⁴, no ano de 2016. Esse desempenho deve-se “ao uso de receitas provenientes da Lei 15.878/2015, que permite o Governo do Estado utilizar até 70% dos valores de depósitos judiciais, cuja constitucionalidade está sendo contestada” (IPECE, pág. 46, 2017).

Por sua vez as “Receitas de Capital” decresceram 32,2%, entre 2015 e 2018, é interessante observar que houve grande oscilação nessa fonte de receita no período em análise. O principal item das “Receitas de Capital” são as operações de crédito que, entre 2015 e 2018, foram reduzidas em 48,1%, sendo possível observar que essas receitas oscilaram de forma significativa.

Relativamente às receitas correntes líquidas (RCL), que são os recursos efetivamente disponíveis ao Poder Executivo estadual para pagar suas despesas, constata-se que elas cresceram 11,4%, entre 2015 e 2018. É interessante observar que houve uma queda de 3,1% da RCL de 2016 para 2017, havendo reversão dessa perda em 2018

Deve-se destacar que o significativo incremento da RCL, em 2016, deveu-se a fatores não recorrentes, anteriormente citados, como a arrecadação extraordinária de ITCD, dos recursos provenientes da repatriação do exterior e do uso dos recursos dos depósitos judiciais. Descontados esses efeitos a RCL estaria próxima de R\$ 18 bilhões, em 2016.

Complementando a análise feita acima, optou-se por construir alguns indicadores com os dados apresentados na Tabela 9.1. Nesse sentido, será analisada a evolução da composição das receitas correntes do Governo do Estado e a participação setorial da arrecadação de ICMS.

Relativamente à evolução da composição das receitas o indicador escolhido mede a importância das receitas próprias no total da arrecadação estadual, assim considerou-se como fontes de arrecadação própria do Governo cearense as arrecadações tributárias, as de contribuições e as receitas patrimoniais e de Serviços, sendo o cálculo feito da seguinte forma:

$$IRCP = 100 * \frac{Rec. Tributárias + Contribuições + Patrimoniais + Serviços + Outras Rec. Correntes}{Receitas Correntes}$$

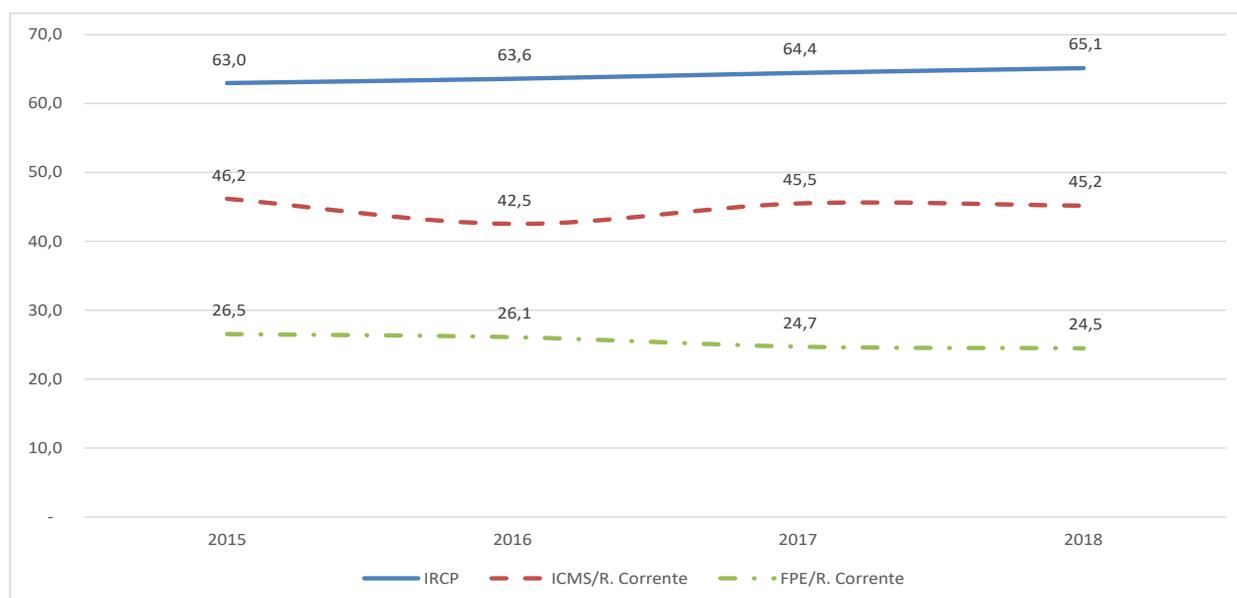
em que, IRCP é o Índice de Receitas Correntes Próprias.

Adicionalmente, considerou-se ainda a importância das receitas com ICMS nas receitas correntes $\left(\frac{100 * Receita de ICMS}{Receita Corrente}\right)$, dado que essa é a principal fonte de receita do Governo cearense e, de forma complementar, o comportamento da composição das receitas do FPE $\left(\frac{100 * FPE}{Receitas Correntes}\right)$. Os resultados obtidos são apresentados na Figura 9.1.

¹³ Ver: <http://www20.opovo.com.br/app/opovo/economia/2016/01/05/noticiasjornaleconomia,3556995/taxas-com-alta-de-ate-110-comecam-a-valer-no-ceara.shtml>

¹⁴ Nessa categoria são classificadas as receitas oriundas da dívida ativa, multas e juros, indenizações e restituições e depósitos judiciais.

Figura 0.1: Composição das Receitas Correntes do Governo do Estado do Ceará (%)



Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

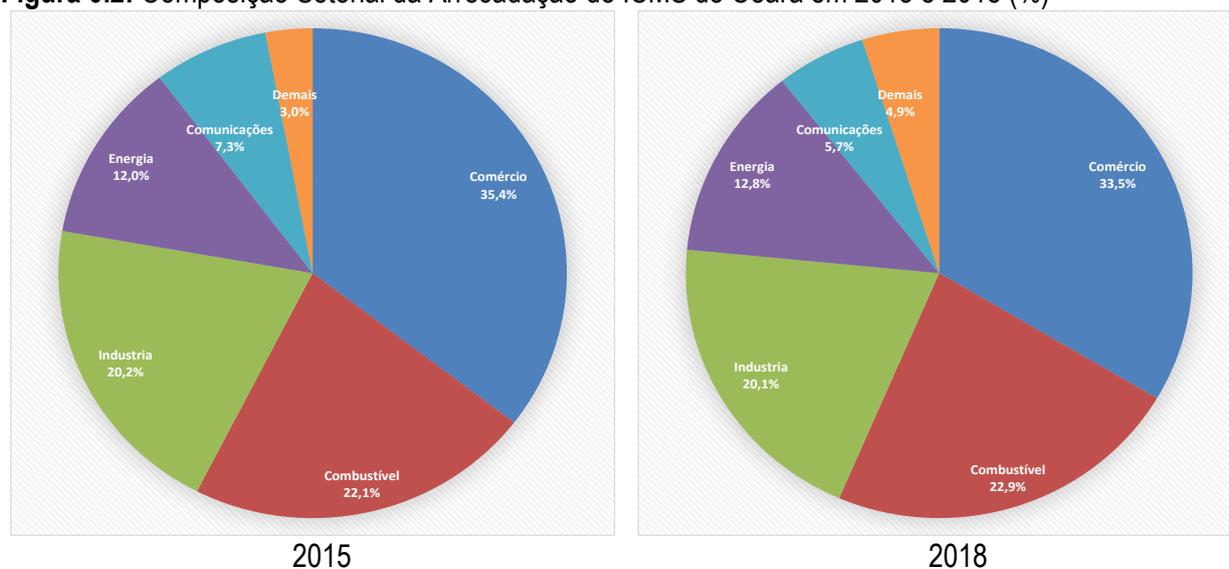
Como pode ser observado na Figura 9.1, houve um aumento na participação das receitas correntes próprias entre as receitas correntes, dado que o IRCP cresceu de 63,0%, em 2015, para 65,1%, em 2018, ou seja, o Governo cearense diminuiu sua dependência das receitas de transferências do Governo Federal para financiar seus gastos.

Quando se analisa a contribuição dada pela arrecadação de ICMS no comportamento do IRCP, entre 2015 e 2018, constata-se, novamente, a magnitude da importância das receitas não recorrentes, em 2016. Nesse sentido, percebe-se uma significativa queda na participação do ICMS entre as receitas correntes no ano de 2016. Por outro lado, ao analisar-se a importância relativa do FPE na composição das receitas correntes do Estado, constata-se que, em 2015, o Fundo representava, aproximadamente, 26,5% das receitas correntes do Estado, caindo para 24,5% em 2018. Descontando-se as receitas não recorrentes, mencionadas no parágrafo anterior, o FPE teria representado, em 2016, 27,2% das receitas correntes.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o desempenho das receitas estaduais, em 2016, teve forte dependência de fatores não recorrentes, isto é, da arrecadação ou transferências de recursos que não deverão se repetir em um futuro previsível. Descontando-se esse efeito identifica-se que a RCL estadual apresentou nítida tendência de crescimento entre os anos de 2015 e 2018.

Quanto à composição da arrecadação estadual do ICMS, cujos dados são apresentados na Figura 9.2, constata-se que, tanto em 2015 como 2018, o principal setor foi o comércio atacadista e varejista, apesar da perda de participação relativa entre esses dois anos. Já o setor de combustíveis ocupa a segunda posição na arrecadação de ICMS, tanto em 2015 como em 2018. Chama atenção, ainda, a perda de participação do setor de telecomunicações, entre os dois anos em análise, sendo isso um possível reflexo de inovações tecnológicas que afetaram o setor. Já o setor industrial mantém sua participação em torno dos 20%, no período em análise, ocupando a terceira posição na composição setorial da arrecadação.

Figura 0.2: Composição Setorial da Arrecadação de ICMS do Ceará em 2015 e 2018 (%)



Fonte: Boletim Confaz. Elaboração própria.

Uma última observação, quanto aos dados apresentados na Figura 9.2, é o aumento da participação de setores de energia elétrica e combustíveis na arrecadação de ICMS do Ceará de 34,0%, em 2015, para 35,8%, em 2018. Deve-se notar que, ao menos em tese, eles possuem uma menor elasticidade do consumo e que, portanto, esse aumento de participação pode estar resultando em uma piora na distribuição de riqueza do estado.

9.3. Despesas Orçamentárias

O segundo grupo de indicadores analisado nesse capítulo referem-se aos indicadores de despesa, assim são apresentados na Tabela 9.2 os dados das despesas orçamentárias do Governo do Estado do Ceará para o período 2015 a 2018. Como pode ser observado na Tabela 9.2, as despesas orçamentárias do Governo cearense cresceram 10,5%, no período em análise, apresentando tendência de crescimento nos quatro anos em análise.

Tabela 0.2: Despesas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará (R\$1.000,00 de Dez/2018)

Descrição	2015	2016	2017	2018
Despesa Corrente	20.760,33	21.377,83	21.736,89	23.083,88
Despesa com pessoal	11.349,25	11.166,04	11.436,22	12.238,30
Aposentadorias, reformas e pensões	3.078,21	3.092,64	3.232,26	3.362,51
Vencimentos (Civil e Militar)	6.475,89	6.327,63	6.417,13	6.805,24
Outros	1.795,14	1.745,77	1.786,84	2.070,54
Juros e Encargos	470,60	476,42	469,03	562,91
Outras despesas correntes	8.940,48	9.735,36	9.831,64	10.282,67
Transf. a municípios	3.147,71	3.322,67	3.373,57	3.451,30
Transf. a entidades privada	996,21	1.043,47	1.052,02	1.159,94
Aplicações Diretas	4.273,29	4.820,17	4.693,32	4.842,32
Outras	523,27	549,05	712,73	829,12
Despesas de Capital	3.655,53	3.472,03	3.793,19	3.896,55
Investimentos	2.737,50	2.320,37	2.560,17	2.921,32
Amortização da dívida	782,55	904,39	1.026,33	806,39
Outras	135,48	247,27	206,69	168,83
Despesa Total	24.415,86	24.849,86	25.530,08	26.980,42

Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Relativamente as despesas de capital é possível constatar que, no período em análise, elas possuem, aparentemente, uma leve tendência de crescimento, dado que, entre os anos extremos registra crescimento de 6,6%. As despesas correntes também apresentaram tendência de crescimento no período, sendo, em 2018, 11,2% maiores do que as registradas quatro anos antes. Deve-se mencionar que mais da metade do crescimento das despesas correntes do período concentra-se nos dois últimos anos, dado a variação de 6,2% entre 2017 e 2018.

Entre as despesas de capital deve-se destacar o comportamento das rubricas investimentos e amortizações da dívida, considerando-se o período de 2015 a 2018 constata-se que elas cresceram 6,7% e 3,0%, respectivamente.

Quanto às despesas correntes, constata-se, ainda na Tabela 9.2, que houve, entre 2015 e 2018, um crescimento 7,8% das despesas com pessoal, sendo esse desempenho justificado, principalmente, pelo incremento de 9,2% das despesas com aposentadorias, já os vencimentos aumentaram 5,1% no período em análise. Esse fato será abordado com mais detalhes adiante.

Os gastos com pagamento de juros cresceram, entre 2015 e 2018, 19,6%, sendo o incremento verificado entre 2017 e 2018 o mais significativo do período. Esse crescimento é decorrente de dois fatores, sendo o primeiro o incremento da dívida pública e a variação cambial no período. Por fim, ressalte-se ainda o crescimento das transferências aos municípios e para entidades privadas com e sem fins lucrativos, que apresentaram crescimento, entre 2015 e 2018, de 9,6% e 16,4%, respectivamente.

Complementando as informações constantes na Tabela 9.2, e de forma similar a análise das receitas, optou-se pela apresentação de alguns indicadores sobre o comportamento das despesas orçamentárias do Governo do Ceará. Dessa forma, foram escolhidos três grupos de indicadores para analisar a composição do gasto orçamentário do Estado: o comportamento do gasto com pessoal, como proporção da despesa corrente; a composição das despesas de capital; e o financiamento das despesas de capital do Ceará.

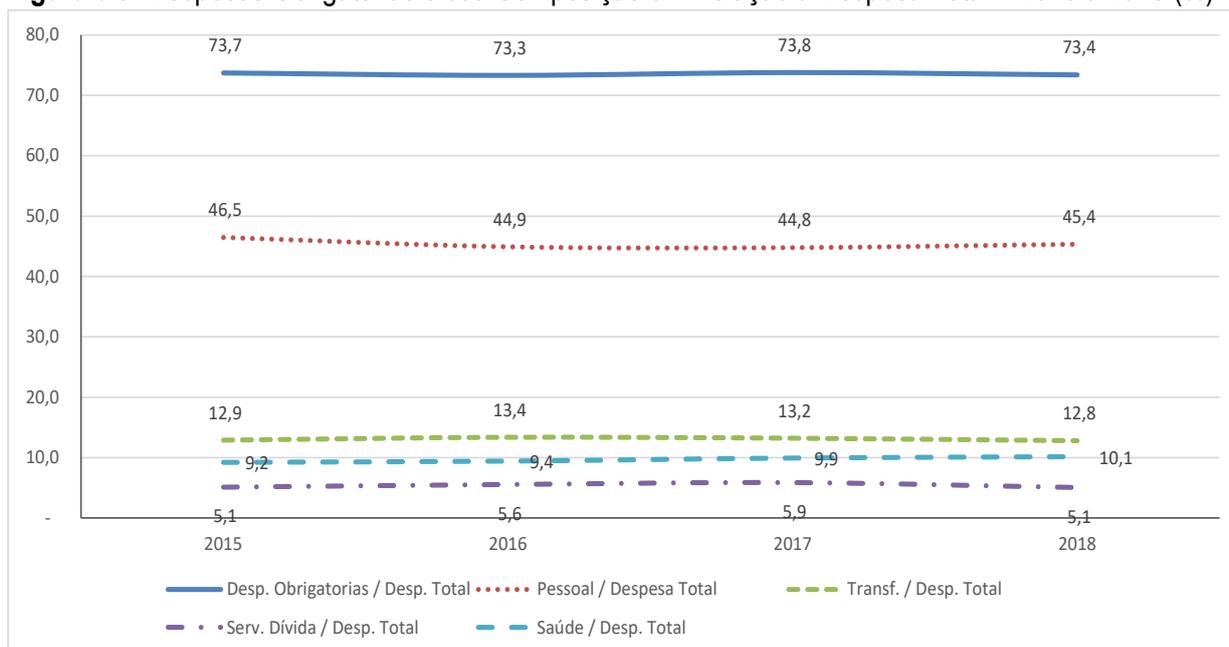
O primeiro grupo de indicadores, o da composição do gasto orçamentário, busca mensurar o nível de gasto obrigatório do orçamento do Estado, sendo considerado como obrigatórios os gastos com pessoal, juros e encargos, as transferências aos municípios e as amortizações da dívida, sendo o indicador calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Obrigatório} = 100 * \frac{\text{Dep. com Pessoal} + \text{Juros e Encargo} + \text{Transf. aos Municípios} + \text{Amort. Dívidas} + \text{Gastos Saúde}}{\text{Despesa Total}}$$

Destaque-se que dessa análise foram excluídos os gastos vinculados as receitas do Estado (notadamente as despesas com educação), pois, não foi possível identificar os gastos com pessoal dessas duas áreas, assim considerá-los levariam a uma dupla contagem do gasto. Adicionalmente foi apresentado o comportamento de cada um dos itens destacados no cálculo do indicador.

Os resultados obtidos pelo cálculo do indicador dos gastos obrigatórios são apresentados na Figura 9.3. Como pode ser observado na referida Figura a despesa obrigatória do Governo do Estado situou-se em torno de 73,5%, no período de 2015 a 2018, sendo o principal componente dessas despesas o gasto com pessoal, respondendo por 45%, em média, das despesas totais. Já as transferências aos municípios têm representado, em torno de, 13,0% das despesas totais. As despesas com Saúde, por sua vez, aproximam-se de 10,0% da despesa total. Por fim, o serviço da dívida, juros, encargos e amortizações, oscilaram, entre 5% e 6% da despesa orçamentária do Ceará.

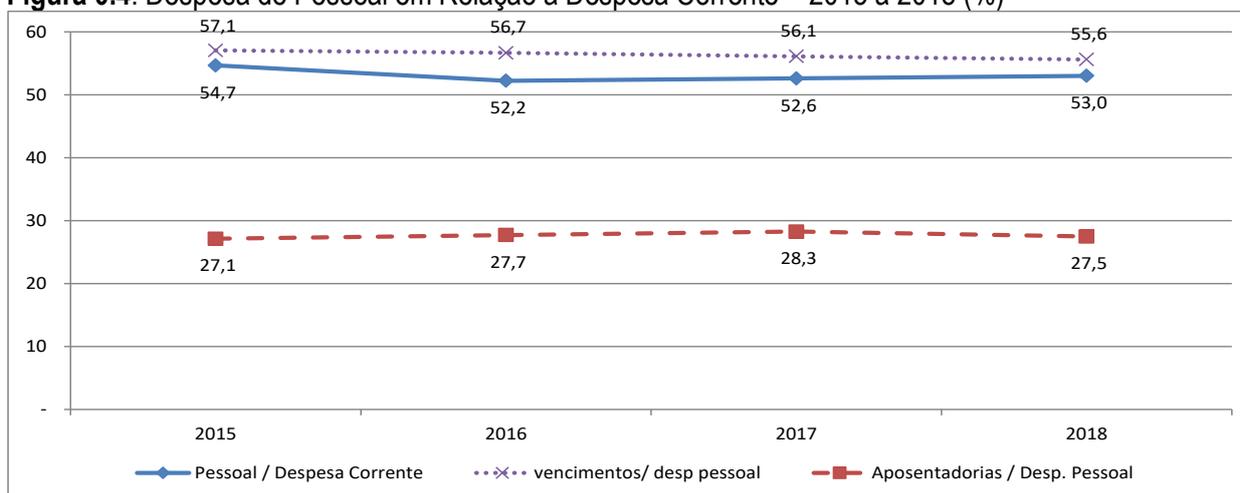
Figura 0.3: Despesas Obrigatórias e sua Composição em Relação a Despesa Total – 2015 a 2018 (%)



Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Quanto à despesa com pessoal, ver os dados da Figura 9.4, observa-se que sua participação nos gastos correntes manteve-se praticamente constante, entre os anos de 2015 e 2018, haja vista que sua participação oscilar entre 54,7% e 52,2% das despesas correntes do Estado. Entretanto ao analisar-se a composição do gasto com pessoal, verifica-se que está havendo uma mudança nas participações relativas, dado que houve uma redução nos gastos com vencimentos de pessoal ativo e um crescimento no gasto com o pagamento de aposentadorias. Assim observa-se, na Figura 9.4, que a despesa com vencimentos declinou de 57,1% da despesa com pessoal, em 2015, para 55,6%, em 2018. Já a despesa com aposentadorias cresceu de 27,1% das despesas com pessoal, em 2015, para 27,5%, em 2018.

Figura 0.4: Despesa de Pessoal em Relação a Despesa Corrente – 2015 a 2018 (%)

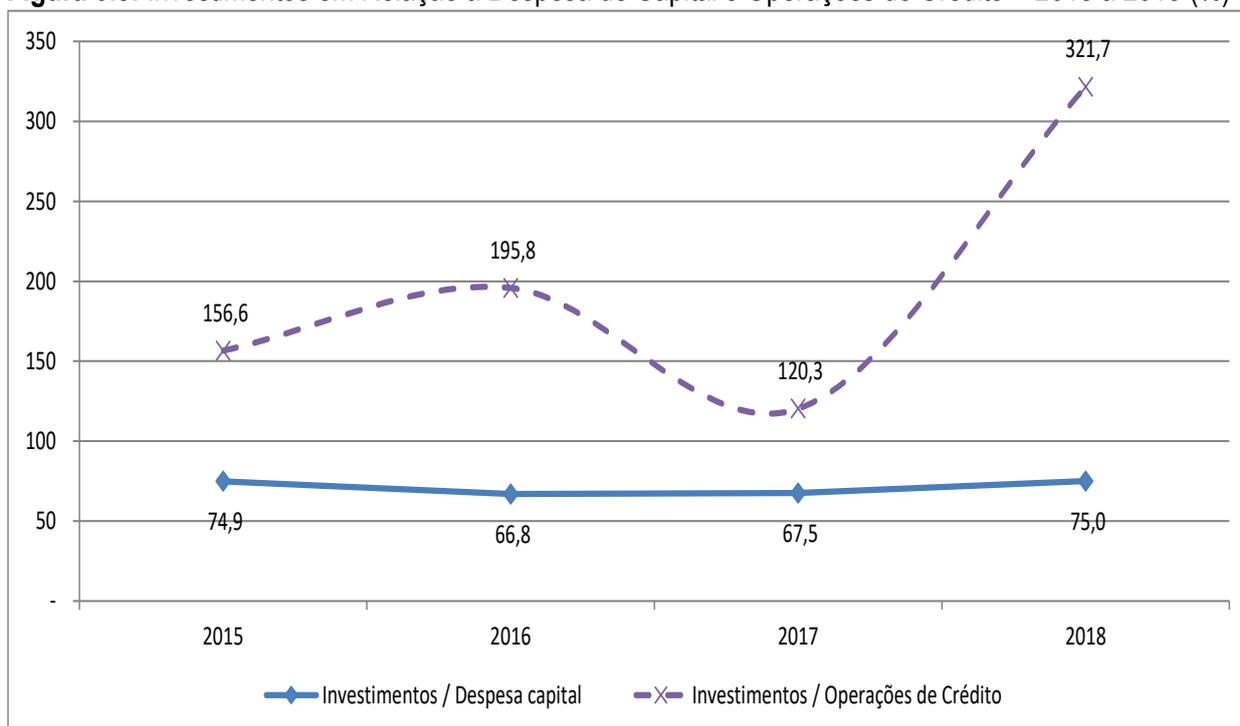


Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

É interessante observar que essa mudança da composição no gasto com pessoal é resultado do envelhecimento e, conseqüente aposentadoria, dos servidores estaduais, não sendo um evento recente. Assim, tendo em vista possíveis repercussões negativas nas finanças públicas estaduais o Governo do Estado promoveu elevação da alíquota previdenciária dos servidores, sendo majorada, de 11% a 14% no período de 2016 a 2019, quando atingiu seu valor máximo.

O terceiro grupo de indicadores dos gastos orçamentários permite analisar a composição dos gastos de capital $\left(\frac{100 \cdot \text{investimentos}}{\text{Despesas de Capital}}\right)$ e como está sendo financiado os investimentos realizados pelo Estado $\left(\frac{100 \cdot \text{Investimentos}}{\text{Operações de Crédito}}\right)$, os dados são apresentados na Figura 9.5. Como pode ser observado na referida Figura as despesas com investimentos responderam, no período em análise, por cerca de 71,0% da despesa de capital do Estado. Já seu financiamento, em 2016, ocorreria principalmente com recursos próprios do Estado, já que eles correspondiam a 156% do valor das operações de Crédito do Estado¹⁵. Entretanto, em 2017, observa-se que a realização de investimentos estava mais dependente da obtenção de recursos de terceiros, dado que os investimentos, nesse ano, correspondiam a 120% das operações de crédito. Já em 2018, esse indicador salta para 321%, sendo necessário acompanhar seu comportamento para atestar se essa alta é ou não sustentável.

Figura 0.5: Investimentos em Relação a Despesa de Capital e Operações de Crédito – 2015 a 2018 (%)



Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

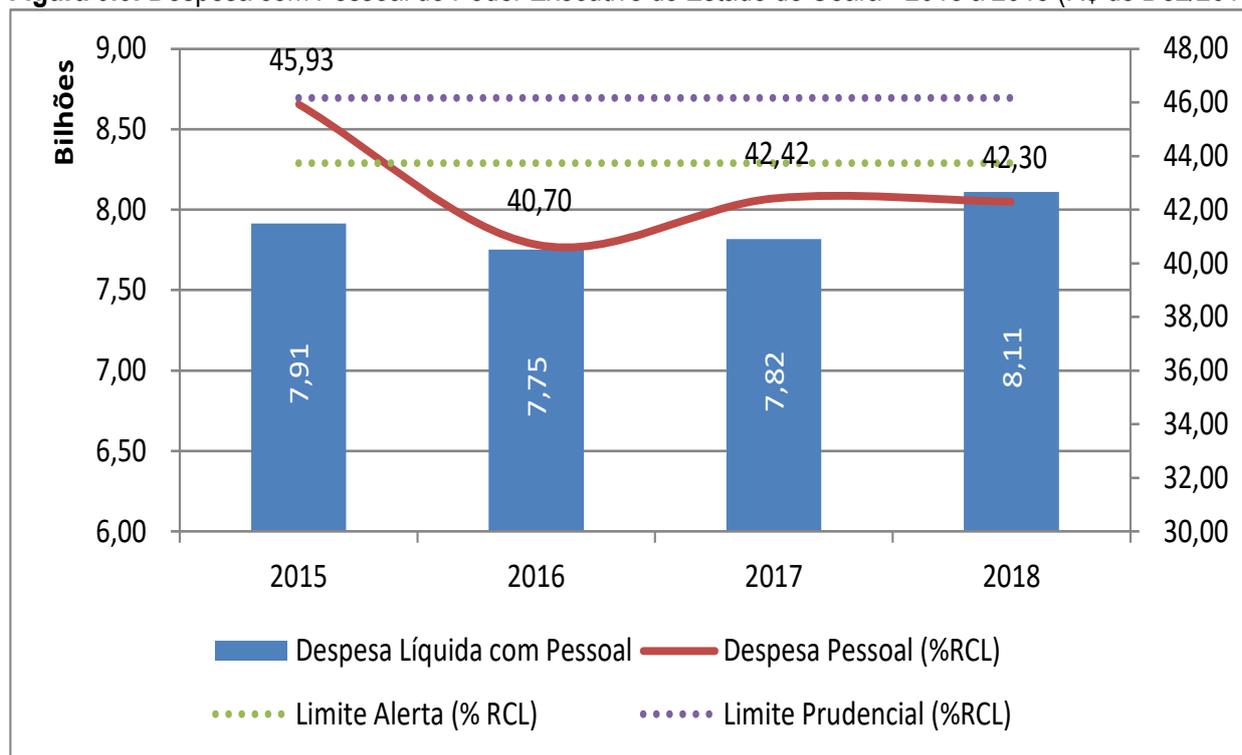
9.4. Indicadores da LRF¹⁶

O terceiro grupo de indicadores fiscais analisados nesse capítulo são aqueles elencados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que são os limites com gasto de pessoal, os gastos com o serviço da dívida e o limite de endividamento do Estado. Assim, na Figura 9.6, são apresentados tanto a despesa líquida com pessoal como sua proporção relativamente a RCL do Estado.

¹⁵ Uma interpretação alternativa para esse indicador é que para cada R\$156,00 de despesas com investimentos houve R\$ 100,00 de operações de crédito. Quanto maior esse indicador menor seria a dependência de recursos de terceiros para realizar investimentos.

¹⁶ Não foi incluída nessa análise as despesas com pessoal dos poderes legislativo e judiciário pois elas não estavam disponíveis nem no site da SEFAZ-Ce nem no da Secretária do Tesouro Nacional.

Figura 0.6: Despesa com Pessoal do Poder Executivo do Estado do Ceará - 2015 a 2018 (R\$ de Dez/2018)



Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

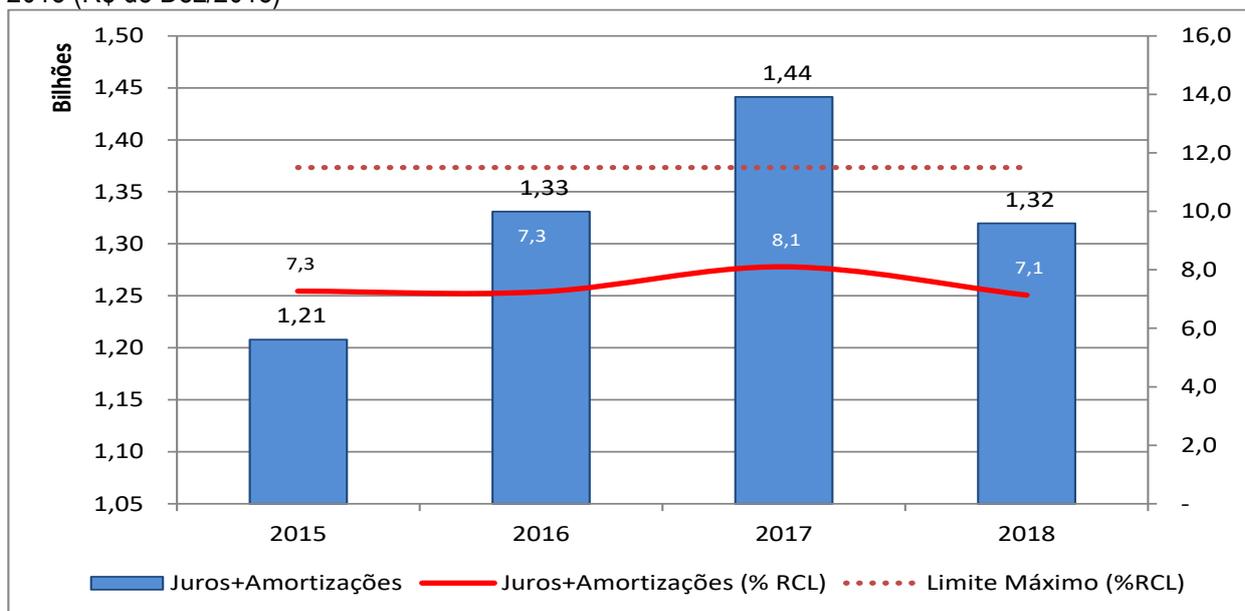
Como pode ser observado na Figura 9.6, a despesa líquida com pessoal do Poder Executivo Estadual está em níveis relativamente constantes entre os anos de 2015 e 2018, quando se considera os valores absolutos. Entretanto, ao considerar-se os valores relativos a RCL contata-se que, em 2015, elas estavam próximas ao limite prudencial (que é 46,17% da RCL), porém, com a recuperação da RCL, elas situaram-se abaixo do limite de alerta nos anos seguintes.

Quanto ao comportamento da despesa líquida de pessoal, relativamente a RCL, em 2016, deve-se mencionar que esse resultado foi consequência de dois fatos, sendo o primeiro o significativo incremento da RCL por receitas não recorrentes, que foi mencionado acima. O segundo fato foi a não concessão de reajuste salarial para os funcionários servidores públicos estaduais em 2016, como a inflação acumulada pelo IPCA, em 2015, foi superior a 10% compreende-se, facilmente, que manutenção do valor nominal dos salários em 2016 contribuiu de forma significativa para a redução da despesa com pessoal nesse ano.

O segundo indicador analisado é o comprometimento anual com pagamentos de juros, encargos e amortizações da dívida consolidada, cujo limite foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL. Como pode ser constatado na Figura 9.7, essa despesa alcançou valor máximo, de 8,1% da RCL, no ano de 2017, voltando, em 2018, ao nível verificado nos anos anteriores. Quanto aos valores pagos, contata-se o crescimento do pagamento das amortizações, entre os anos de 2015 e 2018, quando foram desembolsados R\$ 1,4 bilhão.

De uma forma geral, pode-se afirmar que a despesa com juros e amortizações está bem distante do limite estabelecido pela Resolução do Senado, sendo parte de seu crescimento decorrente do aumento da dívida consolidada do Estado, que será analisada a seguir.

Figura 0.7: Despesas com Pagamento de Juros e Amortizações do Governo do Estado do Ceará – 2015 a 2018 (R\$ de Dez/2018)

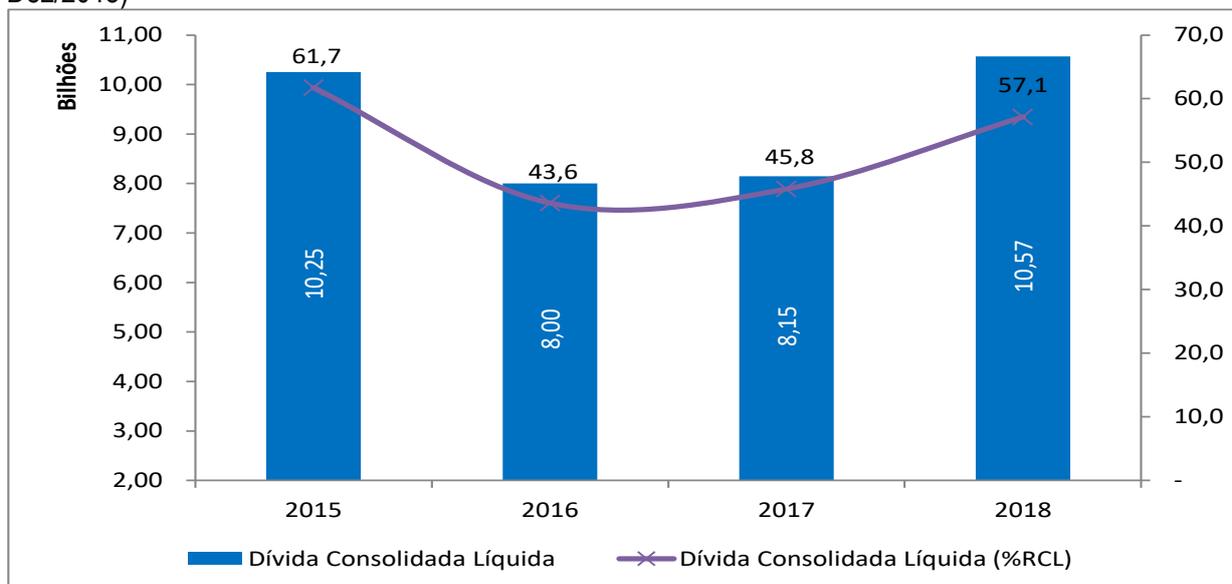


Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

Por fim, o último indicador analisado, a dívida consolidada líquida do Estado, observa-se, pela inspeção da Figura 9.8, que ela, em 2012, correspondia a 61,7% da RCL, em 2015, sendo reduzida, em 2016, para 43,6%, crescendo para 57,1%, em 2018. Como o limite, estabelecido na LRF, é de 200% da RCL constata-se que o Estado possui capacidade de expandir sua dívida pública e, como observado anteriormente, garantir recursos para a realização de investimentos pelo Governo estadual. Quanto ao valor da dívida consolidada líquida, observa-se que ela era de R\$10,6 bilhões, em 2015, e aumentou para R\$10,9 bilhões, em 2018.

Relativamente à redução da dívida consolidada líquida, em relação à RCL, em 2016, deve-se notar que o crescimento da RCL, nesse ano, devido as receitas não recorrentes influenciou nesse resultado, assim não se pode atribuir esse decréscimo apenas a queda da dívida consolidada.

Figura 0.8: Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida do Governo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2018)



Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o cenário econômico do Brasil durante o período de 2015 a 2018, observou-se uma estagnação econômica ocorrida nos anos de 2015 e 2016, devido a choques de oferta e de demanda, em função das baixas taxas de ocupação da mão-de-obra, níveis mais elevados de inflação e taxas de juros, baixos níveis de investimento, altos níveis de inadimplência, fatores estes que impactaram negativamente no consumo das famílias e na formação bruta de capital fixa, acarretando baixos níveis de produtividade do trabalho. Mas a partir de 2017 a economia brasileira começou a mostrar sinais de uma retomada de crescimento, embora esta tenha ocorrido de forma lenta e gradual, quando o Produto Interno Bruto cresceu 1,3% em 2017 e 1,8% em 2018.

Esse quadro de retomado do crescimento pode ser capitado por alguns sinais que compõem a conjuntura econômica nacional de 2018, como: expansão da produção das atividades da Indústria, com destaque para as atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que cresceu 2,3% em relação a 2017, e das Indústrias de Transformação (1,3%) e Indústrias Extrativas (1,0%), que também alcançaram resultados positivos em comparação ao ano anterior. Tendo também uma grande contribuição do setor de serviços (2,1%), tendo como destaques as atividades do Comércio (2,6%), Atividades imobiliárias (3,3%) e Outras atividades de serviços (3,5%), redução gradual do déficit primário do setor público brasileiro, ampliação no número de contratações, redução do nível de desemprego, aumento da massa salarial, melhoria do índice de confiança do consumidor e do empresário industrial, redução e controle da inflação, diminuição da taxa básica de juros – SELIC, disponibilidade de crédito mais barato, incremento na formação bruta de capital fixo, aumento dos investimentos realizados pelos empresários.

Embora esse desempenho da economia brasileira nos anos de 2017 e 2018 tenham sido considerados modestos, estes demonstram que o setor produtivo nacional ainda possui uma capacidade produtiva ociosa que pode ser estimulada para superar os desempenhos negativos ocorridos em 2015 e 2016.

De forma que, a sustentação do crescimento econômico brasileiro dependerá de um ambiente macroeconômico estável, alicerçado em um regime de metas para o controle da inflação; reequilíbrio de suas contas públicas, ajuste tributário e fiscal, melhoria de sua legislação trabalhista, aumento do grau de abertura comercial no mercado internacional e a criação de um ambiente de interno capaz de manter elevado os níveis de confiança dos consumidores e dos empresários e gerar um ambiente de negócios competitivo e propício ao investimento e à inovação.

No tocante aos resultados das contas regionais é possível constatar que o período de análise 2015-2018 é composto pelo biênio 2015-2016, sendo o auge do período de crise macroeconômica (2014-2016), onde o Ceará e o Brasil apresentaram as menores taxas de crescimento do PIB para a série histórica 2002-2018, retração de 4,08% para o PIB do Ceará em 2016 e queda de 3,55% para o PIB do Brasil em 2015. Já o biênio 2017-2018 foi marcado pelo processo de recuperação do crescimento econômico, ainda que registrando modestas taxas de crescimento menores que 2,0%. O setor da indústria foi o que mais sofreu com os efeitos da crise macroeconômica, sendo o único setor que apresentou perda, passando de 19,56%, em 2015, para 18,09% de participação no VA da economia cearense em 2018, explicado em grande parte pela forte redução de 3,28 pontos percentuais na atividade da construção civil para o mesmo período de análise. Em termos da análise do PIB por macrorregiões de planejamento, verificou-se no período de estudo apresentaram ganhos ou perdas menores do 1,0%, onde o maior ganho de participação no período de análise foi registrado na macrorregião de planejamento Serra da Ibiapaba, com um acréscimo de 0,49 p.p., enquanto a maior perda de participação foi verificada no Cariri, com uma queda de 0,34 pontos percentuais, seguida da Grande Fortaleza, que registrou uma perda de 0,33 pontos percentuais. A perda de participação do PIB da Grande Fortaleza sinaliza um processo de interiorização, ainda que de forma lenta, da riqueza gerada pela economia cearense, sendo considerado um grande desafio, já que esta macrorregião representa 64,64% da economia cearense.

Os principais resultados do setor agropecuário mostram que o período analisado compreendeu dois anos de chuvas abaixo da média (2015 e 2016), e dois anos com chuva em torno da média (2017 e 2018),

caracterizando o fim do período de seca que o Ceará enfrentou, que foi de 2012 a 2016. Porém, as chuvas dos dois últimos anos não foram satisfatórias para os reservatórios obterem quantidade suficiente de água para garantir o consumo pelas atividades econômicas e famílias, havendo ainda a necessidade de uma gestão hídrica rigorosa.

Ainda assim, as chuvas de 2018 foram favoráveis para a produção agrícola do Ceará, com crescimento para a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas acima do crescimento do Nordeste e Brasil. As lavouras de sequeiro, como milho e feijão tiveram boa produção em 2018, com maiores rendimento, porém só o valor do milho aumentou. A produção de fava e arroz são cultivadas, em maior parte, por sistema de irrigação, apenas a produção de fava aumentou, enquanto arroz apresentou queda. E ambos tiveram queda no valor da produção.

A produção de frutas também apresentou aumento em 2018, tendo sido a maior produção dos quatro anos analisados. As frutas que tiveram melhor desempenho tanto em valores como em quantidade foram maracujá, coco-da-baía, melão e melancia. Enquanto a produção de banana, mamão e castanha de caju tiveram produção menor do que o ano de 2017. Outras lavouras que apresentaram bons resultados em 2018 foram tomate, mandioca e batata-doce.

Com relação a atividade pecuária cearenses, esta apresentou desempenho superior a região Nordeste e Brasil. A exceção de galináceos todos os rebanhos apresentaram valor menor em 2018 comparado com 2015. Porém, quando comparado com 2018 com 2017, verificou-se que o rebanho de bovino, suíno e galináceos cresceram, e apenas ovino e caprino registraram queda.

O Ceará continua ganhando destaque na produção de leite, com crescimento acima do Brasil e Nordeste. A produção de leite no Ceará apresentou um crescimento significativo entre os anos de 2015 e 2018. A produção de ovos também vem crescendo no Ceará ao longo dos anos analisados. A produção de mel também apresentou crescimento significativo na série analisada, com destaque para o crescimento de 2018 comparado com 2017.

A produção da atividade produção florestal, pesca e aquicultura, no acumulado do período de 2015 a 2018, registrou queda. Para o ano de 2018, com relação a 2017, a atividade cresceu, mas de forma muito tímida. As atividades de pesca e aquicultura do Ceará também foram fortemente atingidas pelo longo período de estiagem, pois a baixa precipitação comprometeu os reservatórios destinados a criadouros de tilápia e camarão. Outro fator que prejudicou fortemente a produção de camarão na Ceará foi o vírus da Mancha Branca que atingiu vários cativeiros e reduziu drasticamente a produção.

Em relação aos resultados da indústria de transformação foi possível constatar que, em 2017, a indústria local experimentou um ano de forte recuperação após o período mais agudo da crise econômica, entre os anos de 2015 e 2016. Em 2018, os números positivos foram preservados e a trajetória de crescimento mantida, apesar de uma considerável redução no ritmo, cujas explicações parecem estar presentes na própria base de comparação, mais elevada em 2017, bem como na greve dos caminhoneiros e seus efeitos severos sobre as condições de oferta da economia cearense.

A despeito deste menor ritmo, a indústria local aumentou sua produção, a agregação de valor e o faturamento. O número de unidades produtivas voltou a crescer e os custos operacionais também subiram em um movimento relativamente compatível com os demais indicadores. Por outro lado, o número de empregados e os gastos com salários apresentaram redução, descolando-os dos indicadores de produção. Neste particular, a explicação pode ser associada ao desempenho ruim de atividades industriais intensivas no fator trabalho, que registraram uma produção decrescente entre 2017 e 2018.

O crescimento nos indicadores de produção e faturamento, mesmo com as reduções nos indicadores associados ao fator trabalho, é indicativo de ganhos de produtividade da indústria local. Tal evolução pode ser, mesmo que parcialmente, associada ao desempenho do segmento de metalurgia. Intensivo em capital e alvo de grandes investimentos privados nos últimos anos, o segmento apresentou forte crescimento e

aumentou de forma relevante sua importância para a indústria cearense, embora esta ainda se mantenha caracterizada pela produção de calçados, alimentos, bebidas e vestuário.

Os ganhos de produtividade da indústria cearense parecem ainda mais expressivos na avaliação de médio prazo. De fato, entre 2015 e 2018, a manufatura local acumulou altas relevantes na produção mesmo diante da redução no número de plantas industriais e no estoque de trabalhadores empregados. Novamente, a influência do segmento da metalurgia deve estar presente. A própria evolução dos custos operacionais da indústria, compatíveis com o início e a consolidação da operação de grandes plantas industriais, sinalizam nesta direção. De todo modo, avaliações mais detalhadas e a evolução nos próximos anos ajudaram a confirmar, ou não, os indicativos aqui levantados.

A análise da estrutura do setor de serviços a partir da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) revelou estabilidade estrutural no Brasil ao longo do período 2015-2018 entre os sete segmentos analisados quando se observa dados da receita operacional líquida nacional. No caso, não ocorreu alteração na hierarquia entre os segmentos.

Para o Estado Ceará, também é observado essa estabilidade estrutural ao longo da série histórica. No entanto, a participação percentual da receita bruta por segmento difere com relação ao Brasil.

Para o Brasil o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, o segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares e os serviços de informação e comunicação são nessa ordem os que apresentam maior participação na receita operacional líquida nacional.

Quando se observa a receita bruta cearense o segmento serviços prestados às empresas é o que apresenta maior participação, seguido do segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e dos serviços de informação e comunicação.

Os serviços da PAS são predominantemente concentrados em empresas dos serviços profissionais, administrativos e complementares e dos serviços prestados às famílias no Brasil, enquanto no Ceará são os serviços prestados às famílias que são hegemônicos seguidos dos serviços prestados às empresas. Tomados conjuntamente quase 2/3 das empresas estão nesses dois segmentos no ano de 2018; para o Ceará, esse valor chega a quase 70%.

Outra diferença a ser ressaltada quando se compara a estrutura nacional com o Estado do Ceará em termos de número de empresas é a menor participação do segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio nesse último, embora em ambas as áreas seja o segmento de terceira maior participação no quantitativo de número de empresas. Ademais, a partir de 2017 esse segmento no Estado começou a perder participação tendo em 2018 valor próximo aos serviços de manutenção e reparação.

O segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares além de estar entre os segmentos com maior número de empresas é também o segmento com o maior percentual de pessoas ocupadas.

Em termos reais, o salário médio cearense apresentou crescimento ao longo de toda a série histórica. Para o Brasil, isso ocorre de 2015 a 2017, tendo no ano de 2018 apresentado recuo. Adicionalmente, a média salarial do Brasil em todo o período analisado encontra-se acima do salário médio do Ceará. No ano de 2015, a média salarial cearense nos serviços não financeiros da PAS era 72% do salário nacional; em 2018, o salário médio cearense equivalia a 77% do salário médio do Brasil.

No Brasil e no Estado do Ceará o segmento de serviços de informação e comunicação apresentou média salarial muito acima da média salarial geral. De fato, para o ano de 2018 tem-se que no Brasil o segmento chega a ter um salário mais que o dobro da média; no Ceará, o salário médio dos serviços não financeiros é apenas 69% do segmento de serviços de informação.

No tocante a atividade produtiva de comércio cearense foi possível notar que o número de unidades locais com receita bruta de revenda no comércio possuía um total de 48.961 unidades em 2015, participando com 2,85% do País e com 15,58% do Nordeste. Em 2018, o número de empresas comerciais cearenses cresceu para 53.811 unidades, aumentando sua participação nacional para 3,26% e regional para 17,52%, ou seja,

um incremento de 1,94 p.p. Enquanto isso, a região Nordeste também ganhou participação nacional aumentando de 18,26%, em 2015, para 18,58%, em 2018

No tocante a receita bruta de revenda de mercadorias, as empresas comerciais cearenses apresentaram um faturamento atualizado de R\$ 92,4 bilhões, em 2015, registrando uma participação de 2,39% do País e de 15,51% do Nordeste. Em 2018, o valor da receita bruta de revenda passou a ser de R\$ 92,0 bilhões apresentando perda de participação nacional para 2,28% e regional para 14,98%. Enquanto isso, a região Nordeste também registrou perda de participação nacional passando de 15,42%, em 2015, para 15,25%, em 2018.

No que tange a margem de comercialização em empresas comerciais fenômeno semelhante foi observado. Em 2015, a margem de comercialização cearense foi de R\$ 19,8 bilhões, participando com 2,47% do País e com 16,59% do Nordeste. Passados quatro anos, a margem de comercialização estadual passou a ser de R\$ 19,4 bilhões, registrando perda de participação nacional para 2,38% e regional para 16,10%. Enquanto isso, a região Nordeste também perdeu participação nacional passando de 14,88%, em 2015, para 14,76%, em 2018.

Em relação ao pessoal ocupado em empresas comerciais, o estado do Ceará possuía um total de 298.381 pessoas, registrando uma participação nacional de 2,90% e regional de 16,66%. Em 2018, apesar do aumento no número de unidades locais, o número de pessoas ocupadas nas empresas comerciais cearenses caiu para 293.760 pessoas, resultando em perda de participação nacional para 2,88%, mas ganho de participação regional para 16,90%, confirmando a permanência em atividade das empresas de maior porte. Enquanto isso, a região Nordeste também perdeu participação nacional passando de 17,39%, em 2015, para 17,02%, em 2018.

Por fim, no tocante aos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais, o estado do Ceará registrou um valor de R\$ 4,86 bilhões em 2015, tendo registrado uma participação no País de apenas 2,10% e no Nordeste de 15,52%. Em 2018, o valor pago em Gastos com salários, retiradas e outras remunerações nas empresas comerciais no estado passou a ser de R\$ 5,23 bilhões, registrando um ganho de participação nacional para 2,21% e regional para 16,26%, participações inferiores as registradas para o pessoal ocupado revelando menor nível de remunerações pagas no estado. Enquanto isso, a região Nordeste também ganhou leve participação nacional passando de 13,50%, em 2015, para 13,57%, em 2018.

A corrente de comércio do Brasil e Nordeste, registraram aumento em 2018, quando comparado com 2015, o crescimento ocorreu tanto pelo lado das exportações como das importações. Para o Ceará a corrente de comércio também aumentou, porém influenciada pelas exportações que apresentou ótimo desempenho, já as importações tiveram queda.

Em 2018 a pauta de exportação cearense firmou-se com a exportação de produtos metalúrgicos respondendo por mais de 50% da pauta, sendo esse a nova estrutura da pauta. Os produtos considerados tradicionais também contribuíram para o bom desempenho das exportações cearenses. Diante disso, a participação das exportações cearenses no total do Brasil, bem como no total do Nordeste, seguiu tendência de aumento com ganho de participação nos quatro anos analisados.

A ranking dos principais países de destino apresentou mudanças relevantes com quatro países (Coreia do Sul, Turquia, México e Polônia) que entraram para o grupo dos dez principais destinos. Essa alteração ocorreu devido as exportações de produtos metalúrgicos.

Pelo lado das importações, constatou-se que a participação do Ceará no total das importações do Brasil e Nordeste registrou queda em 2017 e 2018, atingindo os menores valores entre os anos de 2015 e 2018. Importante ressaltar que em 2016 as importações cearenses foram consideradas atípicas, pois houve um grande volume de compras de máquinas e equipamentos para a instalação da CSP.

Sendo assim, verificou-se que em 2018 as exportações cearenses apresentaram recuperação após a crise econômica de 2015. Porém as importações de Bens de capital mostraram forte redução, indicando que a indústria cearense retomou a produção utilizando a capacidade ociosa existente naquele período. A

desvalorização do Real frente ao dólar em 2018, que atingiu o maior valor entre os anos de 2015 e 2018, também contribuiu para o crescimento do valor das exportações cearenses.

Os resultados referentes ao mercado de trabalho brasileiro e com rebatimentos direto no mercado de trabalho cearense revelam uma resposta lenta quanto a retomada dos ciclos de negócios.

No entanto, foi observado que no mercado de trabalho cearense as oscilações da Taxa de Participação cearense são mais intensas que a Taxa de Participação nacional. Ao longo do ano de 2017 pode-se observar que a Taxa de Participação do Estado do Ceará aumenta quase dois pontos percentuais ao sair de 54,5% no primeiro trimestre de 2017 para 56,2% no quarto trimestre do mesmo ano.

Adicionalmente, embora tenha sofrido alguma oscilação, desde a retomada da atividade econômica iniciada no primeiro trimestre de 2017 a Taxa de Participação cearense aumentou chegando ao quarto trimestre de 2018 1,4 ponto percentual maior quando comparada ao início do período pré-retomada (quarto trimestre de 2016).

A série histórica também revela uma diferença substancial entre a Taxa de Participação do Brasil e a Taxa de Participação do Ceará. Desde diferença no comportamento dos trabalhadores na busca por ocupação como diferenças em questões relacionadas as especificidades do mercado de trabalho cearense ou mesmo heterogeneidade de impacto de benefícios assistenciais podem explicar essa diferença.

A Taxa de Desocupação medida pela PNAD Contínua para o Estado do Ceará e para o Brasil tem como uma de suas características redução em todo quarto trimestre bem como seu recrudescimento no trimestre subsequente, independentemente dos ciclos de negócios.

As evidências empíricas também revelam ajuste mais lento do mercado de trabalho. De forma mais específica, a defasagem do desemprego com relação à atividade econômica pode ocorrer um ou dois trimestres subsequentes.

A desocupação diante do processo de retomada da atividade econômica a partir do primeiro trimestre 2017 atingiu a máxima histórica de 14,2% para o Estado do Ceará; no Brasil, esse valor chegou a ser de 13,7%. De acordo com o Comunicado de outubro de 2017 do CODACE esse foi o trimestre que a economia brasileira saiu da recessão.

Como pôde ser observado nesse capítulo, as receitas orçamentárias do Governo do Estado do Ceará dependem principalmente das receitas próprias, ou seja, daquelas arrecadadas diretamente pelo aparato público estadual. Porém deve-se ressaltar que há, ainda, uma significativa dependência de recursos transferidos pelo Governo Federal.

Pelo lado das receitas, o bom desempenho na arrecadação, em 2016, foi um fato positivo para o Estado, entretanto foi observada a influência de receitas não recorrentes nesse resultado. Assim, a queda da RCL, em 2017, era um resultado esperado, porém, em 2018, a RCL ultrapassou os valores de 2016 com menor dependência de receitas não recorrentes.

Quanto as despesas, apesar dos dispêndios com pessoal terem se aproximado do limite prudencial, em 2015, nos anos seguintes o crescimento da RCL, aliado a outras medidas de contenção dos gastos, contribuiu para que eles retornassem para níveis inferiores ao limite de alerta. Além disso, nota-se uma gradual redução da participação das despesas com pessoal ativo enquanto há uma elevação dos gastos com pessoal inativo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARBACHE, J. **Produtividade no Setor de Serviços**. IPEA, 2015

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE. **Índice de confiança do empresário industrial (ICEI): Geral**. São Paulo: ABINEE. 2020. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br/abinee/abinee.htm>>. Acesso em: 29/11/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (Bacen / Boletim / BP). Taxa de câmbio nominal**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=32098&module=M>>. Acessado em: 02/12/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>>. Acessado em: 03/12/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>>. Acessado em: 03/12/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1: Módulo Público**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acessado em: 01/12/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acessado em: 30/11/2020.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. São Paulo: Perason, 2011.

CAVALCANTE, A. L. (ORG). **Indicadores Econômicos do Ceará** 2019. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p.74-81, 2019.

CERQUEIRA, Bráulio Santiago. **Política fiscal, demanda agregada, crescimento e crise: o investimento federal e o investimento da Petrobras no período 2003-2015**. IE-UFRJ DISCUSSION PAPER: TD 027 – 2016. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>>. Acessado em: 11/11/2019.

Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. (CODACE), 4 de agosto de 2015.

Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. (CODACE), 30 de outubro de 2017

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Índice de confiança do empresário industrial (ICEI): Geral**. São Paulo: CNI. 2019.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice de confiança do consumidor (ICC)**. São Paulo: Fecomércio SP. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC - dezembro de 2018**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2018_dez.pdf>. Acesso em: 29/11/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais: Brasil 2018**. Rio de Janeiro. IBGE. 2020. 12 pg. (**Contas Nacionais, N.º 76**). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101766_informativo.pdf>. Acesso em: 30/11/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual de Serviços**, v. 33. Rio de Janeiro: IBGE. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Notas Técnicas, Versão 1.5. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Ipece Conjuntura, v. 2, n. 04. Fortaleza: IPECE. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Ipece Conjuntura, v. 3, n. 04. Fortaleza: IPECE. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **IPECE Conjuntura**. v. 4, n. 06. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza – CE: IPECE, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Produto Interno Bruto: PIB do Ceará nas Óticas da Produção e da Renda – 2018**. n. 06. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza – CE: IPECE, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Carta de conjuntura: Julho-setembro/2016 - Juros**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161125_cc32_juros.pdf>. Acessado em: 29/11/2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Carta de Conjuntura - 2017 - 2º Trimestre/2019 - nº 43**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190417_cc_43_economia_mundial.pdf>. Acessado em: 30/11/2020.

International Monetary Fund (IMF) (2019). **World Economic Outlook Update, January 2019: A Weakening Global Expansion**. Disponível em: <<file:///C:/Users/roger/Downloads/WEOupdateJan2019.pdf>>. Acessado em: 30/11/2020.

JÚNIOR, Pedro dos Santos Portugal; ALVES, Alessandro Ferreira; FROGERI, Rodrigo Franklin; OLIVEIRA, Gustavo Flausino de; VIVALDI, Guilherme Augusto Dionisio (2020). **A DINÂMICA DE CORRELAÇÃO DO PIB BRASILEIRO COM OS COMPONENTES DA DEMANDA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1996 A 2018**. Disponível em: <[A-DINAMICA-DE-CORRELACAO-DO-PIB-BRASILEIRO-COM-OS-COMPONENTES-DA-DEMANDA-UMA-ANALISE-DO-PERIODO-DE-1996-A-2018.pdf](https://www.researchgate.net/publication/354111111-A-DINAMICA-DE-CORRELACAO-DO-PIB-BRASILEIRO-COM-OS-COMPONENTES-DA-DEMANDA-UMA-ANALISE-DO-PERIODO-DE-1996-A-2018) (researchgate.net)>. Acessado em: 02/12/2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança comercial: Janeiro-dezembro 2018**. MDIC: Secretaria de Comércio Exterior. 2020. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acessado em: 01/12/2020.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. **Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais Evolução dos Gastos Públicos Federais no Brasil: Uma análise para o período 2006-15**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/analise-economica-dos-gastos-publicos-federais/relatorio_gasto_publico_federal_site.pdf>. Acessado em: 12/11/2019.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2018**. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2018, número 16. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:29068f>. Acessado em: 01/12/2020.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Resultado do Tesouro Nacional: Resultado Fiscal do Governo Central - Estrutura Nova (Jan/1997-dez/2019)**. STN. 2020. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acessado em: 30/11/2020.

PAIVA, W. L. Indústria In: CAVALCANTE, A. L. (ORG). Indicadores Econômicos do Ceará 2016. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p.37-43, 2018.

PAIVA, W. L. A Indústria de Transformação Cearense em 2015. Enfoque Econômico nº 137. Fortaleza:

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2016.

PONTES, P. A.; NOGUEIRA, A. O.; NOGUEIRA, C. A. G. **Boletim de Finanças Públicas N° 01** – Maio de 2017. Fortaleza (CE): IPECE, 2017. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/Estudos_Gestao_Publica/Boletim_Financas_Publicas/Boletim_Financas_Publicas_Mai2017.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2017.

ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo

Quadro 1: Grupamentos do Índice de Atividades Turísticas – IATUR

Descrição	CNAE 2.0
Alojamento e Alimentação	Hotéis e Similares; Outros Tipos de Alojamento Não Especificados Anteriormente; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Serviços Ambulantes de Alimentação; Serviços de <i>Catering</i> , Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada.
Atividades Culturais e de Recreação e Lazer	Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares; Criação Artística; Gestão de Espaços para Artes Cênicas, Espetáculos e Outras Atividades Artísticas; Atividades de Exploração de Jogos de Azar e Apostas; Parques de Diversão e Parques Temáticos; Atividades de Recreação e Lazer Não Especificadas Anteriormente.
Trens Turísticos, Teleféricos e Similares	Trens Turísticos, Teleféricos e Similares.
Transporte por Navegação Interior de Passageiros	Transporte por Navegação de Travessia.
Transporte Aéreo de Passageiros	Transporte Aéreo de Passageiros Regular; Transporte Aéreo de Passageiros Não Regular
Transporte por Navegação de Travessia	Transporte por Navegação de Travessia
Transportes Aquaviários Não Especificados	Transportes Aquaviários Não Especificados Anteriormente.
Locação de Automóveis Sem Condutor	Locação de Automóveis Sem Condutor.
Agências de Viagens e Operadoras Turísticas	Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas e Outros Serviços de Turismo Não Especificados Anteriormente
Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipal, Interestadual e Internacional	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob Regime de Fretamento e Outros Transportes Rodoviários Não Especificados Anteriormente

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.